

UNIVERSIDADE DA REGIÃO DE JOINVILLE – UNIVILLE PRÓ-REITORIA DE  
PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO – PRPPG PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO  
EM PATRIMÔNIO CULTURAL E SOCIEDADE MESTRADO EM PATRIMÔNIO  
CULTURAL E SOCIEDADE

ARQUITETOS IMIGRANTES EM JOINVILLE, SC:  
O CASO KELLER & CIA NO SÉCULO XX

CINDI CAROLINE SERAFIM

ORIENTADORA: PROFESSORA Dra. NADJA DE CARVALHO LAMAS

JOINVILLE - SC

2020

CINDI CAROLINE SERAFIM  
ARQUITETOS IMIGRANTES EM JOINVILLE SC:  
O CASO KELLER & CIA NO SÉCULO XX

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Patrimônio Cultural e Sociedade, Mestrado em Patrimônio Cultural e Sociedade, Linha de Pesquisa Patrimônio, Memória e Linguagens, da Universidade da Região de Joinville – (Univille), como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Patrimônio Cultural e Sociedade, sob orientação da professora Dra. Nadja de Carvalho Lamas.

Joinville - SC

2020

Catálogo na publicação pela Biblioteca Universitária da Univille

S481a      Serafim, Cindi Caroline  
Arquitetos imigrantes em Joinville, SC: o caso Keller & Cia no séc. XX/ Cindi Caroline Serafim; orientadora Dra. Nadja de Carvalho Lamas. – Joinville: UNIVILLE, 2020.

129 p.: il.

Joinville)      Dissertação (Mestrado em Patrimônio Cultural – Universidade da Região de

1. Patrimônio cultural – Joinville (SC). 2. Arquitetura – Joinville (SC) – Séc. XX. 3. Migração. I. Lamas, Nadja de Carvalho (orient.). II. Título.

CDD 363.69

## Termo de Aprovação

“Arquitetos Imigrantes em Joinville, SC: O Caso Keller & CIA no Séc. XX”

por

Cindi Caroline Serafim

Dissertação julgada para a obtenção do título de Mestre em Patrimônio Cultural e Sociedade, área de concentração Patrimônio Cultural, Identidade e Cidadania e aprovado em sua forma final pelo Programa de Pós-Graduação em Patrimônio Cultural e Sociedade.

Nadja de Carvalho Lamas  
Orientadora (UNIVILLE)

Profa. Dra. Raquel Alvarenga Sena Venera  
Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Patrimônio Cultural e Sociedade

### Banca Examinadora:

Profa. Dra. Nadja de Carvalho Lamas  
Orientadora (UNIVILLE)



Documento assinado digitalmente  
Rodrigo Almeida Bastos  
Data: 26/04/2021 15:59:44-0300  
CPF: 508.784.921-00  
Verifique as assinaturas em <https://v.ufsc.br>

Prof. Dr. Rodrigo Almeida Bastos  
(UFSC)

Profa. Dra. Raquel Alvarenga Sena Venera  
(UNIVILLE)

Profa. Dra. Taiza Mara Rauen Moraes  
(UNIVILLE)

Joinville, 24 de fevereiro de 2021.

## AGRADECIMENTOS

Mais uma vez, como em tantos outros momentos da minha vida, estou em profundo agradecimento pelos meus pais, Nilson e Margarete Serafim. Sem eles, a realização deste trabalho não seria possível, não só pelo suporte imensurável que me ofereceram durante os dois anos de realização desta pesquisa, mas também pelos ensinamentos e incentivos que me foram dados durante toda a minha vida, desde que eu começava a aprender o alfabeto.

Agradeço também à Univille por me aceitar no programa de mestrado e por me conceder a bolsa de estudos que viabilizou a minha permanência no programa. Da mesma forma, agradeço a todos os professores do programa pelos ensinamentos compartilhados de forma tão animada e que impactaram muito a minha percepção de patrimônio e sociedade.

Um agradecimento especial à minha orientadora, a professora Dra. Nadja de Carvalho Lamas, que me acompanhou todo esse tempo em questões acadêmicas e pessoais, orientou, acreditou e incentivou.

Também não poderia deixar de agradecer a todos os colegas da turma XII, tão acolhedores e positivos que por diversas vezes, tornaram esse período muito mais leve e alegre. Eu amei conhecê-los. Um abraço especial por todas as trocas nos momentos difíceis ao Luiz, Mikael, Jaqueline, Angela (que se fez extremamente presente mesmo não pertencendo a turma XII) e Eloyse, nossa representante e amiga, que desde o início se mostrou totalmente disposta a ajudar com tudo que estivesse ao seu alcance.

Agradeço também ao pessoal do Arquivo Histórico de Joinville, sempre absolutamente dispostos a nos auxiliar com nossas pesquisas. A boa vontade destes profissionais certamente torna o árduo processo mais agradável.

## RESUMO

Esta pesquisa intitulada “ARQUITETOS IMIGRANTES EM JOINVILLE, SC: O CASO KELLER & CIA NO SÉCULO XX” se desenvolve na linha de pesquisa Patrimônio, Memória e Linguagens do programa de Mestrado em Patrimônio Cultural e Sociedade (MPCS) da Universidade da Região de Joinville (UNIVILLE). Essa dissertação tem por objetivo contribuir com o campo de conhecimento sobre o patrimônio histórico edificado de Joinville, concentrando-se no conjunto de obras produzidas pelo escritório de arquitetura Keller&Cia durante o século XX. Esse escritório foi formado por arquitetos imigrantes vindos da Alemanha no período pós Primeira Guerra Mundial e teve uma significativa produção em Joinville, deixando obras de diversos estilos. A pesquisa integra uma revisão bibliográfica sobre as discussões atuais em torno das arquiteturas das imigrações e em seguida concentra-se no caso Keller&Cia a partir de revisão da bibliografia existente e uma pesquisa documental nos acervos do Arquivo Histórico de Joinville e da Secretaria da Cultura e Turismo. Os resultados indicam que a questão da arquitetura produzida por arquitetos imigrantes no início do século XX é pertinente no Brasil, mas ainda há poucos estudos de casos que esclarecem os impactos dessa produção nas cidades em nível local. Por fim, propõe-se uma discussão interdisciplinar acerca do impacto da produção dos arquitetos do Keller&Cia no urbanismo e patrimônio histórico e cultural de Joinville, a partir de teóricos da memória e do urbanismo, como Certeau (1998), Candau (2011), Jeudy (2005), Lynch (2001) e Jacobs (2000) e de uma pesquisa quanti-qualitativa que permitiu a observação das relações e ressignificações que os habitantes da cidade têm com esses imóveis.

Palavras-chave: Patrimônio Cultural, Arquitetura, imigração.

## **ABSTRACT**

This research entitled “IMMIGRANT ARCHITECTS IN JOINVILLE, SC: THE CASE OF KELLER & CIA IN XX CENTURY” is developed in the research line of Heritage, Memory and Languages of the Master's program in Cultural Heritage and Society (MPCS) of the University of the Region of Joinville (UNIVILLE). This dissertation seeks to contribute to the knowledge of the historic built heritage of Joinville, focusing on the set of works produced during the 20th century by the Keller & Cia architecture office. This office was formed by immigrant architects from Germany in the post-World War I period and had a significant production in Joinville, leaving works of different styles. The research integrates a bibliographic review on the current discussions around the immigration architectures and then focuses on the Keller & Cia case based on a review of the existing bibliography and a documentary research on the archives of the Joinville Historical Archive and the Secretariat of Culture and Tourism. The results indicate that the case of architecture produced by immigrant architects in the early twentieth century is relevant in Brazil, but there are still few case studies that clarify the impacts of this production on cities at the local level. Finally, we proposed an interdisciplinary discussion about the impact of the production of Keller & Cia's architects on the urbanism and historical and cultural heritage of Joinville, based on memory and urbanism theorists, such as Certeau (1998), Candau (2011), Jeudy (2005), Lynch (2001) and Jacobs (2000) and also on a quantitative and qualitative research that enables the observation of the relationships and resignifications that the inhabitants of the city have with these buildings.

Keywords: Cultural Heritage, Architecture, immigration.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Foto da Casa que Ricardo Severo construiu em Portugal e que foi publicada na Revista Serões.....	26
Figura 2 - Casa projetada por Raul Lino e ganhadora do prêmio Valmor em 1930....	26
Figura 3 - Templo de São Pedro, vista externa.....	27
Figura 4 - Templo de São Pedro, vista interna.....	27
Figura 5 - Projeto do engenheiro Djalma Ferraz Kehl, em 1946, São Carlos-SP.....	28
Figura 6 - Estação Central do Brasil.....	29
Figura 7- Estação Central do Brasil.....	30
Figura 8- Mapa do Império Alemão (1871-1918).....	39
Figura 9- Localização de Chemnitz e da Saxônia na Alemanha hoje.....	40
Figura 10- Localização de Joinville.....	41
Figura 11- Nota sobre Max Keller no Jornal A Notícia, 1958.....	44
Figura 12- Keller & Cia, na rua Pedro Lobo.....	45
Figura 13- Projeto carimbado com o nome “Enterline, Keller & Cia”.....	46
Figura 14- Projeto carimbado com o nome “Keller&Cia”.....	46
Figura 15- Assinatura de Paul Hellmuth Keller.....	47
Figura 16- Assinatura de Georg, identificação de proprietário no projeto de sua casa.....	47
Figura 17- Assinatura de Georg na capa de seu caderno de estudo.....	47
Figura 18- Assinatura de Max.....	48
Figura 19- Assinatura de Max.....	48
Figura 20- Caderno de estudos de Georg Keller.....	54
Figura 21- Residência Beckmann. Rua Jerônimo Coelho, nº207.....	54
Figura 22- Residência Gern. Rua Itajaí, nº151.....	54
Figura 23- Mapa esquemático do conjunto histórico da Alameda Brustlein destacando o prédio da Minâncora e do comércio Richlin.....	55
Figura 24- Prédio da Farmácia Minâncora. Rua do Príncipe, nº455.....	56

Figura 25- Prédio Comércio Richlin. Rua do Príncipe, nº493. ....	57
Figura 26- Prédio do Banco INCO. Rua do Príncipe, nº 292.....	57
Figura 27- Prédio na Rua Princesa Isabel nº24 .....	57
Figura 28- Residência de Paul Keller.....	59
Figura 29- Perspectiva desenhada por Paul Keller .....	59
Figura 30- Corte esquemático da Residência de Paul Keller.....	59
Figura 31- Detalhes do madeiramento do telhado.....	60
Figura 32- Telhas .....	60
Figura 33- Residência Trouche. Rua Nove de Março, nº 105.....	61
Figura 34- Residência nº1049, rua Lages .....	61
Figura 35- Residência nº1049, rua Lages .....	62
Figura 36- Janela de canto.....	62
Figura 37- Janela com guarnecimentos.....	62
Figura 38- Bandeira do Líbano.....	64
Figura 39- Cedro-do Líbano .....	64
Figura 40- Prédio Beirute .....	64
Figura 41- Prédio Beirute, destaque para a figura em baixo relevo.....	65
Figura 42- Arte em Clube Libanês.....	66
Figura 43- Ruínas no Líbano.....	67
Figura 44- Obras Os Guerreiros em Brasília.....	67
Figura 45- Leitura da obra de Hermann Muthesius: Haus Freudenberg, Berlin-Nikolassee, 1908.....	68
Figura 46- Villa Wolfgang Siemering, em Berlin-1909.....	71
Figura 47- Antiga Estação Rodoviária e Prefeitura. Rua Doutor João Colin, nº751..	74
Figura 48- Antigo Correio. Rua do Príncipe, praça Nereu Ramos.....	74
Figura 49- Sede do Arquivo Histórico de Joinville.....	75
Figura 50- Vista aérea da Catedral Diocesana São Francisco Xavier.....	76

Figura 51- Imagem interna da catedral, demonstrando o uso da luz.....	77
Figura 52- Catedral de Joinville em data desconhecida.....	78
Figura 53- Catedral vista a partir do mesmo ponto de vista, com a formação urbana atual.....	78
Figura 54- Catedral vista da Rua do Príncipe.....	79
Figura 55- Mapa de localização dos imóveis utilizados no questionário.....	85
Figura 56- Antiga residência de Helmuth Von Gehlen.....	104
Figura 57- Terreno após demolição.....	104
Figura 58- Casa nº798, rua Jaraguá.....	105
Figura 59- Imóvel nº798, terreno após demolição.....	105
Figura 60- Imóvel 7 em horário comercial.....	107
Figura 61- Imóvel 3 em horário comercial.....	108

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Número de trabalhos encontrados por tipo de publicação.....	19
Gráfico 2 - Número de trabalhos encontrados por área geográfica de estudo.....	20
Gráfico 3 - Número de trabalhos encontrados por origem da imigração por área estudada.....	21
Gráfico 4 - Número de trabalhos por área de conhecimento e grupo temático.....	22
Gráfico 5 - Evolução do número de trabalhos encontrados entre 2000 e 2020.....	22
Gráfico 6 – Idade dos participantes.....	94
Gráfico 7 – Tempo em que os participantes vivem em Joinville.....	94
Gráfico 8 – Quantidade de pessoas que reconheceram cada imóvel.....	97
Gráfico 9 – Frequência de visitas ao bairro Centro.....	98
Gráfico 10– Respostas à pergunta: “Você considera que conhece o Centro de Joinville?”.....	99

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

AHJ- Arquivo Histórico de Joinville

COMPANH- Comissão do Patrimônio Histórico Artístico, Arqueológico e Natural

CPC- Coordenação do Patrimônio Cultural

FCC- Fundação Catarinense de Cultura

FCJ- Fundação Cultural de Joinville

IPHAN- Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

SPHAN- Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

UIP- Unidade de Interesse de Preservação

## SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS	5
RESUMO	6
ABSTRACT	7
LISTA DE FIGURAS	8
LISTA DE GRÁFICOS	11
LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS	12
INTRODUÇÃO	14
1. IMIGRAÇÃO, CIDADE E ARQUITETURA: UMA REVISÃO SISTEMÁTICA	18
1.2 Metodologia	19
1.3 Imigrações no Brasil e a arquitetura do século XIX	25
1.4 Arquitetos imigrantes no século XX	26
1.4.1 Contexto da arquitetura que se desenvolvia no início do séc. XX no Brasil	26
1.4.2 Arquitetos imigrantes na história da arquitetura moderna brasileira	33
1.5 Imigrações contemporâneas, memória e o espaço urbano	36
1.6 Ainda sobre a pesquisa de estado da arte	39
2 A ARQUITETURA DA KELLER&CIA EM JOINVILLE	41
2.1 A Formação da Sociedade Keller&Cia: Contexto Histórico Mundial	41
2.2 Contexto Histórico Joinvilense e primeiros passos	43
2.3 Características individuais e Principais Obras	49
2.3.1 Georg Friedrich Keller	55
2.3.2 Paul Hellmuth Keller	60
2.4 Influências da arquitetura da Alemanha e do Brasil	69
2.5 A arquitetura Keller&Cia no cenário do patrimônio histórico de Joinville.	74
3 PATRIMÔNIO, VALORES E PERCEPÇÃO	85
3.1 Metodologia	85
3.2 Atribuição de valores e percepção popular	89
CONSIDERAÇÕES FINAIS	112
REFERÊNCIAS	115
APÊNDICE.....	123

## INTRODUÇÃO

A cidade de Joinville possui uma arquitetura diversa, tanto em sentido plástico como histórico. Ao longo de 169 anos de história, a cidade presenciou levas de imigrações, transformações econômicas, políticas, culturais, urbanas e diversos fatores que se fizeram refletir nas suas edificações e paisagem. Hoje, frente ao constante desenvolvimento e demanda de transformação da cidade, um dos desafios que se apresenta na contemporaneidade é investigar essa arquitetura e entendê-la dentro de perspectivas complexas como as que envolvem os assuntos de patrimônio cultural, tombamento e planejamento urbano.

Há uma infinidade de pesquisas e discussões acerca de conceitos, entendimentos teóricos, práticas e dispositivos legais referentes ao tratamento da arquitetura histórica na cidade contemporânea. No caso de Joinville, uma lei norteadora é a Lei Complementar nº 363 de 2011, que institui o inventário do patrimônio cultural de Joinville, IPCJ. De acordo com o artigo 7º dessa lei, os critérios de valoração para a inscrição do bem em análise no inventário são baseados em: valor urbanístico, valor arquitetônico, valor histórico-cultural e/ou valor singular. (JOINVILLE,2011)

Como pode-se presumir, para justificar a relação de um bem com qualquer um dos valores citados acima, é necessária uma pesquisa bem argumentada em dados e análises, porém a decisão final para o seu tombamento poderá levar muitos anos. Esse processo é ainda mais comprometido quando há falta de dados importantes para a elucidação do caso em análise.

Em minha trajetória como estudante de Arquitetura e Urbanismo e pesquisadora de imóveis pertencentes ao patrimônio histórico e cultural de Joinville, deparei-me com um caso notável e inquietante: o escritório de arquitetura e engenharia Keller & Cia<sup>1</sup>, que atuou em Joinville do início do século XX (na década de 1920) até data ainda indeterminada, porém, sabe-se que conceberam uma vasta produção arquitetônica em Joinville.

A relevância primordial deste caso como objeto de pesquisa é que, pela data de fundação e atuação daquela sociedade, sabia-se que deveria ser um dos primeiros

---

<sup>1</sup> O nome teve algumas variações ao longo dos anos, mas esta versão é a que perdurou por mais tempo e pela qual a sociedade ficou mais conhecida.

casos de um escritório de arquitetura com profissionais graduados a atuar na cidade de Joinville, o que configura um ponto importante na história do desenvolvimento e consolidação urbana dessa cidade, já que a arquitetura erudita possui um impacto diferente da arquitetura vernacular<sup>2</sup>, popular ou rural que se produzia no início da história da cidade.

Isso porque as arquiteturas vernaculares, populares ou tradicionais, são aquelas de menor porte, que se encontram geralmente em área rural e foram construídas por seus próprios donos ou pessoas sem formação superior. Já a arquitetura erudita, é aquela produzida por um profissional com conhecimento acadêmico e técnico, possui tecnologias de construção mais avançadas e estilos acadêmicos, também é encontrada mais em área urbana, já que quem pagava por estes serviços eram as pessoas com mais recursos financeiros e que moravam nessas áreas. Por esse motivo, estudar a atuação do escritório Keller & Cia demonstra-se um passo importante para entender também uma parte da história da formação urbana de Joinville, principalmente da região central, que é a mais antiga da cidade e onde eles tiveram maior produção.

Uma singularidade em torno deste caso, é que Keller & Cia foi uma sociedade que envolveu a participação de 3 arquitetos imigrantes da Alemanha no período após a Primeira Guerra Mundial: Max Paulo Keller, Friedrich Georg Keller e Paul Helmuth Keller, e apesar de serem parentes e terem sido associados, tiveram atuações e trajetórias bastante distintas. Esses três arquitetos fazem parte de um fluxo imigratório que o Brasil recebeu no início do século XX e que impactou diretamente na formação das cidades, na arquitetura e no desenvolvimento social, afinal, essas levas imigratórias trouxeram para o país relevantes conhecimentos científicos e tecnológicos. É neste ínterim que cidades como Joinville se desenvolveram ao acolherem esses imigrantes.

Das obras produzidas em nome de Keller & Cia, algumas são tão reconhecidas e importantes na história de Joinville que foram tombadas, como é o caso do primeiro prédio da Farmácia Minâncora, projeto de 1929 situado na Alameda Brustlein, que é tombado em nível estadual. Porém, ainda há muitas lacunas em aberto.

---

<sup>2</sup> A construção vernacular é uma tipologia arquitetônica cujo processo de concepção e construção é passado de pai/mãe para filho. É influenciada por condições geográficas, climáticas, por aspectos culturais específicos e, por esse motivo, sua manifestação ocorre de maneira diferenciada e singular em diversas partes do mundo (WEBER e YANNAS, 2014; SINGH, 2008; ASQUITH e VELLINGA, 2005 *apud* Santos e Costa, 2017)

Pouco ou nada se sabe sobre as diferentes trajetórias, fases e estilos de cada um dos arquitetos individualmente. Em muitos casos, a própria autoria da obra fica em dúvida, pois, como já percebido em Serafim (2018)<sup>3</sup>, alguns projetos recebiam apenas o carimbo com o nome do escritório, outros recebiam apenas a rubrica “Keller” que pode ser facilmente confundida entre os três. Porém, também pode ser constatado no mesmo trabalho que existiram importantes diferenças entre as produções dos três profissionais.

Em 2014, a Coordenação do Patrimônio Cultural (CPC) analisou o imóvel nº1043 da rua Lages (bairro América) e registrou em laudo que o imóvel está inserido em um dos principais conjuntos arquitetônicos do município, é um importante testemunho dos anos que antecederam o centenário e pertence ao acervo do escritório Keller & Cia, porém, “há necessidade de aprofundamento de estudo acerca do histórico da empresa e do ‘acervo’ de edificações por ela projetado e construído”. (FUNDAÇÃO CULTURAL DE JOINVILLE, 2014, p.1). Neste caso, o processo foi encerrado.

A necessidade de discussão se torna ainda maior quando se refere a projetos produzidos em épocas mais recentes (décadas de 60 e 70) e estilos que não são plasticamente classificados como “teuto-arquitetura”, uma vez que a evolução e os diferentes momentos vividos pelos Kellers não são esclarecidos.

Além das questões de valor histórico e arquitetônico, ainda existe uma outra dimensão a ser considerada quando se fala em patrimônio cultural: a da recepção destas obras pelos habitantes da cidade. Portanto, a presente pesquisa parte da seguinte questão fundamental: como o acervo de edificações criadas no escritório Keller & Cia contribui para a formação e percepção do patrimônio cultural edificado de Joinville? E para buscar elucidar essa questão nos debruçamos sobre outros desdobramentos: qual a dinâmica de funcionamento dessa sociedade? Quais singularidades entre os arquitetos que tornam suas obras de interesse patrimonial? Que tipo de relação de apropriação ou identificação ocorre entre os munícipes e essas obras?

Visando esquadrihar essas questões, esta pesquisa se estrutura em três capítulos, da seguinte forma: no primeiro, o objetivo é localizar o caso em estudo num

---

<sup>3</sup> Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Univille em 2018, como requisito para obtenção do grau de bacharel em Arquitetura e Urbanismo.

contexto amplo através da realização de um estado da arte sobre as publicações recentes que envolvem o tema da arquitetura e cidades construídas ou impactadas por imigrantes no mundo, no Brasil, no sul do país e em Joinville.

No segundo capítulo faremos uma revisão sobre o próprio escritório Keller & Cia, a partir dos dados já coletados em pesquisa anterior e outros decorrentes de investigação sobre o acervo documental do Arquivo Histórico de Joinville, arquivos da Fundação Cultural de Joinville – FCJ e outras referências bibliográficas em que o escritório Keller & Cia ou suas obras tenham sido citados. Este capítulo se encerra com uma reflexão sobre a situação atual do patrimônio arquitetônico de Joinville e como essas obras se inserem ou não nele de maneira legal.

No terceiro capítulo, o objetivo é realizar uma análise interdisciplinar sobre o valor urbanístico do patrimônio edificado, através de uma revisão bibliográfica com referências do urbanismo, arquitetura e patrimônio cultural, como Kevin Lynch (2011), Jane Jacobs (2000), Michel de Certeau (1998), Joel Candau (2011) e Henri-Pierre Jeudy (2005). Por fim, tentaremos elucidar como a produção destes arquitetos imigrantes participou do desenvolvimento urbano da cidade, em que situação se encontra na malha urbana hoje e como afetam a percepção dos habitantes sobre o espaço urbano e o patrimônio histórico edificado.

Para discutir as questões de identificação e apropriação, utilizamos uma metodologia de pesquisa baseada na teoria de Kevin Lynch sobre a Imagem da Cidade (LYNCH, 2011), na qual elaboramos um questionário baseado em imagens e aplicamos a habitantes da cidade para verificar o nível de percepção que os munícipes têm desse patrimônio histórico e suas impressões sobre os mesmos, com o objetivo de comparar as informações levantadas nos primeiros capítulos (nos quais analisamos o escritório a partir da perspectiva de valor histórico e valor arquitetônico) com a percepção da população sobre estes imóveis, identificando possíveis variáveis no processo de identificação.

## 1. IMIGRAÇÃO, CIDADE E ARQUITETURA: UMA REVISÃO SISTEMÁTICA

A história da arquitetura no Brasil é intimamente associada a impactos de imigrações e aculturações, por esse motivo os estudos dessa arquitetura histórica geralmente são acompanhados de uma abordagem historiográfica especial e não apenas plástica. Mas a história da arquitetura está em constante construção e a narrativa dessa historiografia têm mudado ao longo dos anos. Afinal, imigração é um assunto social complexo e a arquitetura e o espaço urbano são assuntos que também envolvem muitos interesses e perspectivas diferentes.

Desde o período da colonização, as casas no Brasil refletem as dinâmicas de influências de diferentes culturas. Veríssimo e Bittar (1999) analisam que a casa brasileira daquele período é resultante de um somatório de fatores como o clima, a flora, a terra e o imigrante português como “coordenador” deste processo que envolveu outros povos, por exemplo: a cozinha fora da casa, em uma varanda ou puxado é uma influência indígena; o desenho do telhado vem de uma experiência aprendida no oriente (solução para escoamento das grandes chuvas); traz ainda influências das casas portuguesas, é claro, mas o modelo econômico a faz ser maior aqui. Assim, surge um novo padrão de moradia que toma formas e se repete em boa parte do território. Mas as transformações sociais não param e com elas, as transformações urbanas e paisagísticas.

Durante o período que compreende o final do séc.XIX e meados do séc.XX, o Brasil recebeu um fluxo imigratório vindo da Europa em decorrência das grandes guerras mundiais. Esse fenômeno por si só já seria capaz de causar grande impacto na arquitetura e no espaço urbano, mas soma-se a isso ainda a questão de que muitos desses imigrantes eram instruídos, tinham curso superior em diversas áreas, inclusive arquitetura e engenharia, e trouxeram essas diferentes escolas e experiências consigo. Esses imigrantes causaram várias situações singulares com suas produções no Brasil, sendo futuramente muito estudados na arquitetura e nas ciências sociais.

Mas a contribuição desses arquitetos imigrantes na história da arquitetura brasileira nem sempre foi reconhecida ou valorizada. Em 2006, a pesquisadora Anat

Falbel<sup>4</sup> avaliou que a contribuição dos arquitetos imigrantes do século XX ainda era matéria recente da historiografia da arquitetura brasileira e que permaneceu, até o início da década de 1980, circunscrita principalmente aos seus personagens principais ligados a Escola Carioca<sup>5</sup> (FALBEL, 2006). Sendo assim, este capítulo tem o objetivo de investigar nas produções científicas das últimas duas décadas, como tem sido trabalhado o tema da arquitetura quando relacionado a imigrações e qual tem sido a evolução do tema, através de uma revisão sistemática do assunto.

## 1.2 Metodologia

A revisão sistemática, conforme Sampaio e Mancini (2007), é uma metodologia que utiliza a literatura sobre determinado tema como fonte de dados, a partir de métodos sistematizados de busca, apreciação crítica e síntese da informação selecionada. Essa metodologia é particularmente útil para integrar as informações de um conjunto de estudos realizados separadamente sobre determinado tema, que podem apresentar resultados conflitantes e/ou coincidentes, bem como identificar temas que necessitam de evidência, auxiliando na orientação para investigações futuras.

A partir de Romanowski e Ens (2006 p. 43) definimos os seguintes procedimentos metodológicos para a construção deste “estado da arte”: Primeiramente, e um dos momentos mais importantes do processo, a definição dos descritores a serem utilizados para direcionar as buscas, ou seja, as palavras-chave a serem buscadas. É importante também decidir quais bancos de pesquisas a serem utilizados na busca. Em seguida, estabelecer critérios para a seleção do material que irá compor *corpus* do estado da arte, uma vez que nem todos os materiais encontrados na busca tem real compatibilidade com o tema da pesquisa. Esse material, disponível eletronicamente, deve ser então coletado e organizado a partir de uma leitura preliminar das publicações, considerando o tema, as problemáticas, metodologias, conclusões e a relação entre o pesquisador e a área.

---

<sup>4</sup> Graduada em Engenharia Civil pela Escola Politécnica da Universidade de São Paulo (1982), doutora em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade de São Paulo (2003), e pós doutora pela Universidade Estadual de Campinas (2010). Atua principalmente nos temas de arquitetura, imigração, historiografia, arquitetura sinagoga, e as relações entre arquitetura e fotografia. (FALBEL, 2020)

<sup>5</sup> Refere-se principalmente à Lúcio Costa e Oscar Niemeyer e a arquitetura moderna produzida entre 1940 e 1950.

Em seguida, realiza-se o relatório do estudo compondo a sistematização das sínteses através de gráficos, identificando as tendências dos temas abordados e a análise e elaboração das conclusões preliminares.

As palavras definidas para serem utilizadas na busca foram “arquitetura” e “imigração”, associadas ao operador booleano AND, que quando utilizado limita os resultados da busca aos trabalhos que possuem as duas palavras ao mesmo tempo e não apenas uma delas. Para garantir uma busca mais completa, repetimos a busca com as palavras em inglês, francês, espanhol e alemão, e algumas variações como “imigrante” e “paisagem”.

A pesquisa se inicia então com o levantamento inicial da bibliografia. Neste caso, utilizamos os buscadores Periódicos CAPES (Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) e Google Acadêmico, por se tratar de plataformas que contêm uma grande quantidade de trabalhos publicados nacional e internacionalmente.

A partir do Periódicos CAPES encontramos um total de 214 respostas à nossa pesquisa. Já no Google Acadêmico, que é uma plataforma um pouco mais abrangente e que não permite muitos filtros de pesquisa, resultou um total de 30.100 respostas à nossa pesquisa. Porém, a partir dos títulos e da descrição inicial pode-se perceber que os resultados perderam a compatibilidade com o tema a partir da página 17 de resultados, ou seja, como a plataforma apresenta 10 resultados por página, foram analisados os primeiros 170 resultados. A partir dos 170 resultados do Google Acadêmico e dos 214 resultados do Periódicos CAPES, foram excluídos os resultados repetidos e o próximo passo foi realizar uma análise qualitativa do material levantado, a partir da leitura preliminar dos resumos dos trabalhos para verificar quais realmente tratam do tema em discussão. Neste sentido, foram descartados trabalhos em que a análise da arquitetura, da paisagem ou da cidade não estava atrelada, direta ou indiretamente, a impactos causados por imigrantes.

Após estes passos chegamos a um total de 73 produções, sendo 52 artigos, 19 monografias (teses e dissertações) e 1 capítulo de livro.

Gráfico 1- Número de trabalhos encontrados por tipo de publicação.



Fonte: Autora, 2020.

A partir da catalogação desse material realizamos uma meta-análise dos trabalhos, observando as cronologias de publicação, recortes geográficos e temporais de estudo e perspectivas teóricas adotadas pelos autores. Após isso, a partir de uma leitura mais criteriosa dos trabalhos foi possível realizar uma síntese dos conteúdos e algumas elucidações a respeito das abordagens e narrativas nas escritas sobre arquitetura da imigração.

A temática da imigração é geolocalizada: cada país, cada região, cada cidade tem suas próprias histórias de imigrações, cada qual se desenvolveu em sua própria dinâmica e produziu efeitos próprios. O Brasil passou por diversos fluxos de imigração ao longo de sua história, assim como muitos países. Por este motivo, as produções acadêmicas levantadas nesta pesquisa são bastante diversificadas em relação a abordagem, recortes geográficos de análise, origem dos imigrantes, tipo de arquitetura produzida ou problemática em questão. Ainda assim, algumas características são recorrentes.

Foram identificadas 3 vertentes principais de diferenciação:

- Grupo temático 1: 34 estudos relacionados a arquitetura produzida durante o século XIX e início do século XX, geralmente relacionados a imigrantes de origem germânica e italiana (entre outros), nos quais se evidencia uma impressão espontânea da memória e da identidade desses imigrantes nas

suas habitações e paisagem, caracterizando uma “arquitetura popular” (totalizando 46,57%);

- Grupo temático 2: 18 pesquisas sobre imigrantes arquitetos, engenheiros ou construtores no período do modernismo (entre as décadas de 20, 30 e 40), resultando também em um impacto no campo técnico e intelectual (24,65% da bibliografia);
- Grupo temático 3: 19 estudos sobre impactos na cidade e na paisagem causados direta ou indiretamente por fortes fluxos de imigrações contemporâneas, inclusive nos casos de refugiados (26%).

O primeiro e o segundo caso são predominantemente publicações brasileiras e o terceiro caso, predominantemente publicações europeias e estadunidenses. A maior parte das publicações brasileiras tem seu recorte geográfico no Sul do Brasil, sendo 14 publicações sobre territórios no Rio Grande do Sul, 9 em Santa Catarina e 3 no Paraná, totalizando 26 publicações sobre pesquisas na região sul. A região sudeste aparece 22 vezes: são 15 em São Paulo, 3 em Minas Gerais e 4 no Espírito Santo. Encontramos ainda 1 artigo que investiga a Amazônia e 1 sobre o Pará. Outros 5, discutem a questão do impacto de arquitetos imigrantes na arquitetura do Brasil e da América Latina de maneira geral, todos de autoria de Anat Falbel, sendo que um deles foi publicado na França. O gráfico 2 ilustra a concentração de estudos por recorte geográfico de análise:

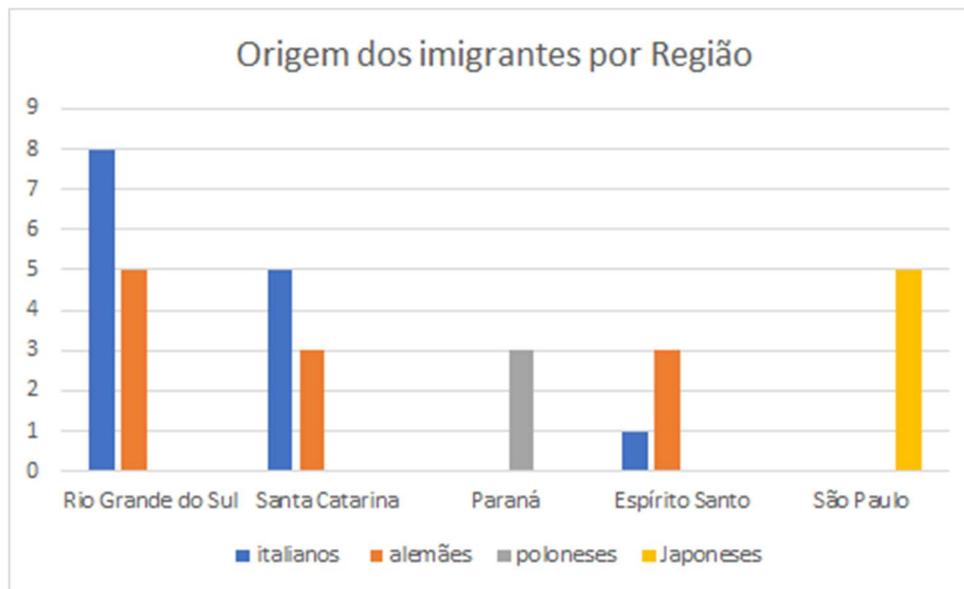
Gráfico 2- Número de trabalhos encontrados por área geográfica de estudo.



Fonte: Autora, 2020.

Os trabalhos do grupo temático 1 (aqueles cujo objeto de estudo são a arquitetura e a paisagem construída por imigrantes do séc. XIX), ainda se subdividem de acordo com a origem dos imigrantes. Podemos perceber que no Espírito Santo, Santa Catarina e Rio Grande do Sul sobressaem-se estudos sobre imigrantes alemães e italianos, enquanto no Paraná foram encontrados estudos sobre a imigração polonesa e em São Paulo, vestígios da imigração japonesa.

Gráfico 3- Número de trabalhos encontrados por origem da imigração por área estudada.

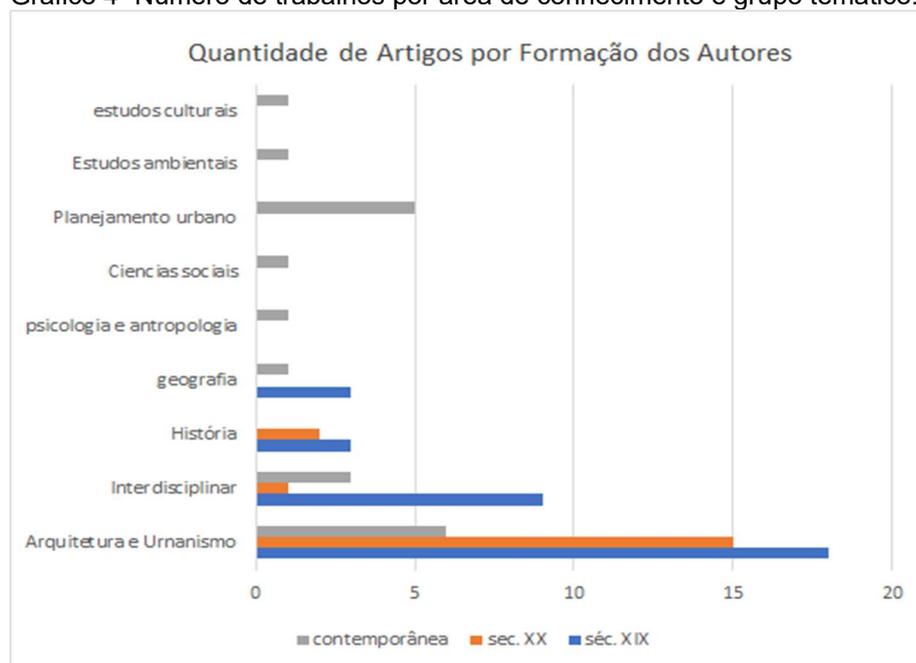


Fonte: Autora, 2020.

Os trabalhos deste grupo temático e do segundo grupo são, majoritariamente, de autoria de arquitetos urbanistas, contando também com autores historiadores, geógrafos e alguns escritos por autores de diversas áreas do conhecimento, configurando uma escrita interdisciplinar.

Já nos trabalhos do terceiro grupo temático, que trata de imigrações contemporâneas, surgem autores de diversas áreas do conhecimento, como estudos culturais, estudos ambientais, ciências sociais, psicologia, antropologia e planejamento urbano. Esta distribuição está representada no gráfico 4, no qual vemos a quantidade de publicações por área do conhecimento (considerando a formação do autor), subdivididos ainda por grupo temático.

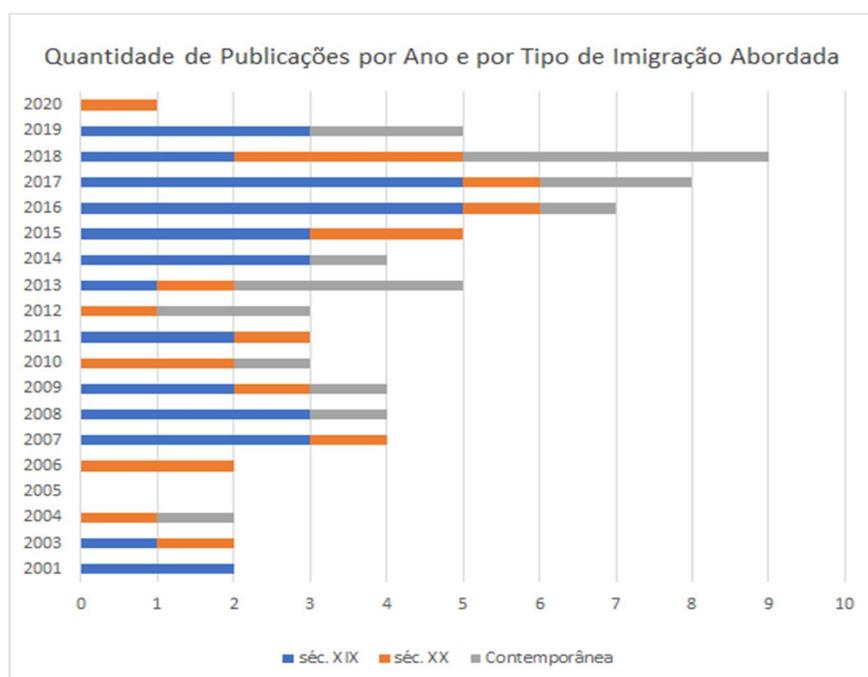
Gráfico 4- Número de trabalhos por área de conhecimento e grupo temático.



Fonte: Autora, 2020.

O gráfico 5 trata das datas das publicações. Embora não encontrados muitos trabalhos do corrente ano, podemos perceber um aumento nas publicações principalmente a partir do ano de 2013. O mínimo de publicações foi de nenhuma em 2005, sendo que nos anos anteriores e no seguinte registramos 2 publicações por ano. O máximo de publicações foi de 9 em 2018.

Gráfico 5-Evolução do número de trabalhos encontrados entre 2000 e 2020.



Fonte: Autora, 2020.

Percebemos que a questão das imigrações contemporâneas ajudou a impulsionar a quantidade de publicações nos últimos anos, porém, ainda assim a questão das imigrações do séc. XIX manteve-se em crescimento e em maior número.

Já a questão dos arquitetos, engenheiros e construtores imigrantes do séc. XX não obteve um aumento significativo ao longo dos anos e manteve-se em um fluxo mais constante.

### **1.3 Imigrações no Brasil e a arquitetura do século XIX**

Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Paraná e Espírito Santo compartilham de uma abordagem muito similar do tema, o que condiz com o paralelismo da história de imigrações e colonização destes espaços: Conforme Seyferth (1986), a partir da segunda metade do século XIX, o governo promoveu a colonização dos territórios do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná e nas terras altas do Espírito Santo e Rio de Janeiro; privilegiando a imigração europeia.

Alemães e italianos chegaram em grande número e poloneses em um número um pouco menor, instalados especialmente em colônias no Paraná. Uma característica comum a todas essas imigrações foi a hegemonia das colônias formadas. Isso porque os imigrantes eram direcionados a áreas despovoadas, com o intuito de firmar ocupação naquelas áreas vazias. Assim, instituíram-se colônias homogêneas nas quais o elemento brasileiro era minoria ou nem existia. Essa dinâmica foi perpetuada, em primeiro lugar pelo fato de que todas as funções da colônia eram realizadas pelos próprios imigrantes, desde funções políticas, religiosas e até a educação primária das crianças, que chegava a utilizar material didático estrangeiro no caso dos alemães; em segundo lugar, pela constância do fluxo de imigração: com novas levadas de imigrantes recém chegados a conexão com a pátria de origem se renovava. (SEYFERTH, 1986)

A partir da década de 1930, com a campanha nacionalista do Estado Novo, o caráter dessas colônias passa a ser um grande problema para o governo, que fechou escolas, associações, jornais, e todas as instituições comunitárias com alguma característica étnica, além de proibir o uso das línguas italiana, polonesa e alemã em público. (SEYFERTH, 1986) O projeto político do Estado Novo objetivava desenhar uma identificação entre estado e nação pelo fortalecimento do sentimento de

identidade nacional, utilizando a educação e a cultura como instrumentos, o que implicou em uma homogeneização da cultura, padronização do ensino e da erradicação das minorias étnicas, linguísticas e culturais, sendo assim, também a exclusão do estrangeiro. (FALBEL, 2006. p. 6-7) Porém, isso não extinguiu as diferenças identitárias: a língua materna dos imigrantes continuou a ser falada dentro do lar e seus hábitos, tradições, crenças, valores morais, saberes e fazeres continuaram a ser transmitidos para seus descendentes, adquirindo um caráter de resistência.

Neste contexto, os estudos sobre a arquitetura produzida por estes imigrantes ganham uma abordagem teórica relacionada à memória e identidade desse povo e seus descendentes, e o objetivo desses trabalhos é de defesa ou reconhecimento do valor patrimonial da arquitetura (ou paisagem). Os objetos de estudo nesses artigos são entendidos como um testemunho da origem da população local e a perda ou deterioração do bem é visto como um apagamento da própria memória.

## **1.4 Arquitetos imigrantes no século XX**

### **1.4.1 Contexto da arquitetura que se desenvolvia no início do séc. XX no Brasil**

Antes de entender o conteúdo das discussões atuais acerca de arquitetos imigrantes no período do modernismo brasileiro, cabe aqui uma retomada sobre o que foi o movimento moderno e como ele se desenvolveu de maneiras diferentes no Sudeste e no Sul Brasil.

Mundialmente falando, o movimento moderno, conforme Ching (2000), foi uma ruptura filosófica e prática nas artes no início do século XX e que toma forma na arquitetura em diversos estilos inovadores como brutalismo, Bauhaus, arquitetura orgânica, Art Déco e o Estilo Internacional. O chamado Estilo Internacional foi um movimento que se espalhou por todo o mundo e que se caracterizava por ser destituída de características regionais, composta por formas geométricas simples, superfícies grandes, sem textura ou cores fortes (geralmente brancas), grandes áreas envidraçadas e uso generalizado de aço e concreto armado na construção (CHING, 2000 p.147).

No Brasil, conforme Segawa (2002 p. 42) o marco inicial do movimento moderno aconteceu em 1917, com a exposição *fauvista* da artista Anita Malfatti, que apenas expunha seu aprendizado artístico da Alemanha e Estados Unidos sem

intenção de deflagrar nenhum movimento. Porém, a exposição gerou uma polêmica e iniciou-se um debate envolvendo poetas, jornalistas e artistas, em torno do caráter conservador e “passadista” do meio artístico, iniciando assim o primeiro grupo modernista brasileiro.

Ainda em Segawa (2000 p. 42), a primeira manifestação conjunta desse grupo foi a Semana de Arte Moderna, realizada em São Paulo em 1922. Neste evento havia exposições de literatura, música, escultura, pintura e arquitetura (com a exposição de projetos). Esse primeiro período, de 1917 até 1924 é uma fase iconoclasta, em que o “modernizar” era permeado por polêmicas e escândalos, marcados pelos modernistas contra os valores passadistas acadêmicos. Uma segunda fase estabeleceu-se entre 1924 e 1929, ano em que Oswald de Andrade publica o “Manifesto Pau-Brasil” introduzindo a problemática do nacionalismo na discussão da literatura moderna. (SEGAWA, 2000 p. 42)

Esse discurso nacionalista que combina modernidade e tradição era muito presente também na retórica da arquitetura neocolonial, que também se desenvolveu neste período. Segundo Kessel (1999), o neocolonial foi um movimento tradicionalista, fortemente identificado entre 1920 e 1930, que buscava encontrar uma arquitetura brasileira inspirada nas casas senhoriais da região nordeste e no barroco mineiro. Conforme este autor, é uma reação contra o ecletismo e o excesso de estrangeirismo do início do séc. XX, porém, este reage ao passado paradoxalmente olhando para trás. O neocolonial no Brasil, é então um estilo revivalista que tenta combinar o culto à tradição e a especificidade da cultura brasileira, apropriando-se de relações entre passado e presente, com raízes fortemente fixadas na arte e arquitetura portuguesa que fora tropicalizada no Brasil durante o período colonial.

No Brasil, o estilo neocolonial se expressou em igrejas, prédios públicos, residências e manifestações artísticas. Conforme Mascaro (2008), um dos principais responsáveis pela difusão desse estilo no Brasil foi o engenheiro Ricardo Severo. Severo nasceu e estudou em Portugal e suas influências da arquitetura de lá foram reproduzidas em seus projetos aqui no Brasil, mais especificamente na capital de São Paulo.

Figura 1: Foto da Casa que Ricardo Severo construiu em Portugal e que foi publicada na Revista Serões.



Fonte: MASCARO, 2008 p.200

Mas ainda antes de Severo imigrar para o Brasil, sua arquitetura já era divulgada aqui através de uma publicação de Rocha Peixoto chamada “A Casa Portuguesa” na Revista Serões em 1905 (Figura 1) (MASCARO, 2008 p.2-4). Esta autora cita ainda os arquitetos portugueses Raul Lino e Álvaro Machado como exemplos de profissionais tradicionalistas, que inspiraram o neocolonial no Brasil.

Na casa projetada por Raul Lino (Figura 2), destaca-se a janela de canto e os ornamentos, principalmente em torno das janelas. Em ambas as casas se destacam as colunas, as passagens arqueadas e outro detalhe que se tornou icônico no neocolonial, que é o acabamento em alvenaria do beiral, conhecido como “beira”.

No Brasil, a arquitetura neocolonial desenvolveu-se bastante em igrejas e prédios públicos, pois acima de tudo, este estilo carregava um significado tradicionalista e de rememoração do passado. Portanto, nesse tipo de projetos os ornamentos e as sinuosidades eram bem explorados. Na figura 3 vemos como exemplo de arquitetura neocolonial religiosa o Templo de São Pedro, que foi construído em 1940 em Araraquara, São Paulo (MASCARO, 2008 p. 175). Nestes projetos vemos na fachada o frontão<sup>6</sup> em curvas,

Figura 2: Casa projetada por Raul Lino e ganhadora do prêmio Valmor em 1930.



Fonte: MASCARO, 2008 p. 222

<sup>6</sup> Extremidade da fachada de um edifício com telhado de duas águas, em geral triangular e que ao longo dos séculos sofreu várias variantes. (KOCH, 2009, p.151)

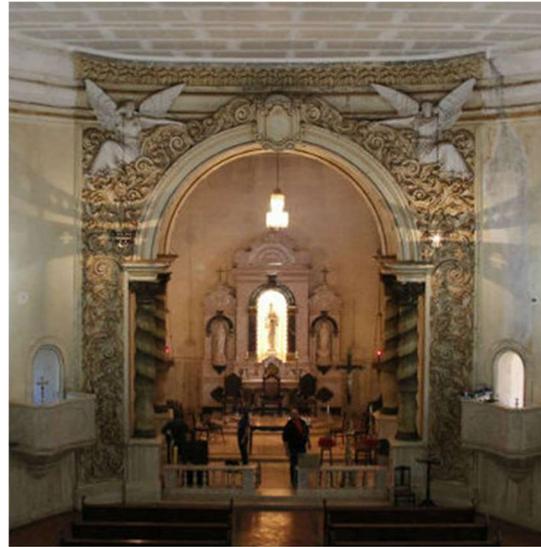
muito utilizado neste tipo de projeto. Na figura 4 vemos o excesso de adornos e as colunas salomônicas sustentando a arcada.

Figura 3:Templo de São Pedro, fachada



Fonte: Rodrigues, 2012. Disponível em <<http://g1.globo.com/sp/araraquararegiao/noticia/2012/05/igreja-e-restaurada-e-reaberta-apos-12-anos-em-araraquara-sp.html>>

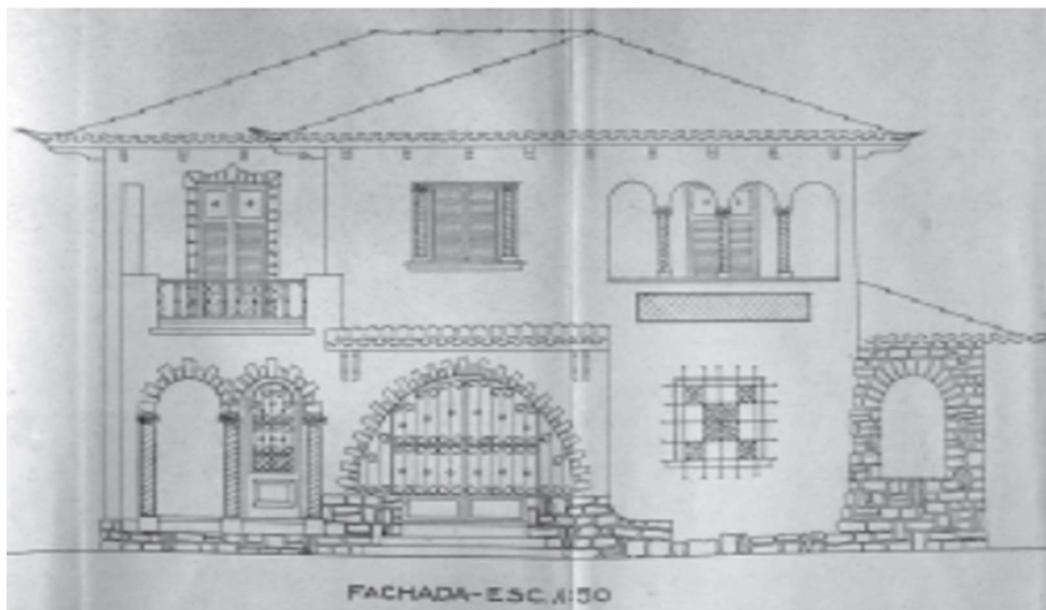
Figura 4:Templo de São Pedro, altar.



Fonte: Rodrigues, 2012. Disponível em: <<http://g1.globo.com/sp/araraquararegiao/noticia/2012/05/igreja-e-restaurada-e-reaberta-apos-12-anos-em-araraquara-sp.html>>

Nas residências o neocolonial se desenvolveu de formas especiais, inclusive em outros países. Mascaro (2008) discorre sobre a vertente missões, a que mais se manifestou aqui: entre os elementos principais que evocam essa vertente estão a torre com o telhado em forma de cone (abrigoando a escada quando em residências de dois pavimentos), janelas tripartidas de arco pleno, pedras esparsas na fachada, arcos, colunas salomônicas e beirais generosos. Na figura 5, o projeto do engenheiro Djalma Ferraz Kehl, em 1946, demonstra bem esta vertente.

Figura 5: Projeto do engenheiro Djalma Ferraz Kehl, em 1946, São Carlos-SP.



Fonte: MASCARO, 2008 p. 446.

O projeto acima não possui torreão, porém este era um elemento muito comum, principalmente no sul. Grieneisen (2013 p.340) fala sobre as casas neocoloniais do Rio Grande do Sul: “O programa espacial dessas casas incluía no mínimo uma torrezinha redonda, e elas costumavam ter um telhado diferente para cada um dos volumes do conjunto da moradia [...]”

Mas apesar da difusão deste movimento, ele não teve tanta força quanto o modernismo:

Seria lícito afirmar que a visibilidade do neocolonial viu-se ofuscada pela preeminência ruidosa do modernismo, contra o qual ele travou uma batalha perdida na disputa pela primazia da legitimidade como manifestação nativa da arquitetura na cultura brasileira. (KESSEL, 1999, p.3)

Um prédio que é símbolo desse embate e um dos principais exemplos da arquitetura moderna brasileira é o prédio do Ministério da Educação e Saúde (MES) (figura 6). Conforme Segawa (2000 p.76-79), esse edifício projetado por Lúcio Costa juntamente com uma equipe que contava ainda com Oscar Niemeyer, Carlos Leão, Affonso Eduardo Reidy, Ernani Vasconcellos, Jorge Machado Moreira, e com a consultoria do arquiteto Le Corbusier. O prédio em forma de prisma sobre pilotis, liberando o espaço térreo para circulação e jardins, representa uma nova fase da

arquitetura moderna que se desenvolveu de 1929 a 1945, marcada pela disseminação das ideias de Le Corbusier na América do Sul.

Mas, para além de sua materialidade, esse prédio representa a primazia do modernismo sobre o neocolonialismo e outros movimentos pois, conforme Santos (1992 p. 327-346), a escolha do projeto para a construção do MES deveria se dar através de um concurso promovido em 1935. Nesse momento, o campo da arquitetura se dividia basicamente em eclética, neocolonial e moderna. Primeiramente, o júri do concurso não escolheu o projeto moderno, porém, em seguida o próprio ministro da educação Gustavo Capanema convidou oficialmente Lúcio Costa para elaborar um novo projeto segundo os preceitos modernos. Por esse motivo e dada a importância do prédio a ser construído, o edifício do MES ilustra um pouco das disputas ocorridas no campo da arquitetura, com a vitória dos modernos sobre os neocoloniais.

Mas os estilos modernistas não foram empregados apenas nas grandes obras, eles se difundiram também em obras de pequeno porte e até em residências unifamiliares. Conforme Luccas (2010), na década de 1950 em São Paulo havia uma “paleta de diferentes arquiteturas convergentes”, que foram rotuladas como de Estilo Internacional. Esse conjunto de obras irradiou sua influência, inclusive para a região Sul do Brasil.

Uma outra vertente importante da arquitetura moderna que se desenvolveu muito no Brasil foi o Art Déco. Essa tipologia teve seu apogeu entre 1935 e 1945. Na maior parte deste período Getúlio Vargas esteve no poder como presidente do Brasil e procurava associar sua imagem pública à modernidade através do Art Déco, optando pela construção de seus prédios nesse estilo e sendo seguido também pela iniciativa privada. Sendo assim, o Rio de Janeiro abriga a maior quantidade de

Figura 6: Estação Central do Brasil



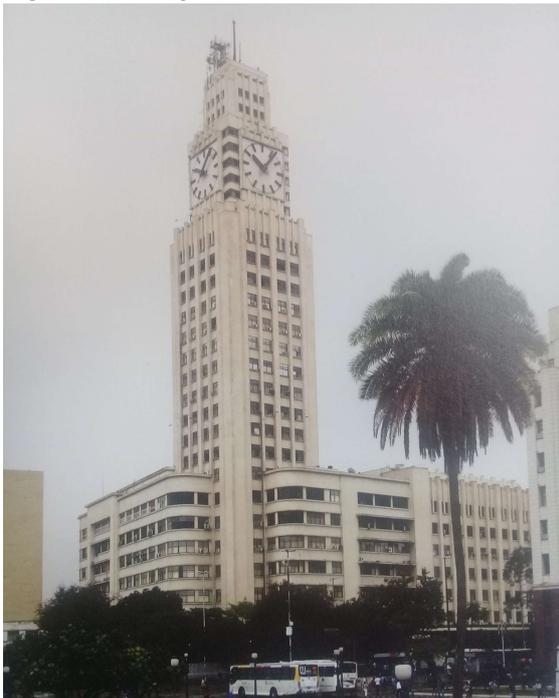
Fonte: MINISTÉRIO, 2020. Disponível em: <<http://enciclopedia.itaucultural.org.br/termo3762/ministerio-da-educacao-e-saude-mes>>

construções Art Déco no Brasil. (GALLAS A. e GALLAS F., 2013, p. 110 apud SERAFIM, 2018)

O *Art Déco*, segundo Viana (2011), surgido na França no período entreguerras, é uma releitura modernizada de valores universalmente aceitos, mantendo assim os cânones do passado somados à junção de novas referências da era da máquina, fundindo ainda diversas manifestações, como o futurismo e o neoplasticismo. Esse estilo decorativo é marcado pelos motivos geométricos, as formas simples e curvilíneas, os contornos nitidamente definidos, as cores frequentemente fortes e o uso de materiais sintéticos, como os plásticos. (CHING, 2000, p. 147).

Um edifício que é exemplo da arquitetura Art Déco Getulista, é o edifício da Estação D. Pedro II (posteriormente denominada Estação Central do Brasil), no Rio de Janeiro, projetado para ser um símbolo dos avanços sociais do Estado Novo. (GALLAS A. e GALLAS F., 2013)

Figura 7: Estação Central do Brasil



Fonte: GALLAS A. e GALLAS F., p. 125

Segundo Segawa (2000 p.72), o Art Déco conquistava adeptos populares em todos os quadrantes do Brasil e as cidades construídas entre 1930-1940 são verdadeiras concentrações das mais variadas interpretações desta tipologia. Assim, o Art Déco também foi bastante importante nas cidades do sul, inclusive em Joinville, como veremos no capítulo seguinte.

### 1.4.2 Arquitetos imigrantes na história da arquitetura moderna brasileira

Com o advento do movimento moderno na década de 1920 (calcado em ideais nacionalistas) e a criação do SPHAN<sup>7</sup> (Serviço do Patrimônio Artístico e Nacional) na década de 1930, criou-se uma narrativa na história da arquitetura brasileira na qual o estrangeiro era omitido e os elementos do “colonizador português” e do “gênio nacional” eram muito mais valorizados. Segundo Weimar (2017), o fato de que os arquitetos estrangeiros deste período não seguiam o modernismo estabelecido pela política estado-novista fez com que suas atividades e produções fossem ainda mais silenciadas.

A questão da criação dessa narrativa dentro do SPHAN, foi objeto de estudo de Santos (1992), que observou uma dinâmica entre os membros desta “academia” que fez surgir, constituir e desdobrar a ideia de patrimônio no Brasil associada a própria ideia de nacionalismo, importante ponto na política do Estado Novo do então presidente Getúlio Vargas. A enunciação de um discurso de valorização de um patrimônio artístico nacional também faz parte desse processo de invenção da nação através da identificação de valores tradicionais, estéticos e históricos.

Em nossa pesquisa de estado da arte, Anat Falbel surge como uma das principais autoras nos estudos dos últimos 15 anos sobre a historiografia de arquitetos imigrantes e seu impacto no espaço urbano. Essa autora vem atuando na valorização das influências de arquitetos, planejadores urbanos, fotógrafos, designers, artistas e intelectuais imigrantes sobre outros profissionais. É a partir dessa valorização que a autora coloca essas figuras imigrantes como “agentes modernizadores” e propõe um estudo mais aprofundado sobre sua trajetória singular. O primeiro registro que pôde ser encontrado desta ideia foi em sua publicação de 2006: “Arquitetos imigrantes, uma questão historiográfica”. (FALBEL, 2006)

Falbel aponta para Lúcio Costa como um dos grandes responsáveis para a formulação bastante romantizada dessa narrativa historiográfica da arquitetura moderna brasileira, em 1930, logo após o golpe de estado, quando integrou-se ao

---

<sup>7</sup> Fundado em 1937 no governo de Getúlio Vargas, renomeado posteriormente para DPHAN em 1946 e para IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) em 1970.

grupo de intelectuais que definiram a perspectiva cultural do Estado Novo. (FALBEL, 2006, 2011, 2018)

Assim procedendo, o historiador [referindo-se a Lúcio Costa] nacionalizou, ou etnicizou, a base original formada por portugueses, africanos e o elemento nativo, sugerindo a existência de uma comunidade natural, que para ele manteve sua continuidade e peculiaridade, apesar das levas imigratórias européias e orientais posteriores. (FALBEL, 2011. p. 38.)

Essa tentativa de enunciar uma arquitetura puramente nacional fez com que o próprio movimento moderno perdesse suas características originais de universalismo e ruptura de fronteiras nacionais que havia nas vanguardas europeias, quando foi colocado como símbolo de identidade nacional pelos latino-americanos (FALBEL, 2011, p.37).

Mas, como vimos em Santos (1992), a valorização da tradição também foi um ponto importante na construção do nacional, e esse ponto foi exaltado na arquitetura através da patrimonialização da arquitetura barroca, o qual reforçava a ideia da cultura arquitetônica portuguesa como a primeira e única fonte da arquitetura brasileira. (FALBEL, 2018)

Günter Weimar<sup>8</sup> é outra fonte primordial. As publicações deste autor (que se iniciam na década de 1980) abordam a arquitetura popular, a erudita, a moderna e o desenvolvimento da cidade como um todo, quase sempre em relação aos imigrantes alemães; tendo se tornado uma referência básica e fundamental em pesquisas sobre a arquitetura do Rio Grande do Sul. Assim como Anat Falbel, Weimar (2017) também faz uma análise da historiografia da arquitetura apontando o contexto político e cultural em que o IPHAN considerava apenas os períodos do barroco e do modernismo como “dignos de serem indexados”, desprezando o longo período que ia até o fim da II Guerra Mundial. O autor explica ainda que além de este ser o entendimento assumido pelo IPHAN, era também o adotado pela Escola de Belas Artes no Rio de Janeiro e como muitos dos profissionais do Rio Grande do Sul estudavam lá, esta concepção acabava por não ser questionada ou discutida.

---

<sup>8</sup> Arquiteto pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da UFRGS, em 1963. Doutor em Arquitetura pela FAU-USP, em 1991. Mestre em História da Cultura pela PUCRS, em 1981. Especialista em Desenho Industrial pela Hochschule für Gestaltung de Ulm/Alemanha, em 1967. Autor de diversas obras no âmbito da arquitetura da imigração alemã no Rio Grande do Sul.

Em “Sobre Utopia e Exílio na América Latina” e “Cartas da América: arquitetura e modernidade”, Falbel (2009 e 2010) faz uma abordagem pragmática ao colocar em análise o caso de dois arquitetos imigrantes russos: Gregori Warchavchik estabelecido no Brasil e Wladimiro Acosta, na Argentina. Nestes textos a autora investigou, a partir da vida e atuação destes imigrantes, articulações entre o modernismo latino e o internacional na década de 1930. A partir disso a autora vem atuando na desconstrução do antigo modelo historiográfico da arquitetura brasileira (aquele construído entre as décadas de 1930 e 1960). Principalmente quanto às narrativas de Lúcio Costa. (FALBEL, 2011, 2018)

Neste segmento, um tipo de publicação comum são os estudos de caso a partir de algum arquiteto, engenheiro ou construtor em específico que, de alguma maneira impactou uma cidade ou região. Além de Warchavchik e Acosta, outros casos de profissionais imigrantes deste período já foram apontados por outros autores.

Hans Broos, por exemplo, é mais um arquiteto imigrante do período que deixou uma produção ímpar. Daufenbach (2010) explora em seu artigo o desenvolvimento de Broos como arquiteto a partir da análise de suas principais obras, ao mesmo tempo em que relaciona essa produção com o desenvolvimento da arquitetura moderna nacional como um todo. Entretanto, sublinha o fato de que o arquiteto permaneceu à margem da historiografia nacional, salvo raras exceções, o que o torna não mais que um “ilustre desconhecido” entre nós, apesar da qualidade de sua obra e os inúmeros prêmios que recebeu. A autora ainda reflete sobre as noções de passado, contemporaneidade, futuro e tradição do arquiteto a partir de sua existência como imigrante de uma Alemanha que recém havia passado pelo nazismo e enfrentava ainda os escombros e cicatrizes deixados pela guerra:

As muitas experiências que Hans Broos tivera em seu país de origem em como lidar com os exemplos do passado – seja em obras ou projetos e concursos – se cristalizaram em seu pensamento em dois princípios distintos: a compreensão da história como continuidade da cultura; e a convicção sobre a importância da unidade urbana. (DAUFENBACH, 2010)

Daufenbach (2010) traz ainda que o próprio arquiteto afirmava em seus escritos que o Brasil representava um campo ilimitado de trabalho e criatividade. Essa era, portanto, a imagem da liberdade projetual e de um mundo a ser construído, contraposta à noção de limitação projetual em um combalido ambiente a

ser reconstruído que fora deixado para trás. Apesar de não obter o devido reconhecimento na historiografia, Broos teve uma produção extensa, com obras de grande porte e marcantes.

Alguns estudos de caso são ainda, sobre arquitetos com produções menores e mais restritas à um pequeno recorte geográfico, mas que ainda assim tiveram sua contribuição na formação da paisagem urbana e merecem ser estudados. Como é o caso de Domingo F. Rocco<sup>9</sup>, arquiteto do início do século XX que produziu residências urbanas em estilo que parecem muito ter influências da arquitetura italiana. Assim, Menegotto (2018) propõe um afastamento dos valores da “historiografia oficial” para destacar obras de menor porte que produzem um pano de fundo na paisagem. Utilizando uma metodologia comparativa, Menegotto (2018) analisa fachadas, plantas e ocupação de terreno para averiguar as influências e trocas culturais presentes na arquitetura de Rocco.

A mesma metodologia comparativa é utilizada por Grieneisen (2013) que estuda a produção de quatro arquitetos imigrantes alemães no Rio Grande do Sul e traz novos esclarecimentos para a história da arquitetura da cidade.

A análise da trajetória e da produção destes arquitetos imigrantes demanda uma abordagem teórica especial e de uma análise de contexto diferente daquela utilizada quando se fala em arquitetura vernacular ou popular.

Menegotto (2018) acredita ser possível refletir sobre a história de arquiteturas em nosso meio, buscando analogias com aquelas ocorridas em outras realidades examinando-se contextos urbanos e socioeconômicos, pois tais arquiteturas podem revelar articulações entre si e modos de ocorrência, concepção e dinâmica de expressões que devem ser vistas como um processo de produção de sentido.

### **1.5 Imigrações contemporâneas, memória e o espaço urbano**

A publicação Australiana é um caso particular e interessante, o estudo trata das relações simbólicas em torno das casas de imigrantes italianos no período após a II guerra mundial. É o único exemplo encontrado que aborda imigrantes italianos do

---

<sup>9</sup> Em: MENEGOTTO, Renato Gilberto Gama. DF Rocco, um construtor em Porto Alegre, Brasil: sobre casas urbanas, imigrantes italianos e difusão da arquitetura. **História Unisinos**, v. 22, n. 4, p. 673-684, 2018.

pós-guerra fora da América do Sul. O contexto da imigração é bastante similar ao acontecido no Brasil: um grande fluxo migratório estimulado por ambos os governos australiano e italiano, em decorrência de uma situação econômica insustentável que a Itália passava no pós guerra. (FAGGION e FURLAN, 2017)

Apesar de a metodologia e os buscadores nos levarem a apenas uma publicação, essa publicação traz uma revisão da literatura que aponta para um campo já desenvolvido no tema da arquitetura da imigração italiana na Austrália. Nota-se no texto que essa arquitetura é estabelecida como patrimônio cultural da Austrália e um exemplo de sua multiculturalidade.

A metodologia utilizada por Faggio e Furlan (2017) parte de uma análise hermenêutica de entrevistas com 40 imigrantes daquela geração, a fim de entender e listar quais significados eles embutem nas suas casas. O objetivo com a pesquisa é, além de entender o processo histórico do desenvolvimento da arquitetura australiana, explorar o reino simbólico preservado no ambiente construído, e com isso, entender o próprio patrimônio cultural da Austrália.

Essa proposta de aproximação direta para entender a percepção do imigrante, sua relação com o espaço e seu entendimento de “lar”, também foi frequentemente percebido nas publicações europeias, mas nesse caso, para estudar imigrantes contemporâneos, inclusive refugiados. Neste tipo de pesquisa, as abordagens qualitativas a partir de entrevistas com os imigrantes são uma metodologia frequente.

Albuquerque (2018) investiga em Verona (Itália) a representação da imigração como um problema de insegurança e entrevista italianos e imigrantes de diversas origens para identificar as consequências dessas representações nas relações sociais, na construção do espaço urbano público e até na autopercepção dos próprios imigrantes. A autora evidencia as tensões causadas pelas narrativas de alteridade no imaginário comum onde “o outro” é um problema que afeta a ordem e, portanto, causa “espaços de insegurança”, locais que causam sentimento de medo nos nativos.

Na investigação de Albuquerque (2018), foi evidenciado o fato de que a maioria dos imigrantes escolheu o bairro Veronetta por ter aluguéis mais baratos, sendo que os locais alugados são bastante pequenos e em muitos casos os imigrantes alugam apenas uma cama em um quarto. Essa falta de um espaço ideal para descanso e lazer faz com que esses imigrantes passem o tempo em grupos nas ruas e em frente a comércio; comportamento este que causa estranhamento nos italianos e os leva

até a evitar determinadas ruas. Essa situação pode se repetir em qualquer lugar que não tenha espaços públicos adequados para o lazer e moradias adequadas e confortáveis.

Leikkilä et al (2013), defendem que este problema precisa ser resolvido através de políticas públicas que promovam a integração das culturas que compartilham o território. Segundo os autores, os espaços públicos “verdes” são essenciais pois além de serem locais de contemplação e inspiração, são locais acessíveis a todos os grupos e, portanto, aumentam as chances de interação e de os diferentes se conhecerem.

Leikkilä et al (2013), realizaram uma entrevista realizada com imigrantes de diversas origens (Rússia, Bielorrússia, Letônia, Estônia, Alemanha, Turquia, Iraque, Tailândia, Uzbequistão, Itália, Zimbábue, Nepal e Israel) e pessoas que trabalham com imigrantes em Helsinque (Finlândia). Os autores utilizaram fotos dos espaços nas entrevistas para facilitar a comunicação e os entrevistados puderam se expressar livremente. Os autores descobriram que os imigrantes consideram a abundância de espaços verdes públicos em Helsinque um fator muito positivo, descrevendo-os como relaxantes, limpos e bem conservados e afirmando que estes espaços são parte de suas vidas cotidianas. Além disso, destacaram que o contato com a natureza não é principal fator para a utilização dos espaços, e sim a oportunidade de reunião com amigos e familiares.

Kloek (et al 2013) aponta que as relações entre espaços verdes, imigração e sociedade são questões emergentes em política e ciência, mas que, no entanto, até agora a pesquisa foi fragmentada e não existe uma visão geral das abordagens.

As discussões vão além dos espaços públicos e alguns projetos inovadores abordam a habitação como objeto de estudo, uma vez que grande parte da problemática está em receber o imigrante e oferecer condições básicas de moradia. Muitos países encontram-se preocupados com previsões futuras de ocupação territorial, já que a população imigrante cresce constantemente e a criação de periferias e até mesmo a falta de moradia é uma ameaça.

Na Suíça, um estudo publicado por Marini (et al 2019) utiliza de *softwares* modernos para simular o crescimento populacional e ocupação do país em diversos cenários diferentes, e assim ajudar no planejamento das moradias. O estudo apontou que a capacidade de construção da cidade de Lausanne atingirá o limite em 2022,

portanto o estudo discorre sobre soluções como a construção de apartamentos menores.

Na Alemanha, por exemplo, para evitar o surgimento de guetos e ajudar a coesão social, estão sendo feitos esforços para integrar os recém-chegados aos residentes de longa data nos bairros urbanos por meio de esquemas de uso misto especialmente construídos. (KUHL, 2018)

Propostas e projetos para atender a essa demanda são o novo desafio dos arquitetos, urbanistas e designers. No Brasil, não encontramos ainda trabalhos nesse sentido, mas o assunto ainda assim é emergente.

### **1.6 Ainda sobre a pesquisa de estado da arte**

Como constatado, a história da arquitetura e do desenvolvimento urbano de nossas cidades é intimamente afetado por impactos de fluxos migratórios. Entre as publicações encontradas e analisadas, o que diferencia a problemática de cada uma delas é o contexto histórico e geográfico do fluxo imigratório abordado, o que implica na perspectiva teórica e metodologia adotadas.

No caso da arquitetura tradicional ou rural produzidas nas colônias por imigrantes do século XIX, facilmente ela é percebida como um bem patrimonial, como uma herança que pertence à coletividade que precisa ser salvaguardada para as futuras gerações. Já a arquitetura produzida por imigrantes do século XX, principalmente no período do modernismo, não se encaixa nesta mesma narrativa, recebendo uma análise mais historiográfica e arquitetônica propriamente dita.

A pouca quantidade de trabalhos sobre arquitetos imigrantes do século XX deixa algumas questões em aberto, como: como essa arquitetura é entendida no âmbito do patrimônio cultural? Ela pode ser um bem coletivo? Que tipo de memória ela guarda e que tipo de identidade a perpassa? Questões como essa são complexas e certamente necessitam de uma análise de contexto, caso a caso.

É importante sublinhar que na problemática central de Falbel (2006, 2009, 2010, 2011 e 2018), estão imigrantes com formação superior em arquitetura em países estrangeiros, ou seja, agentes capazes de um impacto direto no âmbito acadêmico através de atividades de ensino e escrita, assim como através de seus próprios trabalhos de arquitetura. Arquitetura essa que podemos classificar como

erudita, enquanto a maioria dos trabalhos que envolvem a arquitetura da imigração são sobre arquitetura vernacular, rural ou tradicional.

Mas enquanto o Brasil ainda tenta entender as suas cidades, as paisagens e as arquiteturas deixadas pelos seus imigrantes do passado; a Europa e Estados Unidos se preocupam em desvendar a cidade apropriada e transformada pelos seus imigrantes do presente, arriscando estudos inovadores para tentar entender este processo, desde a percepção que imigrante tem do novo espaço até os desafios que recaem sobre os planejadores urbanos para promover um ambiente saudável e de integração, adaptado às novas realidades e complexidades decorrentes dela. Na vertente desta problemática, estimula-se a elaboração de métodos para a aplicação da pesquisa quali-quantitativa em pesquisa social. Este tipo de estudo é uma tendência da qual não se pode fugir, as imigrações contemporâneas são intensas e o Brasil também têm as recebido.

Os artigos relacionados a este tema são bastante recentes, da última década, sendo metade deles dos últimos 5 anos. Portanto ainda é um tema em construção, não apenas na arquitetura e urbanismo, mas em muitas áreas de estudo. Kloek (et al 2013) ainda sugere os temas “identidade em contexto” e “múltiplas identidades” como ponto de partida neste tipo de pesquisa, e atenta para a necessidade de se construir um arcabouço teórico abrangente para a interface espaço-imigração-sociedade que permita e estimule a cooperação internacional de pesquisadores e a transposição das fronteiras.

Em suma, a análise dos resultados encontrados nesta pesquisa de estado da arte sugere novas perspectivas e caminhos que ainda carecem de pesquisa, como por exemplo os estudos de caso em Joinville. Não foi encontrada nenhuma publicação que trata especificamente do caso Keller & Cia, que é o objeto de estudo desta dissertação. O nome deste escritório e de dois de seus integrantes (Georg e Max Keller) foi citado no trabalho de dissertação de Souza (2014), que investigou a história de uma casa que foi projetada neste escritório: a casa n.º 909 da Rua XV de Novembro em Joinville. Porém, ainda não há uma investigação ampla que se aprofunde na sua trajetória, características principais, possíveis valores patrimoniais e os impactos causados na arquitetura e imagem da cidade de Joinville.

## 2 A ARQUITETURA DA KELLER&CIA EM JOINVILLE

### 2.1 A Formação da Sociedade Keller&Cia: Contexto Histórico Mundial

Chegamos então aos nossos personagens: Max Paulo Keller, Georg Friederich Keller e Paul Hellmuth Keller. Três alemães da Saxônia (do então Império Alemão, figura 8) formados engenheiros-arquitetos na *Sächische Staatsbauschule fuer Hochbau in Chemnitz* (Escola Estadual de Construção Civil da Saxônia em Chemnitz). (SERAFIM, 2018 p. 47) Três arquitetos com a mesma formação inicial, mesmo sobrenome, que imigraram para a mesma cidade. Assim, superficialmente, fica fácil confundi-los ou imaginar que todas as obras produzidas por eles têm a mesma identidade visual. Mas ao contrário disso, esses homens tiveram jornadas diferentes e produções diferentes, e não somente diferentes uns dos outros, mas diferentes de si mesmos ao longo de suas trajetórias profissionais. Para melhor analisar essa trajetória, vamos começar do início e entender o que os trouxe à Joinville.

Como vimos no capítulo anterior, o início do século XX causou um intenso fluxo migratório da Europa em direção à América em decorrência de crises econômicas causadas, principalmente, pelas grandes guerras.

A cidade de Chemnitz (ver figura 9), na qual Max, Paul e Georg estudaram, foi precoce no processo de revolução industrial em relação à Alemanha em geral. No século XIX, Chemnitz tornou-se a segunda cidade comercial no Reino da Saxônia e a partir daí, sofreu um processo de transformação da paisagem com o surgimento dos subúrbios ocasionados pela industrialização. Em 1930, a cidade atingiu o número recorde

Figura 8: Mapa do Império Alemão (1871-1918)



Fonte: ALEMANHA, 2020, editado pela autora. Disponível em: <[https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/1/19/Deutsches\\_Reich\\_%281871-1918%29-en.png](https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/1/19/Deutsches_Reich_%281871-1918%29-en.png)>

de habitantes: eram mais de 360.000 pessoas trabalhando e vivendo em um pequeno território. Porém, todo esse desenvolvimento urbano sofreu com as consequências



Georg F. Keller foi o segundo a emigrar, no ano de 1920. Porém Georg não vai diretamente para Joinville, ele vai para o Rio de Janeiro onde consegue trabalho e participa inclusive das obras do grande Hotel Glória, o primeiro prédio com tecnologia do concreto armado da América do Sul e primeiro prédio do Brasil 5 estrelas (DIÁRIO DO RIO, 2015). Em 1922 é que Georg vai a Joinville em visita ao irmão Max e resolve ficar. Aqui casa-se com Erna Wetzel (filha de Hermann Wetzel) e, junto do irmão Max Keller, iniciam a firma Keller&Cia. Paul Hellmuth, o mais jovem dos três, chega em Joinville apenas em 1933. (SERAFIM, 2018)

É interessante notar a preferência dos três pela cidade de Joinville, já que Georg inclusive já havia conseguido oportunidade de exercer sua profissão no Rio de Janeiro, que naquele período era capital do Brasil. Vamos buscar entender no subcapítulo seguinte qual era o contexto histórico e social da Joinville do início do século XX.

## 2.2 Contexto Histórico Joinvilense e primeiros passos

É importante lembrar que a história da ocupação e fundação das cidades do Sul do país ocorreu de maneira tardia. Enquanto o território brasileiro como um todo deixa de ser colônia em 1822, em 1851 o território que compreende Joinville (figura 10) era uma colônia pertencente à Princesa Francisca Carolina (filha de Dom Pedro I) que as recebera como dote pelo seu casamento com o príncipe francês François Ferdinand Phillippe Louis Marie em 1843. (FICKER, 2008)

Conforme narrado por Ternes (1984), o casal foi morar na França, porém em 1848, com a vitória das forças revolucionárias na França, Luís Felipe é destronado e a família real é exilada, fugindo então para a Inglaterra. Perante a nova situação, o príncipe e a princesa resolveram tirar partido do seu patrimônio em terras na Província de Santa Catarina, a fim de poderem sobreviver condignamente. A partir daí inicia-se o processo de colonização

Figura 10: Localização de Joinville



Fonte: OUL, 2012. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br>

destas terras, que recebem o nome de Colônia Dona Francisca em homenagem à princesa.

Nesse período deu-se início a um intenso fluxo de entrada de imigrantes para colonização das terras de Joinville, instigado por uma extensiva propaganda através de panfletos e publicações que descreviam a Colônia Dona Francisca como uma “Terra da promessa”, um verdadeiro paraíso terrestre (FICKER,2008, p. 71). Uma grande parcela desses imigrantes vinha do Reino da Prússia e da Saxônia (regiões que foram unificadas em 1871, formando o Império Alemão, atual Alemanha), Suíça e Noruega. O fluxo de chegada era constante, o que fez com que muito da cultura dos imigrantes perdurasse na colônia, mesmo com o passar das décadas, inclusive com relação ao idioma. Segundo Coelho (apud Santos, 2013, p.29), “em Joinville, o ‘idioma alemão’ foi predominante até o final da década de 30, tanto na zona rural como na urbana, sendo utilizada no ensino [...], no comércio, nas repartições públicas e, obviamente no ambiente familiar”. Esse pode ter sido um dos motivos que tornava Joinville uma cidade atrativa para imigrantes alemães, pois a chegada, a permanência e a relação com este novo mundo desconhecido se tornavam um pouco mais facilitada.

De acordo com os relatórios de Ficker (2008), no primeiro momento havia uma presença muito maior de lavradores e pessoas sem profissão declarada do que de profissionais graduados, porém, essa porcentagem seria alterada com o passar das décadas e o desenvolvimento da colônia, que crescia rapidamente.

As primeiras casas eram de caráter emergencial, bastante rústicas e com chão batido, mas com o desenvolvimento da colônia e das condições dos habitantes, foram surgindo moradias de estilo e técnicas alemãs, entre eles a estrutura enxaimel (TERNES, 1993, p.73,74), que era um estilo bastante desconhecido no resto do Brasil, porém predominante na região e um dos motivos é o fato de que os materiais necessários para sua edificação eram de fácil acesso: basicamente madeira, que era unida por encaixes, e barro ou argila, usados na fabricação de tijolos e telhas para vedação. As casas enxaimel eram funcionais e salubres mesmo antes de a cidade ter a primeira olaria, pois apesar da má qualidade dos tijolos e telhas, as cargas da casa eram sustentadas pela trama de madeira e as águas da chuva desciam com mais facilidade devido à forte inclinação das águas do telhado. Assim, segundo Keller (1951) a casa enxaimel respondia bem à necessidade de se obter uma moradia decente, seca e expressiva.

Os povos que formaram Joinville foram diversos, incluindo “os ‘caboclos’ luso-brasileiros acompanhados pelos afro-brasileiros e, por fim, os imigrantes teutos” (MARTINS, 2013 p.61). Entre os imigrantes germânicos, muitos assumiram posições de destaque. Ottokar Doerfel por exemplo, foi tesoureiro da colônia, entre outras funções administrativas, (FICKER, 2008) e fundou o primeiro jornal da colônia em 1862, o “Kolonie Zeitung” publicado em alemão (TERNES, 1993). Logo a partir do início da colonização (1851) a cidade passou por uma fase artesanal, momento em que nasceram algumas atividades que evoluíram à indústria, como a Wetzell em 1856 (que inicialmente produzia velas e sabão), a Dohler em 1881 (tecidos), a Stein em 1853 (alimentos), a Oficina de Frederico Birkholz em 1897 (hoje a Tupy), a Cia Fabril Lepper em 1907 (tecidos) e a Cervejaria Tiede em 1914 (ROCHA, 1994); estes são apenas alguns exemplos de grandes empreendimentos que foram iniciados por imigrantes do Império Alemão.

Como mostra Marcos (2020), o poder e influência desse grupo passou a ser tamanho que acarretou na invenção de um sistema próprio de realização das trocas econômicas, mesmo que a colônia devesse corresponder à política monetária do Estado Imperial brasileiro. Assim, como explica este autor, em um momento de crise emergencial, a solução encontrada por Ottokar Doerffel (como tesoureiro da colônia) foi implantar um sistema de vales, que eram formados rusticamente (à mão) a partir de um papel cartonado contendo o seu valor de troca, o emissor responsável e alguns elementos estéticos ou de identificação, e o que garantia a autenticidade era a assinatura do próprio Doerffel. Observa-se que:

A ascensão da classe dos comerciantes na estrutura social da Colônia Dona Francisca [...] é fruto de um complexo processo inerente à dinâmica inicial da colonização. Entretanto, a manutenção daquelas pessoas em uma posição de destaque na sociedade é resultado de um conjunto de ações que reforçavam e asseguravam, de maneira simbólica, o seu prestígio social. Entre as estratégias utilizadas pela elite comercial para manutenção de seu poder, encontramos a emissão de títulos de crédito que circularam paralelamente às emissões oficiais do Estado Imperial brasileiro. (MARCOS, 2020 p.97.)

O panorama socioeconômico que se instalava, somado à demanda por profissionais capacitados formava o ambiente ideal para a chegada e estabelecimento de imigrantes como os Kellers. Não sabemos exatamente se Max Keller (o primeiro a chegar) já possuía amigos ou outros parentes na cidade, mas é fato que ele rapidamente integrou-se à elite local. E é em Max que encontramos logo a primeira

grande diferença entre os três: apesar de ter realizado alguns projetos de arquitetura, Max teve uma atuação muito mais expressiva no ramo comercial e industrial.

Rocha (1994), cita a pessoa de Max Keller ao narrar a história da industrialização de Joinville, porém sequer o menciona como arquiteto. A autora o cita como “Max Keller da Arp&Cia” (ROCHA, 1994 p.67), referindo-se ao cargo de diretor que Max alcançou na malharia. Esse é realmente um dos feitos mais memoráveis da trajetória profissional de Max, fato que pode ser inclusive constatado através de uma nota publicada no Jornal ‘A Notícia’ em 1958 (figura 11), na qual Max é gloriosamente homenageado por sua trajetória no ramo industrial. O motivo para a reportagem seria o relato das festividades em honra do 45º aniversário de atuação de Max Keller na malharia Arp. Aqui é importante notar que o ano de publicação da matéria é 1958, um consistente indicativo de que as atividades da Max na Malharia Arp iniciaram-se em 1913, o que possibilita reiterar a constatação da data de sua imigração, como já mencionado anteriormente.

Figura 11: Nota sobre Max Keller no Jornal A Notícia, 1958.



Fonte: AHJ, in SERAFIM, 2018 p.57

Mas essa não foi a única atuação de Max Keller na indústria e comércio, ele também participou até mesmo da fundação da Fundação Tupy. Segundo Rocha (1994 p.66-67), tudo começou com a pequena ferraria de Frederico Birckholz, que se associou a Augusto Klimmeck criando a Birckholz & Klimmeck. Depois, ingressou

também o engenheiro Enterlein e a sociedade passou a se chamar Birckholz, Klimmeck e Enterlein. Em 1924, Paulo Max Keller empresta uma quantia de 40 contos de réis para o engenheiro Enterlein e se associa à fundição, originando assim a indústria “Enterlein, Keller & Cia” (CRISTOFOLINI, 2013), que depois passou a se chamar apenas Keller & Cia. Ou seja, a primeira vez que a firma Keller & Cia foi registrada não foi como um escritório de engenharia e arquitetura.

A primeira Keller & Cia era ferramentaria, mecânica e fundição e ainda uma representante da Ford na cidade (SERAFIM, 2018 p.56). Na figura 12 vemos a sede da empresa na rua Pedro Lobo, onde na fachada do prédio à esquerda se lê “OFICINA MECANICA E FUNDIÇÃO”. Na fachada do prédio à direita se lê “CONSTRUÇÃO DE MACHINAS EM GERAL” e no banner entre os prédios há o logo da Ford.

Figura 12: Keller & Cia, na rua Pedro Lobo.



Fonte: AHJ, arquivo fotográfico nº 3169.

Apesar dos diversos interesses industriais e comerciais da firma àquela época, existem ainda projetos arquitetônicos com o carimbo da “Enterlein, Keller&Cia”, como pode ser visto nas figuras 13 e 14. O recorte foi tirado de um dos projetos mais antigos dos Kellers em Joinville: a residência de Max Beckmann, um dos primeiros prédios a

serem tombados pela Fundação Cultural de Joinville (FCJ). O fato curioso é que o projeto é de 1926, data em que Georg Keller já estava na cidade, porém o projeto não é assinado, por tanto, apesar das características e representação gráfica coincidirem com os dos projetos do Georg, não podemos afirmar com certeza se o projeto é de autoria dele, de Max ou de ambos.

Figura 13: Projeto carimbado com o nome "Enterline, Keller & Cia"



Fonte: AHJ, projeto arquitetônico número 1926-104.

Figura 14: Projeto carimbado com o nome "Keller&Cia"



Fonte: AHJ, projeto arquitetônico número 1944-56.

Em algum momento ainda não esclarecido os sócios vieram a se separar, quando Max seguiu no ramo industrial e Georg continuou no ramo da construção civil, utilizando o nome "Keller & Cia". Paul Junta-se a ele em 1933 quando chega à Joinville e ambos têm uma longa trajetória na história da arquitetura da cidade.

É importante mencionar que a questão das autorias é um caso complicado. Os projetos mais antigos não possuem indicação de autoria, apenas carimbo, como é o caso do exemplo da residência Beckmann; e outros possuem uma assinatura no canto inferior direito, da qual o sobrenome 'Keller' se destaca e apenas a inicial do primeiro nome é desenhada. Sendo assim, muitas vezes não se sabe distinguir a autoria de cada projeto ou fica muito fácil confundir-las.

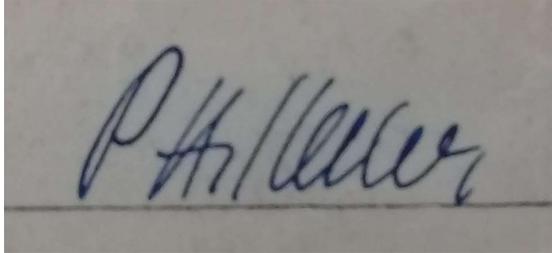
Em minha primeira aproximação com o estudo deste escritório, realizei uma análise de várias amostras de rubricas e assinaturas que me auxiliaram a identificar as autorias dos projetos, o que foi primordial para o estudo dos estilos arquitetônicos empregados por cada um e suas respectivas trajetórias. No subcapítulo seguinte farei a exposição de um resumo daqueles achados, acrescidos de algumas novas descobertas. Mas antes de discutirmos as diferenças estilísticas, vamos esclarecer como diferenciar seus projetos a partir da identificação da assinatura ou rubrica, já

que esta constatação será de grande ajuda para os próximos pesquisadores que queiram analisar os projetos deste escritório.

### 2.3 Características individuais e Principais Obras

A assinatura de Paul Hellmuth é bastante fácil de identificar: o arquiteto costumava desenhar a inicial 'P' de forma bastante nítida e em alguns projetos até escreve o nome por extenso. A figura 15 é um extrato de um dos projetos de Paul, no qual ele é identificado como proprietário no projeto de sua casa na rua Visconde de Taunay.

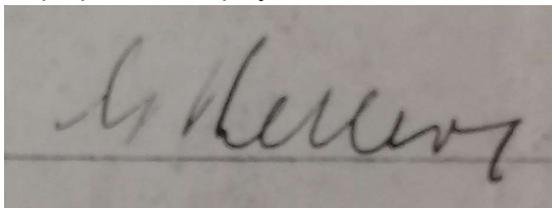
Figura 15: Assinatura de Paul Hellmuth Keller



Fonte: AHJ- Projeto arquitetônico n°1956-29.

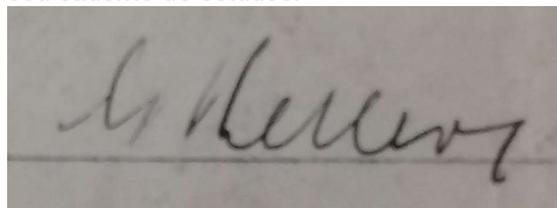
Entre Georg e Max nota-se uma dificuldade maior de distinção. Isso por causa da forma como Georg desenha a inicial 'G', que em alguns casos pode ser entendido como um 'M' posicionado diagonalmente, como vemos na figura 16. Porém, temos aqui uma amostra contundente: na imagem esquerda (figura 16) a assinatura está presente no projeto arquitetônico de sua própria casa no campo "proprietário", e na imagem direita (figura 17) a assinatura está presente na capa do seu caderno de estudos.

Figura 16: Assinatura de Georg, identificação de proprietário no projeto de sua casa



Fonte: AHJ- Projeto arquitetônico n°1956-29.

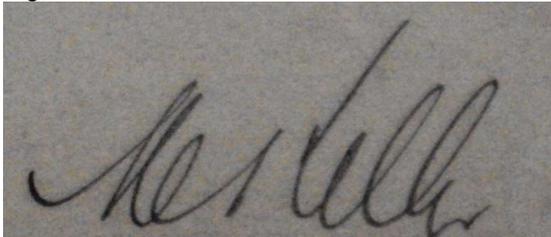
Figura 17: Assinatura de Georg na capa de seu caderno de estudos.



Fonte: AHJ- Pasta de família de Georg Keller

Já no caso de Max Keller, podemos ver nas figuras 18 e 19 que ele desenha o 'M' de maneira mais clara e continua o desenho, quase escrevendo 'Max' por inteiro. A imagem da figura 18 foi encontrada no projeto de sua própria residência na identificação de "proprietário" e a imagem da figura 19, ele assina como proprietário no projeto de reforma da sua casa, anos mais tarde

Figura 18: Assinatura de Max



Fonte: AHJ- Projeto arquitetônico n°1936-66.

Figura 19: Assinatura de Max



Fonte: AHJ- Projeto arquitetônico n° 1934-77.

Como já vimos, a atuação de Max Keller na arquitetura não é tão numerosa, e é até mesmo difícil encontrar exemplares, afinal, Max não projetou nem mesmo a sua própria casa, que tem seu projeto assinado por Georg. Por tanto, nesse momento vamos nos dedicar ao estudo das obras de Paul e Georg. Na tabela a seguir, encontra-se uma relação de imóveis que foram projetados pela Keller&Cia, que é de caráter primordial para iniciar as discussões acerca das características e trajetória desses arquitetos. Essa tabela foi construída a partir de dados encontrados na primeira pesquisa realizada em 2018 e outros achados que foram surgindo desde então. O ponto de partida foram indicações e relatos informais de pessoas que conheceram os Kellers (inclusive membros da família), a partir dos quais iniciei uma pesquisa no Arquivo Histórico de Joinville em busca desses projetos. Assim que os primeiros foram se confirmando e as escolas e estilos começaram a se delinear, ficou mais fácil identificar novos exemplares.

**Tabela 1:** Identificação e localização de projetos da Keller&Cia

		Legenda do mapa de localização da amostra		
N°	Endereço	Autor	Uso atual	Foto
1	Rua Rolf Colin, 100- América	Paul Keller ✓	Residencial	
2	Rua Lages, 1043- América	Paul Keller ✓	Residencial	
3	Rua Lages, 862- América	Paul Keller ✓	Ensino	
4	Rua Nove de Março, 105- Centro	Paul Keller ✓	Comercial	
5	Rua Ministro Calógeras, 650- Centro	Paul Keller ✓	Residencial	
6	Av. Getúlio Vargas, snº- Bucarein	Atribuído à Paul Keller	Residencial	
7	Rua Duque de Caxias, nº 481	Paul Keller ✓	Desocupado	
8	Rua Duque de Caxias, nº 338- Centro	Paul Keller ✓	Serviços	

9	Rua do Príncipe, nº 461-Centro (Esquina com a Alameda Brustlein) <b>Tombado pela FCC</b>	Georg Keller✓ (Também atribuído a Max Keller)	Comercial	
10	Rua do Príncipe, nº 501-Centro (Esquina com a Alameda Brustlein) <b>Tombado pela FCC</b>	Georg Keller✓	Comercial	
11	Rua XV de Novembro, nº 915- América	Georg Keller✓ (Também atribuído a Max Keller)	Serviços	
12	Rua Jerônimo Coelho, 207-Centro <b>Tombado pela FCJ</b>	Georg Keller✓	Serviços	
13	Rua Sete de Setembro, 144- Centro	Georg Keller	Comercial	
14	Rua Henrique Meyer, 296- Centro <b>Demolida</b>	Atribuído a Georg Keller e a Paul Keller	Demolido (uso educacional antes disso)	
15	Rua do Príncipe, 292-Centro <b>Tombado pela FCC</b>	Georg Keller, com reforma executada por Paul Keller em 1966	Comercial	
16	Rua Dr. João Colin, 222-Centro	Atribuído à Georg Keller	Comercial	

17	Galpões e Chaminés da Wetzel. Rua Sen. Felipe Schmidt, 228-Centro <b>Tombado pela FCJ</b>	Alguns galpões foram projetados por Georg Keller, mas a autoria da chaminé ainda é inexata.	Industrial	
18	Rua Dr. João Colin, 672-Centro	Atribuído à Paul Keller	Comercial	
19	Rua Pedro Lobo, 5-Centro	Atribuído à Paul Keller	Institucional	
20	Rua Pedro Lobo, 239-Centro	Atribuído à Paul Keller	Comercial	
21	Rua Aubé, 177-Saguaçú	Atribuído à Paul Keller	Institucional	
22	Rua Nove de Março, 462- Centro	Atribuído à Paul Keller	Comercial	
23	Rua Lages, 952-América	Atribuído à Paul Keller	Residencial	
24	Rua Sete de Setembro,73-Centro	Atribuído à Paul Keller	Serviços	
25	Rua XV de Novembro, 448-Centro	Atribuído à Max Keller	Desocupado	

26	Rua do Príncipe, 387- Centro	Paul Keller✓	Comercial/ residencial	
27	Servidão Fritz Alt, Rua Aubé, s/nº – Boa Vista	Paul Keller✓ e Fritz Alt.	Museu	
28	Rua Nove de Março, 105- Centro	Atribuído à Paul Keller	Comercial	
29	Antiga Rádio Difusora (hoje demolido)	Atribuído à Paul Keller	Demolido	
30	Localização ainda desconhecida	Atribuído à Paul Keller	Desconheci- do	
31	Sede do Joinville Tênis Club	Atribuído à Paul Keller		
32	Residência de Bruno Kupsch	Atribuído à Paul Keller	Residencial	

33	Residência já demolida	Atribuído à Paul Keller	Demolido	
----	------------------------	-------------------------	----------	---

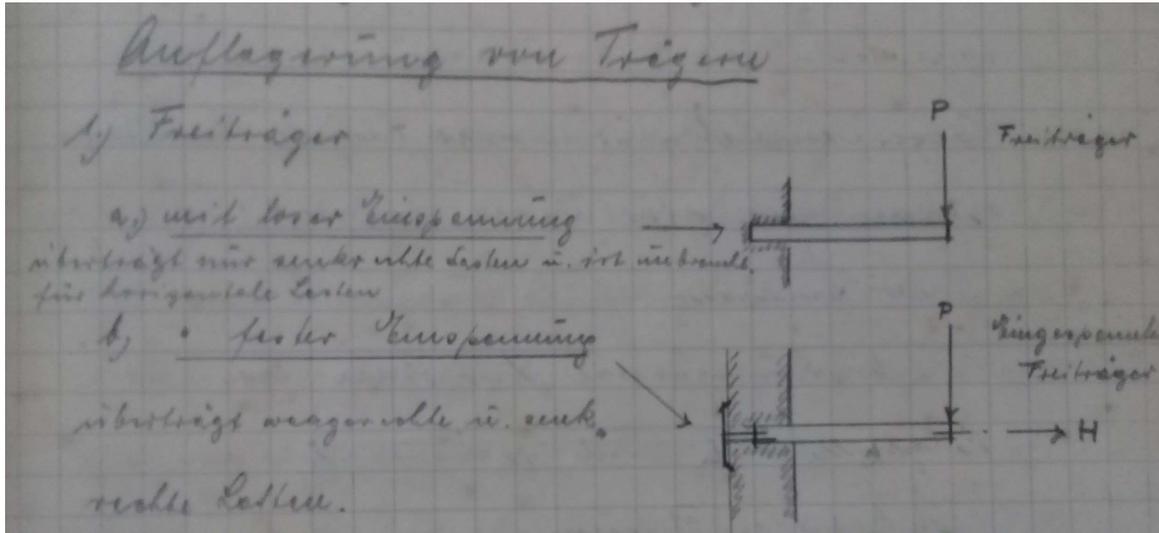
**Fonte:** Tabela construída e atualizada a partir de SERAFIM, 2018 p.64-67.

Como pode-se perceber a maioria dos imóveis localiza-se no centro da cidade, o que se deve ao fato de esta ser a região mais antiga da cidade e de primeiro desenvolvimento. Outra conclusão imediata, foi a variedade dos estilos arquitetônicos empregados, o que me levou a buscar compreender o porquê dessas mudanças, o que as influenciou e de onde se originaram esses estilos: seriam influências do cenário arquitetônico da sua pátria de origem ou do brasileiro? ou ainda de ambos?

### 2.3.1 Georg Friedrich Keller

Georg em geral tem obras de caráter mais grandioso, muitas delas com uso comercial ou misto. Na figura 20 podemos ver um extrato de um de seus cadernos de estudo de engenharia (escrito em alemão), que se encontra hoje no Arquivo Histórico de Joinville. Sua experiência com concreto armado fez com que ele seja considerado o principal difusor desta técnica no sul do país. Além de impactar a paisagem urbana com suas obras, ele também contribuiu com o compartilhamento do conhecimento, pois teve o mérito de promover a formação profissional de desenhistas e mestres de obras pois lecionava em cursos intensivos de formação profissional. (SERAFIM, 2018)

Figura 20: Caderno de estudos de Georg Keller



Fonte: AHJ- Pasta de Família de Georg Keller.

Entre os projetos industriais e obras públicas, são atribuídas à Georg Keller: a ampliação da adutora Motucas (1926), a sinalização do canal de navegação São Francisco-Joinville, a ampliação da Usina Hidroelétrica do Bracinho, chaminés, fornalhas e galpões. (SERAFIM, 2018 p.111).

Entre os projetos residenciais, já citamos o mais antigo de que se tem ciência até o momento: a residência Beckmann (Figura 21) e a residência projetada para Urbano Gern que compartilha do mesmo estilo (Figura 22).

Figura 21: Residência Beckmann. Rua Jerônimo Coelho, nº207



Fonte: SECRETARIA DE CULTURA E TURISMO, 2018 p.20

Figura 22: Residência Gern. Rua Itajaí, nº151.



Fonte: Autora, 2020

Talvez os projetos civis mais icônicos e memoráveis de Georg sejam os prédios da antiga Farmácia Minâncora, do Comércio Richlin e do antigo Banco INCO;

não apenas por sua arquitetura, mas também pela participação destes imóveis na história de Joinville.

O prédio da Farmácia Minâncora e do Comércio Richlin estão situados em um dos principais pontos históricos de Joinville: a Alameda Brustlein, mais conhecida como Rua das Palmeiras, compondo a esquina com a Rua do Príncipe. No outro extremo da Alameda está o Museu Nacional da Imigração, prédio construído em 1870, que já abrigou a Sede administrativa da Colônia (FICKER, 2008). Este prédio também é conhecido como 'Maison de Joinville' ou Palácio dos Príncipes.

Na figura 23 podemos ver como essas duas obras de Georg fazem parte da composição deste espaço histórico e cheio de memórias, pois ambos os prédios eram muito frequentados e fizeram parte do desenvolvimento econômico de Joinville.

Figura 23: Mapa esquemático do conjunto histórico da Rua das Palmeiras (Alameda Brustlein) destacando o prédio da Minâncora e do comércio Richlin.



Fonte: Autora, a partir de imagem obtida pelo Google Maps.

O prédio nº 445 da Rua do Príncipe, conhecido pelos joinvilenses como “prédio da farmácia Minâncora” (figura 24), foi de propriedade do imigrante português Eduardo Augusto Gonçalves, um farmacêutico que chegou em Joinville em 1912, e ali desenvolveu uma pomada antisséptica que nomeou “Minâncora”, uma junção dos nomes Minerva, a deusa grega da sabedoria, e âncora, que aludia à sua permanência definitiva em solo brasileiro. (GOMES, 2012).

Esse prédio foi projetado em 1929 e une os usos comercial (térreo) e residencial (segundo pavimento). Além do bloco principal, ainda existia um segundo bloco aos fundos do terreno que era usado como depósito de matéria-prima, já que o laboratório do farmacêutico era ali mesmo, na própria farmácia. (SERAFIM, 2018)

A composição formal deste prédio é muito própria daquele período: um bloco único, com alinhamento frontal sobre os limites do lote e a porta principal na esquina, formando um chanfro à 45° no bloco do prédio, que neste caso ainda foi engrandecido por um torreão. Essa composição, que se tornou comum em Joinville, também era muito comum na cidade de Chemnitz, onde os Kellers estudaram, e em vários lugares pela Europa.

Figura 24: Prédio da Farmácia Minâncora. Rua do Príncipe, nº455.



Fonte: Autora, 2020.

Construído em 1932, o prédio do Sr. Richlin (figura 25) compõe a outra esquina da Rua das Palmeiras com a Rua do Príncipe (SERAFIM, 2018) e mantém muitas semelhanças com o seu prédio vizinho, como a pequena varanda em balanço (um elemento muito inovador na época), o mesmo posicionamento e tipo de esquadria e a mesma forma básica. O prédio Richlin apenas possui um acabamento mais minimalista e pode ser considerado uma transição para o *Art Deco* de Georg Keller que viria a se desenvolver a partir destes moldes.

Figura 25: Prédio Comércio Richlin. Rua do Príncipe, nº493.



Fonte: Autora, 2020.

Na sequência, o prédio do antigo Banco INCO (figura 26) mostra o *Art Deco* de Georg Keller com evidência: a fachada com parede curva na esquina, grandes colunas marcando a entrada principal e a composição clássica em base, corpo e coroamento.

O prédio da figura 27 também utiliza a parede em curva na esquina, neste caso com um elemento vazado adornando o topo do prédio.

Figura 26: Prédio do Banco INCO. Rua do Príncipe, nº 292.



Fonte: Autora, 2020.

Figura 27: Prédio na Rua Princesa Isabel nº24



Fonte: Autora, 2020.

### 2.3.2 Paul Hellmuth Keller

Paul H. Keller também não limitou sua contribuição apenas às residências construídas, ele também trabalhou na Secretaria de Planejamento e Coordenação da Prefeitura Municipal, na primeira gestão do prefeito Luiz Henrique da Silveira (1977 a 1982), além de ter escrito diversos artigos, dentre os quais “Joinville na Arquitetura” para o livro do Centenário, em 1951. Em tal escrita, o arquiteto faz um resumo do desenvolvimento da arquitetura de Joinville desde o período colonial até aquele momento, e compartilha de algumas reflexões sobre o jeito joinvilense de morar. Para Keller (1951), as casas joinvilenses eram individuais, ajardinadas, distanciadas das vizinhas e da rua, o que, para ele, denota um desenvolvimento feliz, que satisfaz também exigências higiênicas e sociológicas.

E aquela era a forma como Paul Keller projetava suas residências, com muita atenção para o entorno e o paisagismo. Os projetos de Paul diferem-se muito dos de Georg, primeiramente porque a maiorias deles tem tamanho menor, são residências unifamiliares e de estilos totalmente diferentes.

Um dos projetos que merece nossa atenção é o da casa que ele projetou para si e sua família, pois neste, além de projetar mais livremente ele emprega técnicas construtivas singulares. Esta casa situa-se na rua Duque de Caxias, nº338. Na figura 28 podemos ver que o primeiro impacto visual da casa está no telhado fortemente inclinado e nas duas chaminés de pedra, uma na fachada que pertence à lareira da sala de estar e outra na lateral da casa, que pertence à cozinha.

Outros elementos especiais desta casa são a porta em arco e recuada, as janelas estreitas e em módulo e a pérgola na lateral da casa. Este último não pode ser visto na foto, mas pode ser visto na figura 29 no desenho em perspectiva desenhada por Paul. Destaca-se a atenção do arquiteto em desenhar os detalhes de jardinagem, caminho de pedras e o muro.

Figura 28: Residência de Paul Keller



Fonte: Autora, 2020.

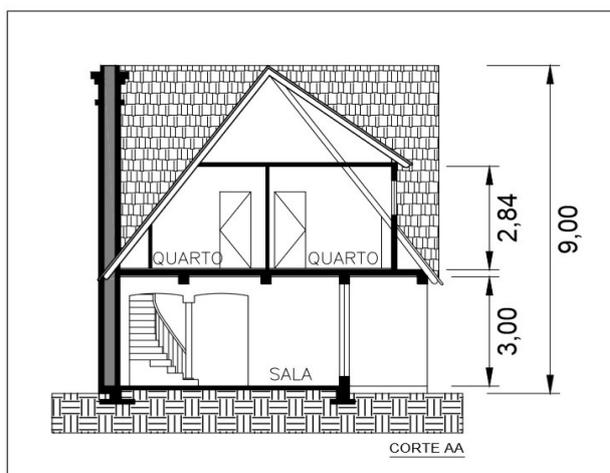
Figura 29: Perspectiva desenhada por Paul Keller



Fonte: AHJ- Projeto arquitetônico nº 1943-83

A setorização desta casa é bastante tradicional, 3 quartos e um banheiro no segundo pavimento, que é um sótão, e os demais ambientes no térreo. A altura entre a laje do segundo pavimento até a cumeeira é de 5.6 metros, o que resulta em uma incrível inclinação de 133%. Essa inclinação gera também uma área de telhado muito grande, ou seja, o peso total do telhado sobre a estrutura de madeira é muito maior do que em um telhado comum. Paul Keller resolveu esse problema projetando uma estrutura de madeira reforçada e empregando um trabalho de marcenaria fina, através de uma técnica de encaixe. O sistema de encaixes é muito comum na arquitetura alemã e o seu maior exemplo é o enxaimel. (SERAFIM, 2018) Na figura 30 vemos um corte esquemático longitudinal que permite entender melhor as alturas

Figura 30: Corte esquemático da Residência de Paul Keller



Fonte: SERAFIM, 2018 p. 90.

dos pavimentos e como o ambiente interno é moldado pelo telhado.

Nas figuras 31 e 32 vemos alguns dos detalhes construtivos mencionados. No destaque da figura 31, vemos que Paul Keller dobrou a altura da terça que recebe as cargas do telhado unindo duas peças. Ao invés de utilizar pregos ele utiliza uma terceira peça de madeira com um

corte conhecido na marcenaria como “junta borboleta” para unir as duas grandes peças de madeira, garantindo assim resistência e durabilidade para o sistema. No destaque da figura 32, vemos a forma como as telhas (do tipo rabo de castor) foram dispostas: a casa não utiliza calhas, as telhas são sobrepostas umas às outras em todos os rincões<sup>10</sup>. Essa disposição das telhas também pode ser chamada de rincão fechado ou rincão trançado, conforme nomenclatura de Ching (2000, p. 254).

Figura 31: Detalhes do madeiramento do telhado



Fonte: SERAFIM, 2018 p. 89

Figura 32: Telhas



Fonte: SERAFIM, 2018 p. 89

Todas essas escolhas não eram frequentes nas casas de Joinville na época da construção desta casa (1944), nem mesmo nos outros projetos de Paul, o que indica que o arquiteto decidiu construir sua casa desta forma por motivos pessoais. Paul ainda havia produzido outros projetos neste mesmo estilo, porém com alguns elementos diferentes.

Na figura 33 vemos o imóvel nº 105 da Rua Nove de Março (Centro), que foi a residência de Alberto Trouche, construída em 1948 e na figura 34, a casa nº 1043 da Rua Lages (bairro América), que foi construída em 1950.

---

<sup>10</sup> O rincão é a intersecção entre dois planos inclinados do telhado, por onde correm as águas da chuva. (CHING, 2000 p.251)

Figura 33: Residência Trouche. Rua Nove de Março, nº 105



Fonte: Autora, 2020.

Figura 34: Residência nº1049, rua Lages



Fonte: Autora, 2020.

Nestes projetos podemos perceber que a forma da casa é um pouco mais trabalhada com um jogo de volumes e telhados transversais. Permanecem a cumeeira alta, a chaminé no perímetro da casa com destaque na composição da fachada, e a ornamentação em pedras, inclusive no muro. O trabalho em madeira nas paredes de empena<sup>11</sup> e abaixo dos beirais do telhado são um destaque a parte no visual e personalidade destas casas que criam uma paisagem pitoresca. Esse madeiramento tem as mesmas características do enxaimel e, em tese, seria um reforço para sustentar o telhado e/ou moldar e sustentar os vãos das janelas. Assim, este elemento tornou-se também uma característica estética deste estilo que é comum nos projetos de Paul Keller, porém não podemos tomá-lo como sua “assinatura”, pois Paul parte daí para dois outros estilos totalmente diferentes. A figura 35 mostra a residência projetada por ele para Eugênio Wergner em 1949, na esquina da rua Duque de Caxias com a rua Sen. Felipe Schmidt (bem próximo a sua própria casa). As janelas destacadas nas figuras 36 e 37 demonstram o trabalho de ornamentação desta versão neocolonial própria de Paul Keller.

---

<sup>11</sup> A empena é a peça diagonal do telhado, que o sustenta e dá forma básica, assim, a parede de empena é aquela de formato triangular, que está logo abaixo das empenas; dividindo as águas do telhado.

Figura 35: Residência Wergner. Rua Sen. Felipe Schmidt, nº 481.



Fonte: Autora

Diferente do estilo anterior, podemos ver aqui um telhado de 4 águas bem mais baixo, a monotonia do bloco é quebrada pelo torreão na lateral e a entrada é marcada por duas largas colunas salomônicas<sup>12</sup>. A janela de canto e a janela de olho de boi são características do neocolonial também, porém, a maneira de Paul ainda é bem mais contida nas ornamentações do que outros exemplares pelo Brasil (como vamos retomar adiante).

Figura 36: Janela de canto.



Fonte: Primária, 2020

Figura 37: Janela com guarnecimentos



Fonte: Primária, 2020

---

<sup>12</sup> Colunas Salomônicas são colunas estilizadas que parecem estar “torcidas”. Também chamadas simplesmente de coluna torsa ou coluna torcida (KOCH, 2009 p. 124) Esse tipo de coluna é um dos elementos que a arquitetura neocolonial resgatou da arquitetura barroca.

O terceiro estilo identificado em Paul Keller é o moderno. Para iniciar a apresentação desta vertente, decidi trazer um projeto especial, não apenas pela sua materialidade, mas pela história e o valor singular que estão por trás dele. Trata-se do Prédio Beirute (um prédio de apartamentos), localizado na Rua do Príncipe, n.º 387, (Centro da cidade), que foi construído em 1955 para o médico e imigrante libanês Sadalla Amin Ghanem.

Ghanem foi uma figura muito atuante e presente na história de Joinville: em 1942 ele fundou o Hospital de Olhos Sadalla Amin Ghanem (AHJ, 1988); de 1959 a 1978 foi presidente da Comissão Pró-Construção da Catedral Diocesana São Francisco Xavier (MIRA, 2012 p.55); foi vice-presidente do América Futebol Clube (hoje Joinville Esporte Clube) e comandou a construção de seu estádio, que era considerado na época o mais moderno do estado; foi médico voluntário de indigentes nas enfermarias do Hospital Municipal São José por 26 anos; escreveu centenas de crônicas, coletâneas, conferências e discursos e foi o primeiro cidadão benemérito de Joinville. Entre tantas coisas, construiu o primeiro prédio comercial e edifício de apartamentos da cidade (AHJ, 1988)<sup>13</sup>.

O prédio (figura 40) surgiu em uma fase moderna, com linhas retas de composição e fachada mais “limpa” de ornamentações. Nela, se destaca uma figura em baixo-relevo de grande significado: a representação do cedro-do-líbano (figura 39), árvore símbolo do país árabe e que está estampada em sua bandeira (figura 38) e brasão. Conforme De Oliveira (2010):

Trata-se de uma árvore milenar que antigamente cobria o país e que até os dias de hoje identifica o Líbano e seu povo; sua madeira era utilizada, na antiguidade, para o culto dos deuses e cerimônias funerárias e serviu, ainda, para a construção do templo de Salomão e dos sarcófagos e barcos solares dos egípcios. (DE OLIVEIRA, 2010 p.125)

---

<sup>13</sup> Essas informações relativas ao senhor Ghanem foram apresentadas em 2019 no IV Encontro Internacional Interdisciplinar em Patrimônio Cultural (ENIPAC) e publicadas nos Anais do evento. Texto disponível em: [https://www.univille.edu.br/account/mpcs/VirtualDisk.html/downloadDirect/2251633/ENIPAC\\_E-BOOK\\_2020.pdf](https://www.univille.edu.br/account/mpcs/VirtualDisk.html/downloadDirect/2251633/ENIPAC_E-BOOK_2020.pdf)

Figura 38: Bandeira do Líbano



Fonte: BANDEIRA, 2020. Disponível em: <<https://www.portalsaofrancisco.com.br/turismo/bandeira-do-libano>>

Figura 39: Cedro-do Líbano



Fonte: LÍBANO, 2020. Disponível em: <<https://www.portalsaofrancisco.com.br/turismo/libano>>

A nomeação do prédio também foi em homenagem às origens do seu proprietário: Beirute é a capital do Líbano. Outro elemento que se destaca na fachada são os cobogós. O cobogó é uma invenção brasileira do Recife com a intenção de funcionar como um fechamento que permite a ventilação, ao mesmo tempo que diminui a entrada da luz no ambiente, deixando o ambiente interno com uma temperatura agradável. Esse elemento foi muito difundido por Lúcio Costa em prédios modernos, em uma sutil referência à arquitetura colonial (DELAQUA, 2015). Uma coincidência nesse caso é que os muxarabis, elementos da arquitetura colonial aos quais o cobogó presta referência, são de origem islâmica.

Figura 40: Prédio Beirute



Fonte: Autora, 2020.

O prédio Beirute conta uma história sobre memória e sobre identidade. Essa obra é a história de um imigrante alemão projetando um prédio para um imigrante libanês. O significado universal e progressista que o modernismo carrega contrasta com o peso da tradição libanesa que carrega a figura do Cedro-do-Líbano. Mas nota-se que não é apenas um grande Cedro-do-Líbano, imponente como deveria ser (observar figura 41), mas quatro cedros que vão se distanciando e esmaecendo ao fundo.

Ironicamente ou não, à direita da imagem, no fundo contra o céu azul vê-se um alinhamento de outra árvore: as Palmeiras Imperiais da Alameda Bruestlein, que um dia foram escolhidas para empoderar a paisagem da Sede Administrativa da Colônia e até hoje são um dos principais cartões postais de Joinville.

Figura 41: Prédio Beirute, destaque para a figura em baixo relevo.



Fonte: Autora, 2020.

De Oliveira (2010), em sua análise sobre imigrantes libaneses em Campo Grande (MS), aponta para uma ‘consciência híbrida’ que pode ser observada em vários registros, como uma ocasião em que esses associados de um ‘Clube Libanês’ encomendaram a um artista plástico chamado Furlan a confecção de dois monumentos para o palco, um que retratasse Brasília, outro com uma árvore do cedro libanês (figura 42).

Figura 42: Arte em Clube Libanês.



Fonte: De Oliveira, 2010, p.125.

Na representação do Líbano, o artista representou uma figura humana observando (ou deixando) uma paisagem com um cedro e uma ruína coríntia, como as que estão presentes no Templo de Júpiter na cidade de *Baalbek* (figura 43), vestígios das culturas romanas, turcas e ortodoxas. Na representação de Brasília, o artista desenhou a escultura Os Guerreiros (conhecida como Os Candangos) que fica localizada na Praça dos Três Poderes em Brasília e o Palácio do Congresso Nacional ao fundo (figura 44).

De Oliveira (2010, p. 125) explica que neste Clube Libanês em questão eram realizadas comemorações que prestavam homenagens tanto ao Brasil quanto ao Líbano, como comemoração da Independência do Líbano, os carnavais e os desfiles de aniversário da cidade. Segundo esta autora, uma característica que sempre foi motivo de orgulho para esse povo imigrante, refere-se à grandeza, à fartura, ao esplendoroso com relação às suas construções, realizações, eventos ou até mesmo com relação à alimentação.

Essa descrição representa bem a conduta do senhor Ghanem em Joinville. Ele esteve à frente de vários projetos grandiosos e de modernização da cidade e ainda mantém referências com sua terra natal, o que demonstra uma forma de orgulho conciliado por ambos os destinos. Projetos como o prédio Beirute e o Clube Libanês são muito especiais no sentido do potencial que possuem para expressar a consciência expandida, especialmente no que se refere ao sentimento de nacionalidade e pertencimento do imigrante.

Figura 43: Ruínas no Líbano.



Fonte: Cruvinel, 2015. Disponível em: <<https://alefnossomundo.blogspot.com/2015/03/A.Engenharia.Nas.Civilizacoes.Antigas.html>>

Figura 44: Obras Os Guerreiros em Brasília.



Fonte: OS GUERREIROS, 2006. Disponível em: <<http://wikimapia.org/10970930/pt/OsGuerreiros-Os-Candangos#/photo/1116746>>

Para entendermos melhor a trajetória destes arquitetos se faz necessário que façamos ao menos uma breve retomada dos paradigmas da arquitetura que se desenvolvia na Alemanha à época de suas formações e no Brasil paralelamente à suas atuações.

## 2.4 Influências da arquitetura da Alemanha e do Brasil

A arquitetura 'tradicional' que se desenvolvia na Alemanha no início do século XX (por volta de 1910) se baseava em quatro princípios: a *Landhaus* disseminada por Hermann Muthesius; o *Werkbund*; a "segurança interna" (*Heimatschutz*) e a arquitetura moderna de Viena (EHMANN, 2006 p. 43). Muitas características dessa arquitetura podem ser encontradas nas obras projetadas pela Keller&Cia.

Conforme Grieneisen (2013, p.105) "a *Landhaus* (casa do campo) já é por definição uma tipologia, que oferece um conceito alternativo de morar àquele que oferece o apartamento na cidade." Esse conceito foi difundido na Alemanha pelo

arquiteto Hermann Muthesius, que morou em Londres, Inglaterra, de 1886 à 1903 e se tornou historiador da arquitetura inglesa, estudou a casa de campo inglesa e os trabalhos de arquitetos que estavam próximos do movimento *Arts and Crafts*. A partir dessa experiência ele publicou uma obra de três volumes chamada *The English House*, que representou uma visão moderna e progressista da arquitetura de casas residenciais e tornou-se o trabalho padrão na Alemanha. (EHMANN, 2006 p. 105)

Segundo Bowen (1988), quando “*The English House*” foi publicado sua intenção era influenciar os arquitetos alemães a seguir o desenvolvimento inglês e voltar a projetar casas baseados em estilos vernaculares.

Os primeiros *Landhauser* foram construídos por volta de 1850 e aumentou com a virada do século, pois também cresceu o desejo de fugir da cidade e da vida urbana. Com isso criou-se o entendimento de que a vida rural deveria acontecer dentro de casa, já que a vida urbana acontecia fora dela. (MUTHESIUS, 1907, p. V-XX, apud GRIENEISEN, 2013 p. 105)

Na figura 45 vemos um exemplo dessa arquitetura. Trata-se de uma casa projetada pelo próprio Muthesius em Berlim, 1908. (EHMANN, 2006 p. 44) Entre os projetos da Keller&Cia que reproduzem essas características estão as já citadas Casa Keller (figura 28, p. 59), a Casa Trouche e a casa nº 1049 da rua Lages (figuras 33 e 34, p.61).

Figura 45: Leitura da obra de Hermann Muthesius: Haus Freudenberg, Berlin-Nikolassee, 1908.



Fonte: SERAFIM, 2018, p.70.

Assim como nos projetos residenciais de Paul Keller, as características mais marcantes desse projeto são a parede de empena decorada em enxaimel, o telhado íngreme e em duas águas, telhados transversais obedecendo ao jogo de volumes, a composição simétrica da fachada, as janelas em painéis pequenos e dispostas em conjuntos. Além disso há de se notar o conceito rural e pitoresco, o perfil horizontal e chaminés proeminentes.

Grieneisen (2013) explica que esta tipologia representa o fim do cânone formal e espacial do historicismo<sup>14</sup>, pois agora a organização espacial era mais inovadora e inclui ainda comunicação espacial entre interior e jardim. Esta autora ainda destaca as particularidades da setorização: o *Landhaus* é uma tipologia funcionalista (*sachlichkeit* ou *reformarchitektur*) e sua planta é desenvolvida de dentro para fora, respeitando parâmetros pessoais, a vida íntima familiar, o melhor descanso possível e a orientação solar. Por tanto, o *Landhaus* era uma tipologia personalizada e individualista. (GRIENEISEN, 2013 p. 105)

Conforme Droste (2002, p.11, p.14), enquanto as oficinas *Arts and Crafts* inglesas recusam a produção mecanizada e preferem a artesanal; a Alemanha se torna a nação industrial líder, e num clima nacionalista de busca por identidade, transforma o processo industrial em linguagem estilística. Assim, em 1907 nasce a *Werkbund* alemã (Associação de Artes e Ofícios-DWB), que mais tarde se desdobraria em outros movimentos reformadores, como a Bauhaus.

A *Werkbund* introduziu, na arquitetura e no design, princípios formais como geometria, suavidade e falta de ornamentação ao rejeitar estilos históricos e prezar por novos princípios formais. O ideal era e que o artista não produzisse para uma pequena clientela rica, mas que estivesse envolvido em uma produção industrial e de massa. (EHMANN, 2006 p.45)

Paralelamente a isso, ocorreu também um movimento de reforma na Europa Central que teve uma forte influência na arquitetura por volta de 1910: foi o Movimento de Segurança Interna (*Heimatschutz*). Após o início da década de 1870, nos anos imediatamente anteriores a 1900, ganhou uma ampla base entre o público em geral. Apoiado por uma classe média instruída e inquieta pela crise cultural, esse movimento

---

<sup>14</sup> Refere-se à arquitetura historicista, na qual se tenta recriar formas e estilos do passado.

estava comprometido em preservar o ambiente natural e construído e estava fortemente saturado de ideias nacionais. (EHMANN, 2006 p.47)

Assim, em 1904 foi fundada *Bund Heimat und Umwelt* (Associação Pátria e Meio Ambiente), com os objetivos de promover a proteção e a manutenção do patrimônio histórico edificado, da paisagem cultural, incluindo ruínas, flora, geologia, e ainda patrimônios imateriais como costumes, festas, artesanatos, entre outros.(GRIENEISEN, 2013 p. 109)

Na Alemanha e na Áustria, muitas associações regionais de segurança interna formaram-se na primeira década do século XX, com o objetivo de promover suas respectivas tradições regionais de construção. O campo de atividade dessas associações centrava-se na prática, e não na tarefa de apresentar uma nova teoria da arquitetura. Sua doutrina foi baseada na problemática da “perda do ambiente” através da modernização e industrialização e não nos problemas teóricos da arquitetura. A destruição ameaçadora dos "valores nativos" pela arquitetura de “estilo insignificante” e o fenômeno dos cortiços de larga escala foi respondida com um estilo vago de defesa da pátria, que consistia em elementos camponeses e *Biedermeier*, e não negava os princípios da casa de campo inglesa importada pela Muthesius. (EHMANN, 2006 p.47-50)

Sucedeu-se que com o evento da II Guerra Mundial, o conteúdo programático do *Bund Heimat und Umwelt* foi incorporado pelo programa político nazista, que declarou a *Heimatschutzarchitektur* o melhor para as moradias. O movimento então ganhou o nome reduzido de *Haimatsil* e um estigma de “o estilo nazista” do qual jamais conseguiu se recuperar. (GRIENEISEN, 2013 p. 109)

Segundo Ehmman (2006 p.50-51), o quarto elemento que influenciou a formação da arquitetura tradicional da Alemanha em 1910, foi o início do modernismo em Viena, na Áustria. Conforme explica a autora, Viena pode ser vista como o local de origem mais importante do que hoje chamamos de arquitetura moderna. A influência do arquiteto austríaco Otto Wagner, seus alunos e sua busca por um estilo de uso contemporâneo é a constante de todos os modelos explicativos da arquitetura por volta de 1910. A combinação de elementos de ambas as épocas deu origem a arquiteturas que nunca negaram a tradição, mas, ao mesmo tempo, progrediram, representaram a perspectiva futura e fizeram do arquiteto um precursor do

construtivismo e do funcionalismo. Sua linguagem arquitetônica era cosmopolita e geralmente compreensível. Wagner também sempre se expressou negativamente sobre regionalismos, nacionalismos e tendências à segurança nacional. O grande conflito entre os arquitetos do modernismo vienense referente ao movimento de segurança interna, provém do fato de este ter um caráter limitador e não estar aberto às transformações que a arquitetura precisaria passar, naturalmente, frente a nova era industrial e moderna. (SERAFIM, 2018 p.74)

Todos esses movimentos aconteceram no mesmo período e resultaram na arquitetura que Ehmann (2006) chama de “arquitetura tradicional de 1910”. No Brasil, Grieneisen (2013) chama de “a casa de 1910” os resquícios dessa arquitetura que foram identificados no Rio Grande do Sul. Essa arquitetura é caracterizada basicamente por uma simplicidade e pureza da forma e a busca pela qualidade e o conforto.

O projeto de Wolfgang Siemering na figura 46, exemplifica alguns elementos recorrentes dessa produção: a forma é basicamente um bloco com um telhado pavilhão, as fachadas são simples e simétricas. Destacam-se a janela de sacada<sup>15</sup>, aberturas arqueadas e o balcão<sup>16</sup>.

Figura 46: Villa Wolfgang Siemering, em Berlin-1909



Fonte: EHMANN (2006, p. 212)

---

<sup>15</sup> A janela de sacada é uma janela que se projeta para fora parede, formando um nicho na parte interna. Também é chamada de janela Bay-window ou janela de ângulo. (CHING, 2000 p. 158)

<sup>16</sup> Plataforma elevada que se projeta para fora da parede do edifício e delimitada por um parapeito (CHING, 2000 p. 83)

Pode-se concluir que muitos projetos de Georg Keller, principalmente os residenciais, possuem influências dessa arquitetura, como a casa Beckmann e a casa Gern que já foram apresentadas neste trabalho (figuras 21 e 22, página 54).

Além das referências trazidas da Alemanha, os Kellers continuaram estudando arquitetura e seus trabalhos se desenvolveram inclusive com influências da arquitetura que se produzia no Brasil naquele período. Como foi o caso dos projetos neocoloniais de Paul Keller, entre eles a casa Wergner que citamos na figura 35, página 62.

Também encontramos muitos projetos modernos, inclusive o mencionado Prédio Beirute (figura 40, p. 64). Porém, esta e a maioria das obras produzidas pelo escritório Keller&Cia não são reconhecidas pelo município como um bem patrimonial. Para entender as complexidades dessas dinâmicas, vamos nos ater um pouco sobre o cenário do patrimônio histórico de Joinville, a fim de engajar as discussões de como este cenário se relaciona ou não com as obras projetadas por aquele escritório.

## **2.5 A arquitetura Keller&Cia no cenário do patrimônio histórico de Joinville.**

Conforme a “Relação de Bens Tombados no Município de Joinville” (tombamento municipal, estadual e federal), fornecida pela Secretaria de Cultura e Turismo, em 2018 (ano de atualização da versão da lista) havia 124 bens tombados em Joinville, dos quais 24 eram casas enxaimel. Este número, que representa praticamente 20% dos bens tombados, mostra a relevância deste estilo/técnica na cidade de Joinville.

O enxaimel é um estilo bastante valorizado por diversos motivos, um deles é o valor histórico dessas edificações que chegam a ter mais de 100 anos, já que eram construídas desde o início da colonização de Joinville. A casa enxaimel também representava tradição na sua própria forma e setorização: a formação padrão da época contava com um quarto no térreo, que era ocupado pelo casal, enquanto os filhos eram acomodados no sótão. Copa e cozinha eram conjugadas e num nível mais baixo que o restante da casa, para evitar que a sujeira fosse espalhada pelo resto da casa já que o acesso se dava pela cozinha. (FUNDAÇÃO CULTURAL DE JOINVILLE, 2000) No Brasil, a varanda ao longo de toda a fachada tornou-se mais um elemento característico, pois amenizava o calor e servia como uma área social.

Além disso, o enxaimel ainda tem um apelo patrimonial especial por ser geralmente considerado como uma arquitetura vernacular, apesar de existir uma longa discussão acerca dessa definição.

Outros bens que compõem Relação de Bens Tombados de Joinville dividem-se entre palacetes, casas de estilo germânico, luso-brasileiro, casas que pertenceram a personagens notáveis da história da cidade e espaços comuns que foram importantes na memória coletiva dos joinvilenses, como a Rua das Palmeiras, Cemitério dos Imigrantes, pontes, escolas, fábricas, estação ferroviária, sociedades e outros. Dentre estes, 5 são projetos do escritório Keller&Cia: o antigo prédio da Farmácia Minâncora (1929), o prédio do Comércio Richlin (1932), a casa da família Beckmann (1926), a casa de Fritz Alt (1940), a chaminé da antiga fábrica Arp e o prédio do antigo Banco Inco.

Assim, pode-se resumir que todos os projetos da Keller&Cia que são hoje tombados são relativamente antigos, pertencentes ao segundo quarto do século XX (sendo que no primeiro quarto do século eles quase não atuaram na cidade). Com exceção da casa Beckmann, todos os outros também tem um significado de uso comum (farmácia, comércio, fábrica, banco e museu). A Casa Beckmann, a casa Fritz Alt e a chaminé da fábrica Arp são tombados em nível municipal pela Fundação Cultural de Joinville (FCJ). Já os outros três, prédios que se enquadram em um caráter mais monumental, são tombados em nível estadual pela Fundação Cultural Catarinense (FCC), o que confere com a análise de Gonçalves (2013) sobre a atuação da instituição:

Em Santa Catarina, como já referido, os tombamentos estaduais tiveram início em 1983 e, até 1991, envolveram 11 bens [...] geralmente ligados ao poder público ou à Igreja e apresentando caráter monumental (monumentalidade afeita aos padrões catarinenses, mais singelos do que em regiões como Rio de Janeiro, Minas Gerais, Bahia ou Pernambuco). (GONÇALVES 2013, p.11)

Apenas a casa de Fritz Alt reflete um pouco do estilo *Landhaus* de Paul Keller. A farmácia, o comércio Richlin e a casa Beckmann refletem o *Werkbund* de Georg Keller e o prédio do Banco Inco é um caso especial, pois este exemplar Art Déco é o único estilo moderno do escritório que foi tombado e um dos quatro da cidade. É importante relembrar aqui que o Art Déco é uma vertente mais tradicionalista do modernismo.

Entre os 124 bens tombados presentes na listagem, apenas quatro podem ser considerados de arquitetura moderna: além do prédio do antigo Banco Inco, há o prédio nº 372 da Rua do Príncipe, antiga Empresa Brasileira de Correios Telegráficos (figura 48), que também foi tombado em nível estadual; o prédio nº 550 da Rua Dr. João Colin, que já foi revenda da Ford, Estação Rodoviária e sede da Prefeitura (figura 47), e o prédio nº 650 da Avenida Hermann August Lepper (figura 49).

Figura 47: Antiga Estação Rodoviária e Prefeitura. Rua Doutor João Colin, nº751.



Fonte: SECRETARIA DE CULTURA E TURISMO, 2018 e p.23.

Figura 48: Antigo Correio. Rua do Príncipe, praça Nereu Ramos.



Fonte: SECRETARIA DE CULTURA E

Este último foi projetado na década de 1980 para abrigar o Arquivo Histórico de Joinville e assim o faz até os dias de hoje. É importante ressaltar que o prédio não foi construído no período do modernismo (início do século XX), porém foi projetado partir dos princípios da arquitetura moderna orgânica, tornando-se um importante exemplar.

Em uma análise do processo de patrimonialização do prédio do AHJ (realizado pela FCJ), De Souza, Brüske e Souza (2020) concluem que o prédio foi tombado pelo seu “inegável valor arquitetônico como um significativo exemplar modernista na história cultural de Joinville”, destacando-se: linhas retas, concreto armado modular aparente, um movimentado jogo estabelecido entre as grandes lajes (terraço-jardim), o pórtico frontal e os *brise-soleils* na lateral. No entorno foram trabalhados jardins e espelhos d’água (os espelhos d’água e os jardins do terraço foram posteriormente desfeitos por dificuldade de manutenção) e ainda a valorização dos artistas locais com a instalação de uma escultura de Helena Montenegro no centro de um dos espelhos d’água e um mural de Edson Machado dentro do prédio. Além dos princípios

plásticos, destaca-se ainda que o princípio primordial do projeto foi a funcionalidade, já que este foi concebido especificamente para ser arquivo histórico da cidade. (DE SOUZA, BRÜSKE E SOUZA, 2020, p. 75-76)

Assim, conforme Souza, Brüske e Souza (2020 p. 77-78), em 2013 a Comissão de Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Natural do Município de Joinville (COMPHAAN) deliberou pelo tombamento da edificação enquanto patrimônio cultural municipal, não havendo impugnação do processo. No entendimento das autoras, o processo de tombamento desse prédio materializa a compreensão de que este se tornou um monumento arquitetônico, um patrimônio reconhecido pela sociedade e um documento histórico que representa não apenas o entendimento estético de uma geração, mas também um entendimento de que a construção de equipamentos públicos era imprescindível para a sobrevivência da própria cidade, através da sua função de “guardar a história da cidade”.

Figura 49: Sede do Arquivo Histórico de Joinville



Fonte: De Souza, Brüske e Souza, 2020 p. 75.

Em resumo, tanto por sua forma quanto por sua função e história institucional, a sede do AHJ é entendido como um patrimônio histórico pela COMPHAAN. Porém, este é um caso bastante singular da arquitetura e do patrimônio cultural de Joinville. Outras obras importantes que também reúnem características de uso de memória e

coletividade não obtiveram ainda o mesmo reconhecimento, como é o caso do icônico projeto da Catedral Diocesana São Francisco Xavier (figura 50), cuja construção iniciou-se em 1959.

Figura 50: Vista aérea da Catedral Diocesana São Francisco Xavier



Fonte: DIOCESE, 2020.

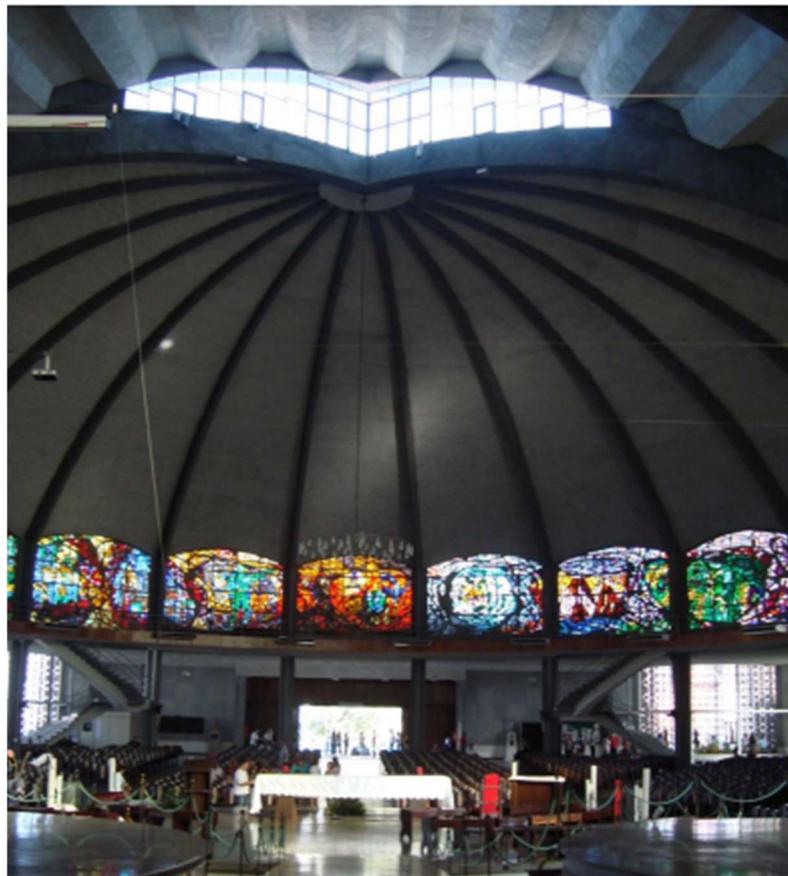
Conforme De Mira (2012 p.53-58), o projeto da Catedral de Joinville foi finalmente encomendado pelo Bispo Diocesano Dom Gregório Warmeling à construtora Marna Ltda. em 1957, após muitos anos de espera desde que surgiu a iniciativa de arrecadar verbas para a construção de uma nova catedral. A princípio, havia um projeto de Mueller Caron que era grandioso e de estilo barroco. Porém, Dom Gregório acreditava que o estilo arquitetônico da catedral deveria refletir a cidade grande e moderna que Joinville era e que deveria se tornar um símbolo maior no imaginário coletivo. Portanto, solicitou outro projeto e colocou em votação e o resultado da votação mostrou que a grande maioria da população optou pelo projeto moderno da Construtora Marna Ltda. de autoria do Arquiteto René Marie Felix Mathieu.

A população ainda continuou muito ligada ao desenvolvimento das obras da catedral, realizando bingos, festas e outras atividades com o intuito de arrecadar dinheiro para a construção. Inclusive Sadalla Amin Ghanem, que era presidente da

Comissão (como já mencionamos), passou a publicar crônicas semanais no jornal A Notícia, para divulgação da catedral e sensibilização da população. (MIRA, 2012 p.55).

Por conta do caráter simbólico e religioso do prédio, todos os pontos do projeto têm um sentido litúrgico: desde as escadarias externas, as colunas, a porta principal, até a composição da abóbada e os vitrais. De Mira (2012 p.58-63) evidencia a percepção visual causada pelo trabalho de luz e cor utilizado nesse projeto (observar figura 51). Conforme a autora, a beleza da Catedral se torna mais perceptível quando frequentada mais vezes, em diferentes horários e circunstâncias, pois os diferentes efeitos provocados pela iluminação natural mostram como a luz e a cor podem definir o espaço. A fresta no teto entre as duas cúpulas direciona a luz para o altar e os vitrais esbanjam cores.

Figura 51: Imagem interna da catedral, demonstrando o uso da luz.



Fonte: DE MIRA, 2012 p.69

Pallasma (2011), ainda vê a arquitetura como experiência de se fazer parte do mundo, e defende que ela reforça nossa sensação de realidade e identidade pessoal.

Para este autor, o significado final de qualquer edificação ultrapassa a arquitetura, pois redireciona nossa consciência para o mundo e nossa própria sensação de termos uma identidade e estarmos vivos. A arquitetura significativa então faz com que nos sintamos seres corpóreos e espiritualizados.

Apesar do valor cultural e arquitetônico ímpar que a Catedral Diocesana São Francisco Xavier representa para a cidade de Joinville e do caráter coletivo que ela

Figura 52: Catedral de Joinville em data desconhecida;



Fonte: CATEDRAL, 2010. Disponível em: <<http://historiajoinville.blogspot.com/2010/10/#8715721623111070761>>

Figura 53: Catedral vista a partir do mesmo ponto de vista, com a formação urbana atual.



Fonte: obtida através do Google Maps Street View. Disponível em: <<https://goo.gl/maps/42CKU5gRC7Kt3Dhw8>>

possui tanto em seu uso atual como na história da sua construção, o prédio não é patrimonializado e a falta de proteção legal decorrente disso já afetou bastante no potencial visual que a Catedral possuía como marco na paisagem, como podemos ver nas figuras abaixo.

Nas figuras 52 e 53, vemos uma comparação da Catedral na paisagem a partir do ponto de vista da Avenida Juscelino Kubitschek. Conforme já apontava a Carta de Veneza, que foi elaborada pelo II Congresso Internacional de Arquitetos e de Técnicos de Monumentos Históricos em 1964, a escala do esquema do monumento e seu entorno devem ser respeitados e toda construção nova, toda destruição ou modificação que afetem este esquema devem ser proibidos. (ICOMOS, 1964)

Em 1967, a carta com as Normas de Quito elaborada pela Organização dos Estados Americanos, também aponta para essa direção, discorrendo sobre a criação e valorização de uma “zona histórica ambiental”, na qual a parte central desta zona e as partes adjacentes devem obedecer a parâmetros específicos de ocupação e relações volumétricas. (OEA, 1967).

De fato, essas e outras recomendações foram sendo incorporadas pelas legislações urbanas para proteção do patrimônio histórico e construído. Em Joinville, por exemplo, temos a Lei de Ocupação Territorial (LOT), que define alguns espaços de interesse especial nos quais a ocupação é permitida de maneira mais amena, principalmente no que concerne às alturas das edificações. Porém, se já é difícil garantir proteção quando o patrimônio é reconhecido legalmente, a situação se torna ainda mais difícil quando não há este reconhecimento.

Este é o caso da Catedral de Joinville, como aponta De Mira (2012 p.65-67), o tratamento do entorno é insignificante: não há uma praça que dê o devido destaque a catedral, ao invés disso, o prédio foi sendo enclausurado e abafado por edifícios, passarela, muros, outdoors e uma cerca de ferro vazado. Além disso ainda se encontra comprimida entre três vias: a Rua do Príncipe (que hoje é uma via secundária), a av. Juscelino Kubitschek (via de trânsito rápido) e a Travessa Dom Pio de Freitas. Destaca-se que a partir da Av. Juscelino Kubitschek só é possível acesso de pedestres, o acesso para veículos se dá somente pela rua do Príncipe. Sendo assim, o espaço não possui legibilidade, como também podemos ver na figura 54, uma vista em direção à Catedral a partir da Rua do Príncipe. De Mira (2012 p.65) conclui: “Quem passa, pode não se dar conta que ali está um edifício monumental, no sentido grandioso: a Catedral Diocesana São Francisco Xavier de Joinville.”

Figura 54: Catedral vista da Rua do Príncipe.



Fonte: DE MIRA, 2012 p.66

A questão é: por que uma obra de tamanha importância na história e na arquitetura de Joinville não é mais valorizada? E se esta não é, que importância teriam outras obras menores e mais modestas do mesmo estilo ou período?

O número ínfimo de exemplares da arquitetura moderna reconhecidos como patrimônio histórico em Joinville demonstra, por um lado, a forma como este movimento aconteceu de forma diferente aqui do que no Sudeste, por exemplo.

Aqui, o modernismo não aconteceu de forma tão impactante, com grandes obras públicas importantes e nem com toda a narrativa do “gênio nacional” que respaldou e animou o desenvolvimento do movimento moderno em outras regiões. Até porque, aqui as obras com características modernas são em geral mais recentes ou projetadas por estrangeiros, como é o caso de Georg e Paul Keller.

Joinville é uma cidade que por muito tempo vendeu a imagem de cidade “típica” e “tradicionalmente alemã”, e por vezes ainda o faz. Machado (2009) atenta para a relação paradoxal entre o desejo do progresso e as seduções nostálgicas simultaneamente. Segundo este autor, a cidade de Joinville desejava ser lembrada como uma “vila europeia”, uma aconchegante e tranquila cidade e ao mesmo tempo ser reconhecida como a maior e mais desenvolvida cidade do estado. (MACHADO, 2009, p.78).

A discussão crescente sobre o patrimônio industrial e alguns tombamentos, como o da chaminé da Malharia Arp e outros prédios fabris, demonstram uma cidade que passou a destacar e se orgulhar de sua trajetória econômica e desenvolvimento industrial. Afinal, essa história também possui seu atrativo, uma vez que envolve as memórias de muitas pessoas que trabalharam ou conheceram essas fábricas, e o conceito do trabalho em si é muito estimado pela sociedade.

Muitas obras da arquitetura moderna, assim como foi o caso da Catedral, foram erigidas neste estilo com o intuito celebrar essa cidade desenvolvida e de crescimento rápido; mas parece que essa arquitetura por si não tem o mesmo apelo na cidade de Joinville que teria em outros lugares. Por outro lado, esta situação demonstra também uma dificuldade natural que existe em defender e fazer entender a importância de um exemplar arquitetônico que possui pouca profundidade histórica ou que não está ligada diretamente às origens da comunidade em questão.

Segundo Moreira (2011), o reconhecimento e o tombamento de edifícios modernos ainda não é uma prática corrente, mesmo em países com uma forte tradição de arquitetura moderna como o Brasil, a Finlândia e os Estados Unidos. Essa

arquitetura ainda não é tão bem aceita quanto arquiteturas de outros períodos e conforme este autor, muitos edifícios dos séculos 18 ou 19 são tombados pelo seu valor histórico (por simplesmente pertencerem àquele período) enquanto outros edifícios muito significativos do século 20 ainda aguardam tombamento.

Luccas (2010) ainda afirma que a versão instituída da história da arquitetura moderna brasileira impôs-lhe restrições, sob o argumento de não representar uma expressão nacional; ou conter um suposto teor comercial, sendo essa produção qualificada implicitamente de modo pejorativo. Porém, de maneira positiva, o mérito dessas obras vem sendo recuperado nos últimos anos. (LUCCAS, 2010 p.50)

Gonçalves (2013) faz uma análise a partir de três casos de impugnação de processo de tombamento impetrados contra a FCC, com o objetivo de entender as tensões existentes entre o poder público e o interesse privado e como a legislação brasileira procurou prever esses conflitos e mediá-los, tendo em vista a legislação federal e a estadual catarinense. Em sua análise, a autora percebeu que nos três casos as defesas dos advogados apresentam pontos em comum na argumentação, e os principais são contestar os critérios legalmente previstos para o tombamento (o valor artístico e o histórico, em princípio excepcionais), alegando ausência desses valores por serem obras recentes (a partir de 1950) e que não condizem (em suas análises) com a origem da população em questão (seja ela italiana, germânica ou açoriana). Outro ponto levantado pelos advogados é negar a existência de qualquer interesse coletivo no bem em questão. A autora conclui:

Pela argumentação dos advogados, percebe-se a dificuldade de compreender a historicidade de bens com inscrição temporal menos recuada (de apenas algumas décadas), bem como o apego a uma concepção de autenticidade que remete à “origem” primordial do bem, vista como necessariamente inalterada para que o tombamento pudesse ser garantido. [...]

As batalhas discursivas visibilizadas nos processos de tombamento estaduais catarinenses, travadas entre agentes ligados à área do patrimônio cultural e agentes do campo jurídico, indicaram curtos-circuitos comunicativos que tiveram sua cota de contribuição para legar fragilidades ao campo do patrimônio cultura em Santa Catarina.

(GONÇALVES, 2013 p. 14 e 15)

Diante deste cenário, buscamos ilustrar e exemplificar a complexidade das dinâmicas do campo do patrimônio histórico de Joinville e assim entender em que contexto se encontra o acervo arquitetônico dos arquitetos imigrantes que compunham a Keller&Cia.

Apesar de serem reconhecidamente um escritório muito importante e atuante na arquitetura de Joinville, as obras de Keller&Cia esbarram em alguns conceitos quando tentamos pensá-las no âmbito do patrimônio histórico e cultural: são projetos de estrangeiros, são estilos estrangeiros e diferentes do que estamos acostumados a ver e rotular como vernacular ou “popular” e algumas das obras não possuem tão grande profundidade temporal. Ainda assim, muitas de suas obras apresentam várias características que os enquadrariam como bem patrimonial, conforme legislação da FCC e da FCJ. Diante destas questões, das singularidades e alteridades do Keller&Cia, no capítulo seguinte buscaremos refletir como as obras deste escritório podem ser compreendidas no campo do patrimônio histórico da cidade de Joinville, a partir de uma discussão interdisciplinar calcada em teorias do patrimônio, memória, arquitetura e urbanismo.

### **3 PATRIMÔNIO, VALORES E PERCEPÇÃO**

Já adiantamos nos capítulos anteriores sobre as ressalvas e dificuldades que existem em entender a arquitetura de arquitetos imigrantes do século XX no âmbito do patrimônio cultural, que geralmente tem seu valor histórico e até arquitetônico colocado em questionamento. Sendo assim, neste capítulo temos o objetivo de discorrer sobre os valores atribuídos ao patrimônio arquitetônico, em especial o “valor urbanístico” (conforme previsto na Lei complementar 363/2011), colocando em perspectiva o caso Keller&Cia através da análise dos resultados da pesquisa de opinião popular realizada.

Não cabe aqui fazer qualquer defesa em relação ao ato do tombamento em si, até porque estamos falando de um conjunto de obras e não analisando um caso especificamente. Nossa intenção é levantar uma reflexão sobre valores e essas obras como um todo, levantando possíveis potencialidades que possam ser consideradas em futuras análises mais aprofundadas de caso a caso.

#### **3.1 Metodologia**

Pensando na sensibilidade do habitante (que pode ser imprevisível), foi agregado ao trabalho dados de um questionário virtual aplicado aos habitantes da cidade, com vistas a perceber o seu reconhecimento da imagem da cidade, percepção e memória.

A metodologia da referida pesquisa é qualitativa, baseada em estudos análogos, nos quais se utiliza imagens de alguns imóveis e pontos específicos da cidade para entender o reconhecimento, as impressões e talvez até memórias que o entrevistado tenha a partir dessas imagens. Apesar de a metodologia ser qualitativa, como normalmente é em pesquisas sociais, utilizamos também da leitura de alguns números e percentuais de respostas, considerando é claro, apenas o pequeno conjunto entrevistado, sem inferir que estes dados possam representar todo o universo de habitantes de Joinville. Conforme Minayo e Sanches (1993, p.2), as abordagens quantitativa e qualitativa podem e devem ser utilizadas como complementares sempre que o planejamento da investigação esteja em conformidade, já que em algumas circunstâncias utilizar apenas uma delas pode ser insuficiente para abarcar toda a realidade observada.

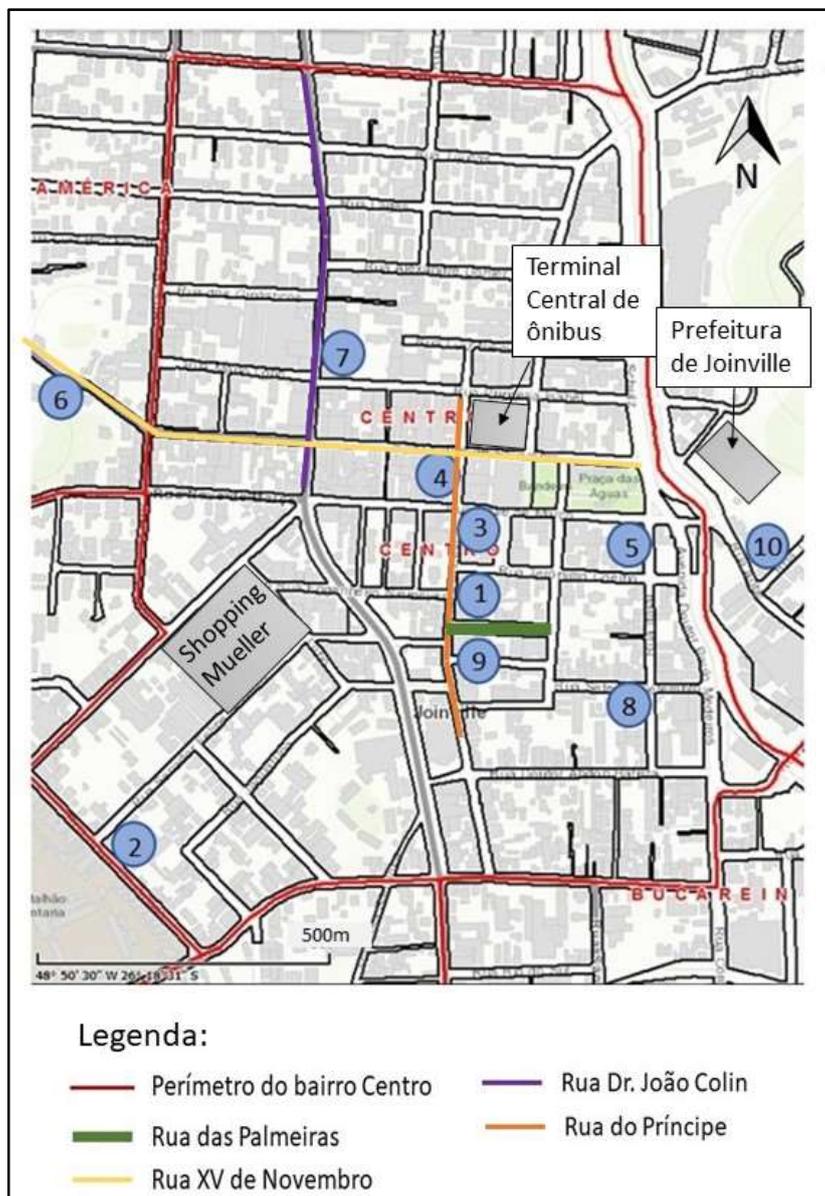
Para propor um instrumento de investigação com pertinência científica e qualidade de respostas, é necessário dedicar-se ao estudo de pesquisa social e das possíveis reações dos respondentes a tal instrumento, pois uma experiência negativa ou uma experiência positiva do respondente podem afetar os resultados obtidos. Por isso, a construção do questionário apoia-se nas orientações de Günter (2003), que discorre sobre a forma ideal para elaboração de um questionário em pesquisas sociais, principalmente quando o modo de aplicação é à distância, como é o nosso caso (via internet), e não presencialmente com a mediação do pesquisador. Sendo assim, a partir das indicações desse autor, o questionário foi elaborado seguindo as seguintes diretrizes:

- Conter algumas questões “filtros” para melhor análise posterior dos dados;
- Evitar questões sensíveis, como questões pessoais, embaraçosas ou que reflitam prestígio (como bebida, sexo, saúde, salário, nível escolar), já que para os objetivos desta pesquisa essas questões não são fundamentais;
- Os enunciados das questões não podem ser indutivos, respeitando sempre o ponto de vista do respondente
- Estrutura dinâmica, poucas questões abertas, perguntas breves e de linguagens simples, tornando o questionário fácil de ser respondido.

Quanto aos critérios de seleção dos imóveis a serem apresentados no questionário, considerou-se optar por imóveis representantes de datas (períodos) variadas, assim como imóveis representantes de estilos ou fases variados para abranger vários momentos da trajetória desses arquitetos. Por fim, foram escolhidos imóveis em pontos movimentados da cidade, para aumentar as chances de o entrevistado conhecer ou ter frequentado o local que vê na imagem.

No mapa da figura 55, estão representadas as localizações dos imóveis escolhidos, numerados de 1 a 10. Percebe-se que os imóveis 1, 3, 4 e 9 estão próximos e localizados ao longo da Rua do Príncipe, um importante eixo comercial de Joinville. O imóvel de número 7 está localizado na Rua Dr. João Colin, que também é muito movimentada por ser um importante eixo Sul-Norte no bairro e o imóvel 6, por sua vez, fica num dos mais importantes eixos Leste-Oeste da cidade, a Rua XV de Novembro. Também estão destacados o Terminal Central da Cidade, a Prefeitura de Joinville e o Shopping Mueller por serem importantes geradores de movimentação.

Figura 55: Mapa de localização dos imóveis utilizados no questionário.



Fonte: SimGeo, editado pela autora, 2020.

O questionário elaborado, que pode ser visto no apêndice desta dissertação, se estrutura da seguinte forma: após ler o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e clicar na opção de aceite, o questionário se inicia e a primeira pergunta é relativa a quanto tempo a pessoa reside em Joinville. Essa é uma questão balizadora para entendermos se há relação entre o grau de reconhecimento das imagens com a quantidade de tempo que o entrevistado reside nesta cidade. Neste

mesmo sentido, a segunda questão é sobre a faixa etária do entrevistado e as respostas podem demonstrar relação com as memórias expressas ou falta delas.

A terceira questão é sobre a frequência que o entrevistado vai ao Centro da cidade, pois é neste bairro que estão nossas amostras. A quarta questão está relacionada à terceira e questiona se o entrevistado acredita conhecer ou não o bairro centro. As opções de respostas são relacionadas com o grau de facilidade que o participante consegue se localizar no bairro. Esta questão nos ajuda a começar a entender qual a consistência da imagem que cada participante tem da cidade.

É na questão 5 que se inicia a dinâmica de reconhecimento. São dez imagens de obras que foram projetadas pelo escritório Keller&Cia, todas de pontos bem movimentados do Centro e em estilos e idades diferentes entre si, como já mencionamos. O participante é convidado a selecionar todas as imagens que ele se recorda de ter visto na cidade.

Por fim, algumas questões de opinião. A questão número 6 é aberta e pergunta o seguinte: “Você conhece a história de algum dos imóveis listados? Ou tem alguma memória pessoal relacionada a algum deles?”. Na sequência o entrevistado é questionado sobre o que ele pensa sobre a necessidade de conservação desses imóveis na cidade e as opções de resposta são: Necessário, desnecessário ou não tenho opinião sobre o assunto. A questão foi pensada de maneira mais neutra para não induzir a resposta do entrevistado, que na sequência tem uma caixa de resposta aberta caso queira opinar sobre a sua resposta.

A aplicação dos questionários aconteceu em outubro de 2020 de maneira virtual, através da plataforma *Google Forms*. O *link* para acesso foi compartilhado através das redes sociais com um pequeno texto explicativo e convidativo sobre a pesquisa. O mesmo foi disseminado com a ajuda de colegas que o compartilharam com seus contatos, já que o objetivo era atingir pessoas mais distantes e que não tivessem contato direto com estudos patrimoniais, para assim, ter acesso a opiniões populares e um resultado que se aproxime da visão da maior parte da população.

Para analisar os dados coletados com a aplicação do questionário a partir da hipótese de valor urbanístico e pensando a percepção do espaço urbano e da “imagem da cidade” pelo habitante, vamos acionar as teorias de Kevin Lynch (2011), Certeau (1998), Jane Jacobs (2000) entre outros autores. Para promover uma análise em diálogo com estes autores, vamos introduzir os dados coletados ao longo da revisão bibliográfica, sempre que for pertinente. Para inserir as respostas abertas dos

entrevistados, vamos indicar a abreviação “R.n”, sendo n o número do respondente utilizado na tabulação dos dados.

### **3.2 Atribuição de valores e percepção popular**

O acervo de obras arquitetônicas produzidas pelo Keller & Cia (assim como a maior parte do patrimônio arquitetônico de Joinville), não se enquadram na categoria dos monumentos intencionais nem dos monumentos antigos conforme a classificação de Riegl (2014), pois não foram feitas intencionalmente para conservarem ou celebrarem o momento de sua criação ou algum evento do passado; tampouco valorizam-se por sua idade avançada, pois ainda estão em pleno funcionamento e boa conservação. Estas obras podem ser consideradas (na melhor das hipóteses) monumentos não-intencionais, tendo os seus valores atribuídos por nós, sujeitos da contemporaneidade.

Em sua obra “O culto moderno dos monumentos”, publicada em 1903, Riegl sugere princípios para preservação dos monumentos com base nos valores: antiguidade, valor histórico, valor de rememoração intencional, valor de uso, valor de arte relativo e valor de novidade.

Quando escreveu a obra, o historiador da arte vienense Alois Riegl era presidente da Comissão de Monumentos Históricos da Áustria e estava encarregado de reorganizar a legislação de conservação dos monumentos austríacos. Assim, a obra surge como uma base teórica e norteadora para fundamentar e motivar a prática, tomadas de decisão e as políticas relativas aos monumentos históricos; sendo até hoje uma obra de fundamental importância acerca das questões relativas à tutela e conservação desses monumentos. (DOS REIS, 2006)

Riegl (2014, p.49-50) relaciona o **valor de antiguidade** a um apreço pelas massas, já que a antiguidade de um monumento é facilmente percebida à primeira vista (dissolução das formas, cor etc.), causando um sentimento de admiração pela grandiosidade do passado em oposição a decadência do presente. É a falta deste valor que faz com que muitas obras do período moderno sejam desacreditadas como patrimônio por muitos, como já demonstramos inclusive no capítulo anterior com o exemplo das análises dos casos de impugnação de processos de tombamento de imóveis (pagina 81), sendo que naqueles casos os advogados alegaram (entre outras coisas) ausência de “valor histórico” nos imóveis em questão.

Porém, seguindo a teoria de Riegl (2014), os valores de antiguidade e histórico possuem oposições. Enquanto o valor de antiguidade se demonstra justamente através dos sinais de degradação que sugerem a passagem do tempo, o **valor histórico** não se interessa por traços de degradação da natureza, mas pela sua criação original: “O valor histórico é tanto maior, quanto mais a obra tenha conservado a sua integridade e quanto mais inalterado estiver após a sua criação, sendo perturbadoras e inoportunas as degradações e alterações parciais” (RIEGL, 2014, p.55-56).

Neste sentido, podemos entender que muitas obras arquitetônicas podem possuir valor histórico por representarem momentos da história do desenvolvimento da cidade ou comunidade em que se inserem, sem necessariamente ter que remeter às origens da formação de tal comunidade.

Para Riegl (2014, p.63), os valores de antiguidade e histórico, juntamente com o valor de rememoração intencional, representam os valores de rememoração. Sendo que o último, o **valor de rememoração intencional** está ligado aos monumentos intencionais, ou seja, monumentos que tem em sua criação uma intenção de comemoração de algum evento ou momento. Sendo assim, esse valor consiste em desejar para o monumento uma imortalidade, um eterno presente. Este valor está totalmente ligado à necessidade de restauração, pois é através dela que o monumento é mantido no presente e transmitido para as futuras gerações de maneira “intencional”.

Se pensarmos nas obras produzidas pelo Keller&Cia no contexto da teoria de Riegl, podemos encontrar nelas, com mais facilidade, os valores de contemporaneidade (ou valores de atualidade) descritos pelo autor: valor de uso, valor de novidade e valor de arte relativo.

O **valor de uso** não se encontra na materialidade do prédio em si, mas no uso que ele tem e mantém na atualidade: “Trata-se de obras que estamos acostumados a ver em plena utilização pelos homens, e a falta desse uso, que nos é familiar, incomoda-nos, por apresentar os efeitos de uma destruição violenta, intolerável.” (RIEGL, 2014, p.68). Como vimos na tabela de Identificação e localização de projetos na página 49, grande parte das obras são hoje de uso coletivo público/privado.

Em nosso questionário, a questão dos usos dos imóveis foi lembrada por alguns dos respondentes, como podemos ver, por exemplo, nas respostas 5 e 11, transcritas a seguir. Podemos perceber com clareza nessas duas respostas como os

prédios foram lembrados por seus usos, sendo que o respondente 11 expressou ainda de maneira direta seu pesar pelo fato de o prédio onde ficava a farmácia Minâncora não ter mais seu uso original, o que para ele é considerado uma decadência para o patrimônio:

R.5 – “Tenho memória da infância de ir nos antigos estabelecimentos que ficavam nessas casas.”

R.11— “A primeira imagem farmácia Minâncora. Infelizmente ‘hj’ usada como uma loja popular. Patrimônio histórico ruindo.”

No caso do valor de uso, restaurações são altamente indicadas sempre que houver necessidade de manter a integridade física do prédio, afinal, dela depende a segurança de quem frequenta o prédio em questão.

O **valor de arte relativo** descrito por Riegl (2014 p.79-80) é, basicamente, a possibilidade de que obras de gerações passadas possam ser apreciadas (artisticamente) por seres modernos, em relação à sua concepção, forma e cor.

Se o valor de arte relativo for positivo, o monumento satisfará o nosso querer da arte moderno, por suas qualidades de concepção, forma e cor, e provoca obrigatoriamente o desejo de não enfraquecer o seu significado [...] O caso positivo do valor relativo da arte deverá exigir, em regra, a sua manutenção no estado em que se encontra, ou, às vezes, uma *restauratio in integrum* em oposição completa com as exigências do valor de antiguidade. (RIEGL, p.81-82)

Nas transcrições 6, 14 e 15, vemos as respostas obtidas dos nossos respondentes quando questionados sobre o porquê de acreditarem que os imóveis em questão precisavam ser conservados: Podemos perceber como os respondentes 1 e 14 ligaram suas respostas unicamente ao valor de arte relativo, enquanto o 15 também o faz, com a diferença de adicionar o elemento histórico à sua resposta.

R.6— “Gosto da aparência desses imóveis”

R.14— “Eu gosto bastante dessa arquitetura antiga da cidade e gostaria muito que elas fossem conservadas”

R.15— “São imóveis muito charmosos e o abandono ao qual alguns se encontram me entristece. Acho um desperdício e uma falta de respeito com a nossa própria história.”

Por fim, o **valor de novidade** surge com a eliminação dos sinais de degradação de uma obra e com a reconstrução de sua forma e cor, tendo a obra o seu aspecto original renovado. (RIEGL, 2014 p. 70). Sendo assim, o valor de novidade é oposto ao valor de antiguidade, que se demonstra através da degradação natural e

da não intervenção. No caso do valor de novidade, a intervenção é feita com o objetivo de despertar o interesse do ser moderno pela obra através da ativação desse valor.

Na interpretação de Gonçalves (2016 p.15), “as considerações de Riegl (sobre os valores) põem em destaque o peso das relações passado-presente-futuro na definição do que deve ser protegido, monumentalizado, patrimonializado.” e esses valores e relações são regulados por narrativas estreitamente articuladas a processos sociais e produção de memória.

Mesmo que alguns dos valores atribuídos ao patrimônio sejam opostos, não significa que cada obra possa contar apenas com um único valor. Pelo contrário, nas figuras do patrimônio cultural, o valor primário é suplantado por valores secundários, adquiridos em sua trajetória de recepção e apropriação social; e compreender o patrimônio cultural significa identificar esses valores secundários e investigar os motores e agentes envolvidos nessa atribuição. (GONÇALVES, 2016 p.11-12)

Na realidade brasileira, a identificação e salvaguarda do patrimônio é de responsabilidade do poder público federal, estadual e municipal, sendo que em cada um dos três níveis há legislação que institui e orienta as formas de inventariação, proteção e valorização do patrimônio. Primeiramente, como já comentamos no primeiro capítulo, instituiu-se o SPHAN, órgão federal que objetivava inventariar o patrimônio histórico e artístico em todo o território brasileiro. Porém, conforme Gonçalves (2016 p. 149-150), o próprio órgão sentiu a necessidade de ter parceiros em nível estadual e até municipal, devido aos poucos recursos disponíveis (humanos, materiais e financeiros) para cobrir todo o território nacional e por conta da dificuldade em atender demandas de proteção vindas de diferentes pontos do país, que com muita frequência não eram harmonizáveis com as bases legais existentes no âmbito federal.

Hoje, em nível estadual temos a Lei nº 5846/1980, parcialmente alterada pela Lei nº 9.342/93 e posteriormente consolidada pela Lei nº 17.565/2018. Na legislação estadual, destacamos os artigos primeiro e segundo por conceituarem o patrimônio cultural e o seu entendimento por valor histórico e artístico:

Art. 1º Integram o patrimônio cultural do Estado, os bens móveis e imóveis que, pelo interesse público em sua conservação venham a ser tombados pelo órgão competente.

Art. 2º Consideram-se de valor histórico ou artístico, para os fins desta Lei, as obras intelectuais no domínio da arte e os documentos e coisas que estejam vinculados a fatos memoráveis da História ou que apresentem excepcional valor arqueológico, etnográfico, artístico, bibliográfico, religioso, bem como monumentos naturais, sítios e paisagens que importem conservar

e proteger, pela feição notável com que tenham sido dotados pela natureza ou agenciados pela indústria humana. (SANTA CATARINA, 1993)

Nota-se no artigo segundo que esta lei considera os valores históricos e artísticos quando relacionados a “fatos memoráveis da história” ou “feições notáveis”. Gonçalves (2016 p. 154) enfatiza ainda que no artigo primeiro a lei demonstra que considera o patrimônio com o pressuposto do tombamento prévio, ou seja, o “rito de instituição” necessário à patrimonialização.

No caso de Joinville, a legislação municipal é um pouco mais específica em sua conceituação de valores que constituem o patrimônio material: a Lei Complementar nº 363/2011 institui, no âmbito do município de Joinville, o Inventário do Patrimônio Cultural de Joinville-IPCJ (e dá outras providências). Em seu artigo sétimo, a lei dispõe o seguinte:

Art. 7º A inclusão de bens no Inventário do Patrimônio Cultural Material - IPCM será constituída com base em um ou mais dos seguintes critérios de valoração:

I - valor urbanístico: características de um bem material imóvel que definem, referenciam historicamente ou qualificam a malha urbana e o espaço público;

II - valor arquitetônico: características de um bem material imóvel que expressam qualidades significativas, períodos históricos, composição, materiais, coerência tipológica, bens integrados e outras particularidades relevantes;

III - valor histórico-cultural: características de um bem material móvel ou imóvel que identificam e preservam elementos testemunhais de uma organização social, manifestação cultural ou forma de vida que configure a memória histórica coletiva;

IV - valor singular: características peculiares de um bem material móvel ou imóvel, de qualidade quanto aos aspectos técnicos, históricos, artísticos, construtivos ou de desenho.

(JOINVILLE, 2011, grifo nosso)

Na legislação municipal, além de especificar o valor arquitetônico e o histórico-cultural, ainda são previstos o valor urbanístico como característica de um bem que qualifica a malha urbana e o espaço público e o valor singular, que confere espaço para casos especiais que não necessariamente fazem parte de um conjunto.

Relacionando esses critérios ao nosso objeto de estudo, o caso Keller & Cia, já abordamos no capítulo anterior as características arquitetônicas de suas obras, os períodos que representam e sua participação na formação da cidade. Agora, vamos prosseguir com a discussão em torno do significado do valor urbanístico e da percepção e apropriação popular.

Para investigar que tipos de características possam ser consideradas “qualificadoras da malha urbana e do espaço público”, vamos revisar alguns conceitos que tratam da relação do habitante com o espaço urbano e de prédios históricos com a cidade contemporânea.

Um dos principais autores do urbanismo a tratar dessas questões é Kevin Lynch, que em “A Imagem da Cidade” publicado em 1960, discorre sobre a percepção do espaço e a importância da imagem que cada cidadão possui da cidade em que vive. Segundo Lynch (2011 p.12), “na maior parte das vezes, a nossa percepção da cidade não é íntegra, mas bastante parcial, fragmentária, envolvida noutras referências. Quase todos os sentidos estão envolvidos, e a imagem é o composto resultante de todos eles.” Assim, o autor introduz uma perspectiva de que a imagem da cidade não é um fato compartilhado por todos os cidadãos de maneira idêntica, mas sim algo subjetivo, resultante de um composto de relações e experiências passadas. Sendo assim, “todo cidadão possui numerosas relações com algumas partes da sua cidade e a sua imagem está impregnada de memórias e significações.” (LYNCH, 2011 p. 11)

Em nossa pesquisa popular, quando perguntados: “Você conhece a história de algum dos imóveis listados? Ou tem alguma memória pessoal relacionada a algum deles?”, apenas três respondentes afirmaram conhecer alguma história sobre os imóveis vistos, outros doze participantes afirmaram que têm memórias pessoais com os imóveis. Tomemos como exemplo os seguintes:

R.2– “Sim minha infância eu ia todos os sábados ao centro, principalmente na rua do príncipe”;

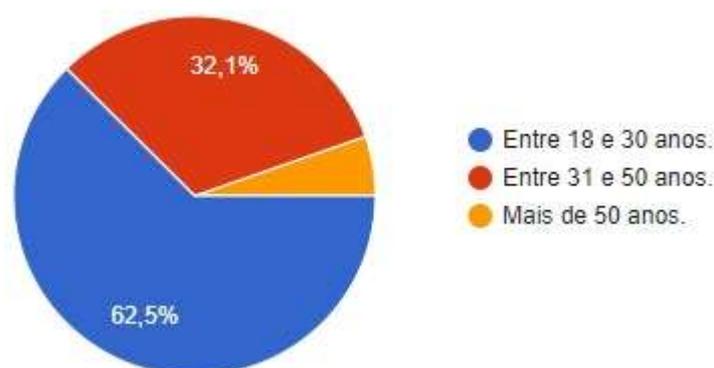
R.3– “Alguns imóveis frequentei pois são pontos comerciais, e o da Rua Aubé frequentei para festas de casamento. Mas desconheço detalhes dos imóveis”

R.7– “Lembro da farmácia minancora. Tinha uma balança que todos entravam somente para se pesar.”

Como a pergunta era aberta e não obrigatória, muitos se abstiveram de responder, ainda assim, destaca-se que todos os imóveis foram reconhecidos por no mínimo 62,5% dos entrevistados, chegando até 92,9% de reconhecimento, o que indica que muitos ainda tem memórias das imagens vistas, mesmo que apenas por observar os imóveis de fora.

Para analisar as respostas anteriores, vale também lembrar os resultados da segunda pergunta do questionário, que teve o objetivo de averiguar a idade dos participantes, já que este quesito pode ter relação com o fato de os participantes terem ou não memórias pessoais com as imagens da cidade. Como vemos no gráfico 6, a maior parte dos participantes tem entre 18 e 30 anos (62,5%) e 32,1% possuem entre 31 e 50 anos. Apenas 3 participantes (5,4%) possuem mais de 50 anos. Isso demonstra que a maioria dos participantes não vivenciou o período em que a maior parte dos imóveis tinham seus usos originais, mas ainda assim, eles lembram dos prédios, cada quais por seus motivos pessoais.

Gráfico 6- Idade dos participantes



Fonte: Autora, 2020

Referente a quanto tempo o participante conhece a cidade de Joinville, podemos verificar a partir das respostas, conforme o gráfico 7, que não houve participantes que estão em Joinville a menos de 1 ano. A maior parte mudou-se a mais de 5 anos e 50% dos participantes nasceram nesta cidade e sempre viveram nela.

Gráfico 7 - Tempo em que os participantes vivem em Joinville.



Fonte: Autora, 2020

Entre os 56 respondentes, apenas 3 pessoas afirmaram que conhecem a história de ao menos algum dos imóveis, e apenas 12 afirmam ter memórias dos imóveis. Mesmo os respondentes sendo jovens, a maioria vive em Joinville a mais de 5 anos e metade nasceu nessa cidade. Portanto, podemos entender que o número de pessoas que afirmam ter memórias com os locais é baixo, apesar de todos terem sido reconhecidos visualmente. Esse dado é também um indício de como o termo “memória coletiva” deve ser usado com cuidado, afinal, muitas vezes enuncia-se que prédios históricos fazem parte da memória coletiva da comunidade, porém este é um termo complexo e o seu significado não é tão direto quanto parece.

Segundo Candau (2011 p. 21-28), a memória, se pensada em nível individual, tem três diferentes manifestações: a memória de baixo nível ou protomemória, é a memória habito, aquela que não pode ser destacada da atividade da atividade em curso e das suas circunstâncias. É nela que enquadramos aquilo que constitui os saberes e as expressões mais resistentes e mais bem compartilhadas pelos membros de uma sociedade. A memória propriamente dita, ou de alto nível, é a recordação ou o reconhecimento, são as lembranças, os saberes, as crenças, etc. Por fim, a metamemória é a representação que o indivíduo faz das próprias memórias. É na metamemória que se constrói a identidade. Porém, o autor ressalta que esses termos só se referem quando falamos de memórias a nível individual, quando

passamos a pensar o indivíduo em grupos ou sociedade, o estatuto desses termos muda.

Para Candau (2011), o termo identidade se torna impróprio, pois nenhum indivíduo é idêntico ao outro, então aqui este termo ganha o caráter de “semelhante”. Da mesma forma nenhum indivíduo tem memórias iguais a do outro, portanto, o termo “memória coletiva” é, nas palavras do autor, uma expressão que não deve ser acreditada de maneira literal.

Sendo assim, podemos entender que seria até mesmo superficial dizer que os imóveis aqui discutidos fazem parte da memória coletiva dos habitantes de Joinville, mas ainda assim, podemos afirmar que fazem parte da imagem que cada um, à sua maneira, tem da cidade. Afinal, as imagens foram reconhecidas por uma grande porcentagem dos respondentes, como vemos a seguir no gráfico 8.

Na imagem a seguir vemos os resultados da pesquisa de reconhecimento. É importante ressaltar que os imóveis 1, 4 e 7, que foram os mais lembrados, estão em dois importantes eixos de movimentação da cidade: a Rua do Príncipe, um dos principais eixos comerciais da cidade; e a Rua Dr. João Colin, um importante eixo de movimentação sul-norte. Portanto, estes imóveis são visíveis a muitas pessoas todos os dias. Ainda assim, é importante destacar algumas análises: o imóvel 9 foi reconhecido por 45 pessoas, fica exatamente em frente ao imóvel 1, que foi reconhecido por 52 pessoas. Os dois prédios formam as duas esquinas da famosa Rua das Palmeiras. O fato de o prédio 1 ter sido mais reconhecido pode então estar ligado a dois fatos: primeiro por sua forma ser um pouco mais memorável (por conta do torreão principalmente), mas também por conta de seu uso, pois abrigou por décadas a Farmácia Minâncora, e como já comentamos, o valor de uso se ressalta neste caso.

Outro prédio situado na Rua do Príncipe que obteve grande número de reconhecimento foi o prédio 4, sendo lembrado por 54 pessoas, mesmo que ninguém tenha se referido a ele especificamente quanto a usos, nem passados nem atuais. Por outro lado, o prédio 3, também na Rua do Príncipe, está entre os prédios 1 e 4 (a 60 metros ao sul do prédio 1 e 100 metros ao norte do 4), e foi reconhecido apenas por 44 pessoas. Mesmo sendo uma boa taxa de reconhecimento (78,6%), o déficit que possui em comparação aos seus vizinhos pode significar um menor valor de arte relativo, já que não atrai tanto a atenção dos transeuntes.

Gráfico 8 - Quantidade de pessoas que reconheceram cada imóvel



Fonte: Autora, 2020.

De maneira geral, considerando as respostas para todos os imóveis, pode-se considerar que as taxas de reconhecimento foram altas quando comparamos com as respostas das perguntas 8 e 9. A pergunta 8 busca averiguar o quanto os participantes estão familiarizados com o bairro Centro de Joinville, de onde as nossas amostras

foram retiradas. De uma forma mais objetiva, a questão indaga com que frequência o participante visita o bairro Centro. Conforme o gráfico 9, 33.9% afirmam visitar o bairro frequentemente para ter acesso aos serviços e comércios do bairro, e 17.9% visitam diariamente.

Gráfico 9 - Frequência de visitas ao bairro Centro

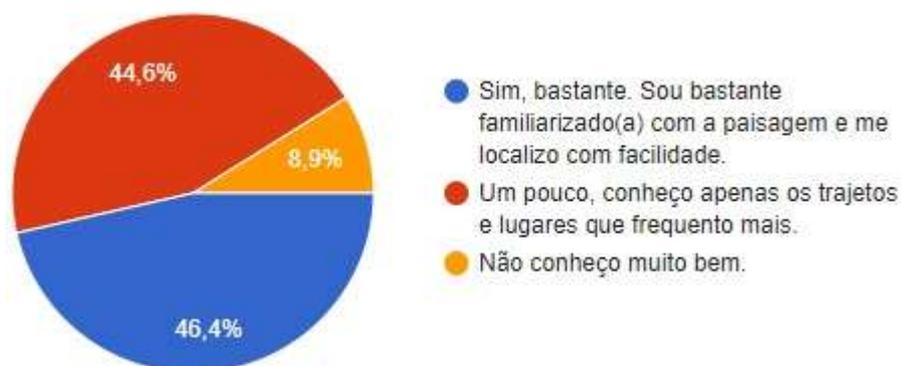


Fonte: Autora, 2020

Sendo assim, 48.2% afirmam visitar o Centro raramente ou apenas como trajeto para chegar a outro destino. Neste sentido, poderíamos esperar que boa parte dos entrevistados não reconhecesse os imóveis, o que não se evidenciou dessa forma, já que os imóveis tiveram entre 62% e 96% de reconhecimento.

A pergunta seguinte (número 9) possui o mesmo objetivo de entender o quanto o participante conhece o bairro, porém de uma forma mais subjetiva, sendo que o participante foi convidado a fazer uma autoavaliação do seu conhecimento e responder o quanto acredita conhecer e reconhecer o bairro. Neste sentido, apenas 8.9% dos participantes julgaram não conhecer o bairro muito bem. 44.6% julgaram que conhecem um pouco e 46.4% acreditam conhecer bastante o bairro e a paisagem.

Gráfico 10 - Respostas à pergunta: “Você considera que conhece o Centro de Joinville?”



Fonte: Primária, 2020

As respostas positivas vistas no gráfico 9 estão de acordo com os resultados obtidos na dinâmica de reconhecimento. Isso pode demonstrar que, ao menos para os nossos participantes, Joinville tem uma boa legibilidade. A legibilidade (ou clareza), descrita por Lynch (2011), trata-se do estudo da qualidade do ambiente visual da cidade, estudando a imagem mental que os cidadãos têm dela. Essa é basicamente a motivação principal de toda teoria de Lynch (2011) em “A Imagem da Cidade”, pois para o autor a legibilidade é crucial na estrutura da cidade e:

[...] sua relevância adquire significado especial quando se observam arredores na escala urbana de tamanho, tempo e complexidade. Para compreender isso, temos que considerar a cidade não como algo em si mesmo, mas a cidade objeto de percepção dos seus habitantes. (LYNCH, 2011, p. 13 grifo nosso)

O patrimônio histórico arquitetônico pode ser um elemento muito forte para ajudar na legibilidade de uma cidade, e pretendemos demonstrar aqui que essa pode ser mais uma característica que confere valor urbanístico aos imóveis.

Lynch (2011 p.13-14) argumenta que estruturar e identificar o meio ambiente em que se encontra, é uma atividade vital de todo animal móvel. Portanto, de uma forma instintiva, são muitas as espécies de orientação usadas: a sensação visual da cor, da forma, do movimento ou polarização da luz (...), sendo esta organização fundamental à eficiência e a própria sobrevivência motora, afinal, “perder-se é uma experiência de ansiedade e até terror, e tudo isto está ligado ao nosso equilíbrio e bem-estar.” (LYNCH, 2011 p.14)

É nesse processo de orientação que o indivíduo usa a imagem mental que retém do mundo exterior, sendo esta imagem um produto da percepção imediata e da memória da experiência passada. (LYNCH, 2011 p.14)

Lynch (2011) então aponta a argumentação para uma questão social e menciona até uma questão de memória coletiva:

Uma estrutura física viva e integral, capaz de produzir uma imagem clara, desempenha também um papel social. Pode fornecer a matéria-prima para os símbolos e memórias coletivas da comunicação entre grupos. Uma paisagem impressionante foi a base sobre a qual muitas raças primitivas erigiram os seus mitos socialmente importantes. Lembranças comuns da cidade natal foram muitas vezes o primeiro e o mais fácil ponto de contato entre soldados solitários durante a guerra. [...] O doce sentido do lar é mais forte quando o lar é não só familiar, mas distintivo [...] o que não oferece apenas segurança, mas intensifica a profundidade e a intensidade da experiência humana. (LYNCH, 2011 p.14, grifo nosso)

Então, para que a almejada legibilidade urbana seja alcançada, Lynch (2011 p.58) identifica 5 pontos importantes de serem trabalhados: vias, cruzamentos, limites, bairros e pontos marcantes. As vias são os canais de circulação (ruas, alamedas, canais, ferrovias...) e tudo que compõe a via faz parte de sua legibilidade, desde a pavimentação, até as fachadas dos edifícios que as delimitam. Os cruzamentos, por sua vez, são lugares estratégicos de circulação, momentos de passagem de uma estrutura para outra.

Os limites são elementos lineares que não sejam vias, são apenas fronteiras que dividem o espaço urbano com quebras de continuidade, tornando-se também elementos da imagem. E os bairros são regiões médias ou grandes do espaço urbano, reconhecíveis por possuírem características comuns que os tornam identificáveis pelo indivíduo. (LYNCH, 2011 p.58)

Os pontos marcantes são referências externas ao observador (ele não está dentro deles como no caso de vias, cruzamentos, limites e bairros), podendo ser um edifício, sinal, loja ou até uma montanha, pois este ponto não precisa estar perto do observador, desde que seja visível e marcante. (LYNCH, 2011 p.59) Ao falar de marcos visuais, Lynch (2011, p.105) utiliza o exemplo da catedral de Florença na Itália, mas nada nos impede de trazer essa análise para a escala da realidade joinvilense. Ao contrário: temos a necessidade de buscar entender a nossa realidade local a partir dos grandes teóricos do urbanismo ou da memória, assim como sugeriu

Jacobs (2000) no prefácio de seu livro *Morte e Vida das Grandes Cidades*, livro este em que a autora não utilizou imagens ilustrativas: "Todas as cenas que ilustram este livro nos dizem respeito. Para ilustrações, por favor observe atentamente as cidades reais. Ao fazer isso, escute, concentre-se e reflita sobre o que está vendo." (JACOBS, 2000. p.7) Portanto, podemos entender o patrimônio arquitetônico como um ponto marcante, sendo assim um elemento importante para a legibilidade da cidade.

É interessante pensar valores urbanos a partir de Lynch (2011), pois ele parte da perspectiva do observador no centro do espaço urbano, sendo influenciado por todos os elementos que o compõem, e não do espaço urbano em si, como se fosse um mapa bidimensional.

Certeau (1998 p.169-170) também reflete sobre este ponto de vista. A partir de sua experiência como observador da cidade, do 110º andar do World Trade Center, Certeau reflete sobre a experiência de observar a cidade do alto, estando afastado do espaço urbano em si, ele compara com a experiência de um *voyeur*, de não pertencer ao meio, uma experiência de controle total que não condiz com a realidade do "fato urbano". Esse desentendimento entre fato urbano em conceito de cidade é o que Certeau atribui aos planejadores urbanos. Essa experiência é totalmente diferente de estar realmente na cidade, envolto por suas ruas:

Mas "embaixo" (*down*) a partir dos limiares onde cessa a visibilidade, vivem os praticantes ordinários da cidade. Forma elementar dessa experiência, eles são caminhantes, pedestres, *Wandersmänner* cujo corpo obedece aos cheios e vazios de um "texto urbano" que escrevem sem poder Lê-lo. Esses praticantes jogam com espaços que não se vêem. [...]Tudo se passa como se uma espécie de cegueira caracterizasse as práticas organizadoras da cidade. (CERTEAU, 1998 p. 171)

Para Certeau (1998 p.177), é justamente neste ato de caminhar pela cidade que se realiza um processo de apropriação pelo pedestre, é como se o ato de caminhar, para o sistema urbano, fosse comparável ao ato de falar, para o sistema linguístico. A legibilidade prevista pelos planejadores urbanos nem sempre é a imagem lida pelos habitantes: a "infância" que determina as práticas do espaço desenvolve seus efeitos e inunda os espaços privados e públicos, desfaz as suas superfícies legíveis e cria a cidade "metafórica" (CERTEAU, 1998 p. 191). A "infância" citada por Certeau neste exemplo, refere-se a um estado de consciência em que o

indivíduo se percebe como um ser independente que habita o espaço e a cidade “metafórica” é a cidade impregnada de histórias e subjetividades.

Neste sentido, cabe também o conceito de imaginabilidade proposto por Lynch (2011 p. 19-20), que é a qualidade de um objeto que lhe confere uma grande probabilidade de evocar uma imagem forte num observador, uma imagem vivamente identificável. Para Certeau (1998 p.190): “O memorável é aquilo que se pode sonhar a respeito do lugar”.

Como já sabemos, o patrimônio histórico e cultural é fortemente capaz de despertar este tipo de imaginabilidade, encantamento e até reflexões existenciais. Segundo Nora (1993 p.7):

A curiosidade pelos lugares onde a memória se refugia e se cristaliza está ligada a este momento particular da nossa história. Momento onde a consciência da ruptura com o passado se confunde com o sentimento de uma memória esfacelada, mas onde o esfacelamento desperta ainda memória suficiente para que se possa colocar o problema de sua encarnação. O sentimento de continuidade torna-se residual aos locais. Há locais de memória porque não há mais meios de memória. (NORA, 1993 p. 7)

Nora (1993) sugere o termo “lugares de memória” como coisas, lugares, atos ou ritos que guardamos com a intenção de perpetuar uma memória, um sentimento, uma celebração. Segundo o autor, essa necessidade de criar lugares de memória surge do modo de viver moderno, em que nos afastamos das nossas memórias, já não as habitamos.

O autor então discorre sobre a dualidade memória-história: enquanto a memória é viva, carregada por grupos vivos e está em constante evolução, lembrança e esquecimento; a história é uma reconstrução problemática e incompleta do que não existe mais; a memória é um fenômeno atual e a história uma representação do passado. (NORA, 1993 p.9)

Vamos utilizar como exemplo o caso do imóvel número 10, localizado na rua Aubé. Este imóvel ainda possui seu uso original: abrigar o Tênis Club de Joinville. Sendo assim, o prédio tem uma história de sua construção, de seu estilo arquitetônico e dos arquitetos que participaram de seu projeto e execução. Ao mesmo tempo, o local tem uma história institucional, a história da formação do clube e toda a organização social que envolve essa história. No site do Joinville Tênis Club, obtemos a seguinte história:

Fundado em 12 de setembro de 1968, o Joinville Tênis Clube é fruto da fusão dos ex Clubes "Tênis Clube Boa Vista" e "Clube Joinville". Com acentuada vocação esportiva, o Tênis Clube Boa Vista foi fundado em 07 de maio de 1944[...] Sua sede social localizava-se no mesmo local das atuais instalações do JTC. Já o Clube Joinville, com forte tendência para as atividades sociais, ocupava-se com a realização de eventos como bailes e similares, onde reunia a aristocracia da época. Surgiu no início do século passado, mais precisamente em 05 de fevereiro de 1905, consequência da fusão dos ex-clubes: "União Joinvillense", "Republicano" e "Congresso Joinvillense". Sua sede social localizava-se na Rua do Príncipe, nas proximidades da Catedral. [...] Em 30 de setembro de 1968 foi eleita a primeira Diretoria do Joinville Tênis Clube, com a incumbência de administrar a sociedade nos meses restantes de 1968 e nos anos de 1969 e 1970. (HISTÓRIA, 2020. Disponível em: <<http://www.joinvilletenisclube.com.br/institucional> >)

Mas a história é parcial, nunca uma narrativa completa, e devemos ser analíticos quanto a ela. Já a memória “se alimenta de lembranças vagas, telescópicas, globais ou flutuantes, particulares ou simbólicas, sensível a todas as transferências, cenas, censura ou projeções”, como por exemplo o relato a seguir:

R.3— “Alguns imóveis frequentei pois são pontos comerciais, e o da Rua Aubé frequentei para festas de casamento. Mas desconheço detalhes dos imóveis”

Muitas vezes o cidadão está completamente alheio à história de um espaço ou ambiente que frequenta e tendemos a acreditar que o conhecimento histórico é a única forma de despertar interesse pelo patrimônio e o sentimento de pertencimento e apropriação. De fato, o conhecimento pode despertar identificações muito profundas, porém, existem muitas outras formas também válidas que este vínculo pode acontecer, muitas memórias podem ser criadas no cotidiano do cidadão e assimiladas à sua imagem da cidade e ao seu conceito de lar. Afinal, “a memória se enraíza no concreto, no espaço, no gesto, na imagem, no objeto. [...] E uma sociedade que vivesse integralmente sob o signo da história não conheceria, afinal, [...] lugares onde ancorar sua memória.” (NORA, 1993 p.9)

Mesmo que apenas três entre os 56 participantes afirmaram conhecer a história de pelo menos algum dos imóveis abordados na pesquisa, quando perguntados: “O que você pensa sobre a conservação destes imóveis na cidade?”, 54 participantes (96,4%) responderam que acham necessário e 2 participantes responderam que não tem opinião sobre o assunto. Nenhum respondeu achar desnecessário ou expressou qualquer opinião contrária.

Quando convidados a opinar sobre a sua resposta (em uma pergunta não obrigatória) 35 participantes não souberam explicar ou preferiram não o fazer. Entre os 21 que opinaram, apenas dois utilizaram a palavra “Patrimônio”, o que de certa

forma indica que conseguimos atingir em grande parte um público mais leigo em relação às questões patrimoniais e as respostas que obtivemos representam uma opinião bastante popular. Treze pessoas incluíram a palavra “história” em sua resposta, alegando acreditarem que estes imóveis representam a história da cidade, como nos exemplos:

R.1— “É importante pois são lugares históricos, por mais que eu não conheça a história dos citados/selecionados eu acho muito importante a conservação.”

R.3— “Conservar e preservar é necessário para nossa história e da cidade. Fortalecimento da nossa cidadania.”

R.8— “São edificações que nos fazem reconhecer Joinville por sua história. Muito necessário sua preservação e manutenção.”

Outros ainda incluíram palavras como tradição e cultura:

R.19— “Creio que preservar a estrutura do imóvel é manter acesa a origem e tradição ali construída, é sinal de tradição e orgulho das origens que fundaram tal monumento e contribuíram para o crescimento do local.”

Podemos perceber pelo tom das respostas e o uso recorrente das palavras “origem” e “tradição”, que a visão que os respondentes apresentam sobre o patrimônio cultural está bastante em paralelo com a lógica que observamos nos estudos que tratam da arquitetura e paisagem construídas por imigrantes do século 19, no início da colonização das cidades do Sul, conforme vimos no primeiro capítulo. Ou seja, uma realidade na qual o patrimônio está atrelado à produção dos membros fundadores de uma comunidade.

Como viemos discutindo ao longo deste trabalho, as obras projetadas pelo escritório Keller&Cia não se encaixam nessa mesma lógica, mas como também foi respondido pelos próprios participantes, eles desconhecem a história destes imóveis, portanto, os enquadram na única categoria de patrimônio cultural a que já tiveram algum contato. Percebe-se ainda que os participantes entendem que existe importância em conhecer a história dos imóveis e sua relação com o desenvolvimento da cidade, apenas nunca tiveram acesso a esse tipo de informação.

Algumas pessoas ainda expressaram pesar pelas degradações que prédios históricos sofrem e/ou desejo que estes fossem mais aproveitados e conservados para as futuras gerações:

R.7— “É de extrema importância ‘pra’ cultura da cidade a conservação desses imóveis que carregam a nossa história e dos nossos antepassados. Muito triste ver tantas casas antigas de Joinville destruídas para virarem estacionamento.”

R.10— “A arquitetura antiga deveria ser preservada como nosso patrimônio cultural, que já é bastante raro devido a demolição constante desse tipo de edificação.”

R.12— “Penso que muitos desses imóveis contam partes da história de nossa cidade, então devem ser preservados e utilizados de modo a virarem espaços culturais.”

Essas falas trazem um sentimento provocado pela situação real em que se encontra o patrimônio edificado de Joinville: muitos imóveis, mesmo que já tombados são simplesmente demolidos da noite para o dia em favor do interesse imobiliário. Um exemplo ocorrido com um dos imóveis projetados pela Keller & Cia é o do imóvel número 296 da rua Henrique Meyer, bairro Costa e Silva.

O imóvel, visto na figura 56, foi construído em 1945 e projetado por Paul Keller. Foi residência de Helmuth Von Gehlen e seu último uso foi educacional, abrigando um centro de cursos de profissões e idiomas. O imóvel estava em processo de tombamento e já havia laudo atestando seus diversos valores patrimoniais, porém, em 2019 a edificação foi demolida e, segundo o CAU/SC, com a autorização da

Figura 56: Antiga residência de Helmuth Von Gehlen



Fonte: <https://www.causc.gov.br/noticias/patrimonios-perdidos-em-santa-catarina/foto2-casa-helmut/>

Figura 57: Terreno após demolição.



Fonte: Imagem obtida através do Google Street View.

COMPHAAN (Comissão do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Natural do Município de Joinville). (CAU/SC,2019)

Em outros casos, os imóveis são demolidos ilegalmente, ou ainda são propositalmente danificados para que seu processo de ruína se acelere e a edificação acabe por desmoronar. No caso em questão da residência Von Gehlen, mesmo com autorização da

COMPHAAN, a demolição causou espanto em muitos joinvilenses que se depararam com o terreno então vazio (figura 57) e, como em muitos outros casos de demolição de patrimônio edificado, houve comoção em fóruns e redes sociais.

Talvez o fato de a demolição ser autorizada e o imóvel retirado do cadastro dos imóveis de interesse de preservação, ou mesmo tendo seu processo de tombamento revertido, seja um dos fatores que mais cause estranhamento e até indignação, afinal, temos os órgãos de proteção como a COMPHAAN justamente para defender os patrimônios. O fato é que, conforme Moura e Koehntopp (2018), o sistema de preservação patrimonial em Joinville é frágil e nota-se uma tensão constante entre o corpo técnico responsável pela organização e inventariação dos bens imóveis e os agentes envolvidos nos conselhos, Prefeitura e proprietários; além de uma corrida pela demolição dos bens inventariados ou Unidades de Interesse de Preservação, já que alguns proprietários temem a desvalorização de seus imóveis por conta do tombamento e preferem destruir a edificação antes que o processo se conclua.

Durante o fechamento desta pesquisa mais dois casos de demolição de imóveis de interesse patrimonial foram percebidos em Joinville, ambos na rua Jaraguá. Um deles é o imóvel número 798, que pode ser visto nas figuras 58 e 59. Esta situação decorrente da falta de políticas públicas e ações eficientes gera em muitos um sentimento de que o patrimônio está constantemente em risco e nem mesmo o tombamento pode protegê-lo. Afinal, se o patrimônio deveria assegurar, acalmar, tranquilizar, conjurar o ser do tempo e constituir uma garantia das origens dissipando a inquietação gerada pela incerteza do futuro, como afirma Choay (2006,

Figura 58: Casa nº798, rua Jaraguá.



Fonte: SECRETARIA DE CULTURA E TURISMO, 2018 p.178

Figura 59: Imóvel nº798, terreno após demolição.



Fonte: Autora, 2021.

p.19), um patrimônio negligenciado e atacado deve provocar o oposto, a sensação de perda, fins e incertezas.

Como já mencionamos na página 88, algumas pessoas não se apegaram muito a fatores históricos em suas explicações, destacando o aspecto visual:

R. 6— “Gosto da aparência desses imóveis”

R. 14— “Eu gosto bastante dessa arquitetura antiga da cidade e gostaria muito que elas fossem conservadas”

R.15— “Acho de extrema importância a conservação desses imóveis pois certamente eles revelam um pouco da história de Joinville. São imóveis muito charmosos e o abandono ao qual alguns se encontram me entristece. Acho um desperdício e uma falta de respeito com a nossa própria história.”

No caso das respostas 6 e 14, apesar de parecerem, à primeira vista, respostas simples, elas na verdade são bastante curiosas pois destacam um interesse atual nos imóveis, pois os respondentes não estão exaltando um interesse pelo passado dos imóveis e nem pensando nas gerações futuras, apenas sentem-se realmente atraídos pelas existências dos imóveis e gostariam que não desaparecessem.

Ainda há outros fatores além do histórico, cultural ou visual, utilizados na defesa da manutenção de prédios antigos na cidade contemporânea, como podemos encontrar, por exemplo, na teoria de Jacobs (2000) que, motivada por um viés de sustentabilidade econômica e qualidade de vida, também manifesta uma opinião sobre imóveis antigos calcada nas necessidades do presente. A autora escreve sobre o funcionamento da cidade e seus elementos (bairros, ruas, calçadas) a fim de levantar princípios sobre os quais devemos nos atentar ao propor/promover qualquer intervenção, pois tais ações podem acarretar tanto na promoção da vitalidade socioeconômica das cidades, quanto na “morte” das cidades ou espaços. Jeudy acusava o raciocínio econômico da reurbanização em meados de 1961 de ser “um embuste”:

Mas veja só o que construímos com os primeiros vários bilhões [de dólares]: conjuntos habitacionais de baixa renda que se tornaram núcleos de delinquência, vandalismo e desesperança social generalizada, piores do que os cortiços que pretendiam substituir; conjuntos habitacionais de renda média que são verdadeiros monumentos à monotonia e à padronização, fechados a qualquer tipo de exuberância ou vivacidade da vida urbana; conjuntos habitacionais de luxo que atenuam sua vacuidade, ou tentam atenuá-la, com uma vulgaridade insípida; centros culturais incapazes de comportar uma boa livraria; centros cívicos evitados por todos, exceto desocupados, que têm menos opções de lazer do que as outras pessoas;

centros comerciais que são fracas imitações das lojas de rede suburbanas padronizadas; passeios públicos que vão do nada a lugar nenhum e nos quais não há gente passeando; vias expressas que evisceram as grandes cidades. Isso não é reurbanizar as cidades, é saqueá-las.” (JACOBS, 2000 p.15)

Jacobs (2000) exalta a importância da diversidade urbana e como promover essa diversidade em oposição ao que a autora chama de “Grande Praga da Monotonia” (JACOBS, 2000 p.104) que destrói a vida urbana. Para a autora, a cidade é naturalmente diversa e essa diversidade reflete em diversidade econômica também, pois a cidade serve de “incubadora” para novas empresas e microempresas de todos os portes o tempo todo. E é nessa linha de raciocínio que Jacobs entende a importância dos prédios antigos.

Os prédios antigos são tão importantes na teoria de Jacobs, que ela os coloca como uma das 4 condições indispensáveis para geração da diversidade que mantém viva as cidades. Entre elas também há: a necessidade de um distrito (ou bairro) ter o maior número possível de segmentos e funções, pois isso garante a circulação de pessoas o tempo todo; a necessidade de quadras curtas, estreitando as distâncias entre outras ruas e outras oportunidades; e por último a necessidade de haver densidade suficientemente alta de pessoas. (JACOBS, 2000 p.107 e 108) Segundo a autora, tendo essas quatro condições atendidas, um distrito deverá ter condições de desempenhar seu potencial, seja ele qual for.

Adentrando na questão dos “prédios antigos”, Jacobs afirma que as cidades precisam tanto destes prédios, que talvez seja impossível obter ruas e distritos vivos sem eles. (JACOBS 2000 p. 131) É importante ainda lembrar que com isso, a autora não se refere a monumentos intencionais (como vimos em Riegl), museus ou prédios que tenham passado por dispendiosas reformas, ela aponta para prédios simples, de baixo valor, de datas de construção variadas e mesmo de situação de conservação variadas, pois é esta a diversidade que estimula a diversidade econômica e contínua. Por exemplo: Enquanto atividades bem estabelecidas como bancos, redes de lojas e redes de restaurantes ocupam os prédios novos

Figura 60: Imóvel 7 em horário comercial



Fonte: Autora, 2020

Figura 61: Imóvel 3 em horário comercial



Fonte: Autora, 2020

pois podem arcar com tais custos, outros empreendedores menores como lojistas locais, bares, restaurantes típicos e casas de penhores se estabelecem nos prédios mais antigos e de custeio mais acessível. Estes nem mesmo sobreviveriam se dependessem dos altos custos dos prédios novos.

Nas imagens da figura 60 e 61, podemos ver prédios antigos com uso comercial em funcionamento, mantendo as ruas e calçadas com uma considerável movimentação, o necessário para torná-las vivas e seguras, pelo menos (no caso de Joinville) durante o funcionamento desses comércios. E Jacobs vai além:

Teatros líricos e museus de arte subvencionados instalam-se em prédios novos. Mas os fomentadores informais das artes – estúdios, galerias, lojas de instrumentos musicais e de material artístico, salas dos fundos onde os negócios de fundo de quintal, de baixo rendimento, permitem travar uma conversa prolongada –, esses se instalam em prédios antigos. (JACOBS 2000 p.132)

Sendo assim, Jacobs insere uma perspectiva muito interessante sobre o valor urbanístico dos prédios antigos, pois vai além de questões de memória, história ou mesmo de localização e paisagem; a autora utiliza uma perspectiva focada na contemporaneidade. A partir de uma abordagem mais econômica ela demonstra a importância desses prédios na sustentabilidade das cidades e como isso se reflete de maneira positiva nas relações atuais entre os cidadãos que, assim, mantêm a cidade “viva”.

Em suma, podemos concluir que quando pensamos em valores urbanísticos do patrimônio edificado, existem várias formas de este patrimônio qualificar o espaço urbano em que se insere de maneira positiva e pudemos perceber alguns destes valores nas obras do acervo analisado. Os imóveis ainda são utilizados ativamente, são percebidos e lembrados pela população que os vê com afetividade e demonstram também um entendimento que estes imóveis participam da história e do desenvolvimento da cidade, mesmo sem saber como ou porquê.

No capítulo anterior vimos como a história do escritório Keller&Cia é rica em sentido de trajetória e aculturações, mas esses fatores não são conhecidos pela

população. Por este motivo, apesar de os valores urbanísticos serem importantes, a falta do conhecimento histórico em torno dessas obras faz com que o seu potencial patrimonial não seja totalmente usufruído pelos habitantes, uma vez que este conhecimento poderia realmente expandir o entendimento que os habitantes tem da própria cidade, afinal, as obras projetadas pelo Keller&Cia não são apenas mais alguns testemunhos da origem da cidade, mas são testemunhos de uma arquitetura que passou décadas se reinventando e tentando encontrar uma identidade em meio a tantas histórias.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

As obras projetadas pelo escritório Keller&Cia em Joinville possuem a particularidade de serem projetadas por arquitetos imigrantes do século XX e essa é uma questão que deve ser pensada à parte, pois a questão dos arquitetos imigrantes no século XX no Brasil é, sobretudo, uma questão historiográfica.

Esses imigrantes, apesar de serem muitos e espalhados por todo o país, sofreram durante algum tempo por um processo de invisibilização de sua atuação e sua obra e até mesmo de sua primeira nacionalidade. Como vimos no primeiro capítulo, eles atravessaram um período de silenciamento do estrangeiro por conta da política estadonovista, que buscava exaltar uma nacionalidade brasileira.

No caso dos Keller's, a arquitetura que eles desenvolveram em Joinville foi bastante única: desde influências europeias como a *reformakitektur*, a *Werkbund* e o *Landhaus*, passando por aculturações como um neocolonial muito característico de Paul Keller, até a experimentação de uma arquitetura de traços mais modernos. Cada um desses estilos carregados de traços excepcionais do escritório.

Neste trabalho pudemos investigar um pouco das diferenças de atuação entre os três arquitetos, sendo que a atuação de Max na arquitetura foi abafada por sua proeminente participação na área industrial da cidade; já Georg Keller se revela como um arquiteto-engenheiro que participou de obras de maior porte, trabalhando inclusive com concreto armado, uma tecnologia nova em sua época.

Paul Keller por sua vez, tem atuação como arquiteto mais extensa com projetos residenciais, cuja característica principal está nas reflexões de identidade e memória que sua obra desperta. Enquanto temos uma narrativa em torno da imigração alemã muito ligada a casas populares enxaimel, Paul, um imigrante alemão, produz um acervo por vezes muito diferente do que estamos acostumados a perceber como “arquitetura alemã” ou “teuto-arquitetura”. Quando me aproximei do tema pela primeira vez na graduação de Arquitetura e Urbanismo, indiquei nas considerações finais de pesquisa que havia evidências de que o escritório Keller&Cia havia projetado obras com características modernas e que essa era uma questão importante para pesquisas futuras. Hoje podemos perceber o quanto essa é uma questão crucial na história desses arquitetos e o quanto a análise dos valores dessas obras é complexa.

O legado de Paul, dividido em projetos em estilo europeu, neocolonial e moderno, nos lembram que a questão da identidade na arquitetura não é uma questão contemporânea, afinal em meados do século XX esse questionamento já reverberava entre os estudiosos da arquitetura: qual é a arquitetura alemã? Qual é a arquitetura brasileira? Qual é a arquitetura que devemos produzir?

No caso do escritório Keller & Cia, a partir do que vimos ao longo desta pesquisa, pode-se concluir que seus arquitetos não estavam tão preocupados em definir uma identidade ou estilo arquitetônico ao qual seguir, mas em entender todos estes estilos e o que eles representam. Posso até arriscar e interpretar que, para Paul e Georg Keller, a definição do estilo arquitetônico a ser empregado no projeto dependia muito mais dos gostos e identidade do cliente e futuro morador da residência do que de qualquer outra questão de escola arquitetônica. Um bom exemplo é o mencionado Prédio Beirute ( capítulo 2, página 64), no qual é empregada uma figura em baixo relevo do Cedro do Líbano na fachada do prédio, em referência ao país de origem do seu proprietário, o senhor Ghanem.

Além das características arquitetônicas em si, essas obras são carregadas de histórias pois participaram da consolidação urbana de Joinville, ajudaram a desenhar a cidade que temos hoje, pertenceram a pessoas muito atuantes na sociedade da época e abrigaram comércios e instituições frequentados por décadas pelos joinvilenses.

Mesmo assim, pensar essas obras no campo do patrimônio cultural é algo complexo e que demanda uma análise extensa. Como vimos no capítulo 1, por muito tempo os arquitetos imigrantes foram deixados de fora das pesquisas em torno do patrimônio cultural, pois eram considerados pontos fora da curva de interesse, afinal, por serem estrangeiros e suas produções não representavam nem a história do Brasil nem o “gênio nacional” modernista, pois mesmo os projetos modernos desses arquitetos eram de uma escola diferente e por serem de cidades menores, não tinham a grandiosidade das grandes obras modernistas financiadas pelo poder público em Brasília e no Rio de Janeiro por exemplo. Desprendidos desse pensamento, hoje podemos constatar que a participação do escritório Keller&Cia na formação urbana de Joinville e no desenvolvimento de sua arquitetura é inegável. Essas obras demonstram valores arquitetônicos, históricos, singulares e urbanísticos, mesmo que de maneira diferente do que ocorreu em outras partes do país, e é isso que torna essas obras características locais.

No último capítulo adentramos um pouco mais nessa questão das atribuições de valores ao bem patrimonial e como elas são orientadas pela legislação vigente e constatamos que os valores não são intrínsecos nem ao bem que está sendo analisado, nem ao local em que ele se insere especificamente, mas está nas relações que ambos tem com o observador e como este bem imóvel pode qualificar a experiência urbana do habitante da cidade, trazendo impactos positivos em seu bem estar e até na sustentabilidade econômica da cidade.

Essa relação entre habitante e patrimônio edificado também é um dos enigmas que este trabalho se aproximou e pudemos perceber como a fala sobre patrimônio dos cidadãos ainda está atrelada a ideias de origem e tradição, ideias essas muito difundidas em propagandas culturais que enunciam Joinville como “uma cidade tipicamente alemã”. Essas ideias e a falta do conhecimento real sobre os imóveis certamente prejudica o entendimento das pessoas da cidade real e do quão múltipla ela é. Ainda assim, pudemos perceber um grande nível de percepção e apropriação dos respondentes para com estes imóveis, uma vez que eles não apenas reconheceram os imóveis como expressaram o desejo de que estes sejam conservados na cidade. Com isso, podemos entender que os imóveis possuem um valor urbanístico válido e que as memórias que os habitantes tem com estes imóveis ainda são em maior parte no sentido visual. Porém, essa relação tem potencial para ser ainda mais forte e construtiva caso os habitantes conhecessem a história por trás deste acervo.

Apesar dos avanços que foram feitos sobre o tema, este trabalho não encerra as discussões, ao contrário, o entendimento da história da arquitetura de Joinville e seu campo patrimonial ainda é um mar a ser explorado e o caso Keller&Cia é apenas mais um estudo que caminha.

## REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Fabiane Cristina. Imigrantes e (In) segurança: a Construção do Espaço Social através de uma Etnografia no Bairro Veronetta. **Espaço Aberto**, v. 8, n. 2, p. 23-36, 2018.

ARQUIVO HISTÓRICO DE JOINVILLE (AHJ). Hemeroteca. **Sadalla Amin Ghanem, o patrono**. Joinville, 23 maio 1988.

AZEVEDO, Marlice Nazareth Soares de; BENDICTO, Danielle; JÚNIOR, Silvio Leal. Expressões e vestígios modernistas na capital fluminense nas décadas de 1940, 1950, 1960 e seus valores como patrimônio urbano. **Docomomo**. Disponível em: <<http://www.docomomo.org.br/seminario>, v. 205, 2011.

BOWEN, David. The English House by Hermann Muthesius. **RSA Journal**, Londres, Vol. 136, No. 5383, pp. 519-520, jun/1988. Disponível em: <[https://www.jstor.org/stable/41374625?newaccount=true&read-now=1&seq=1#metadata\\_info\\_tab\\_contents](https://www.jstor.org/stable/41374625?newaccount=true&read-now=1&seq=1#metadata_info_tab_contents)> Acesso em: 15/out/2018.

CANDAU, Joël. **Memória e Identidade**. São Paulo: Editora Contexto, 2011

CERTEAU, Michel. **A Invenção do Cotidiano: Artes de fazer**. Tradução de Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis: Vozes, 1998

CHING, Francis D.K. **Dicionário Visual de Arquitetura**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

CHOAY, Françoise. **A Alegoria do Patrimônio**. 3 ed. São Paulo: Estação da Liberdade: UNESP, 2006.

CRISTOFOLINI, Nilton, J. **Desenvolvimento Socioeconômico de Joinville/SC e a Ocupação dos manguezais do Bairro Boa Vista**. Florianópolis: UFSC, 2013.

DAUFENBACH, Karine. Reflexões sobre a obra de Hans Broos. **Arquitextos**, São Paulo, ano 11, n. 123.07, Vitruvius, ago. 2010 <<https://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/11.123/3530>>. Acesso em: 2 abr. 2020

DE OLIVEIRA, Márcia Regina Cassanho. **Imigração Sírio-libanesa em Campo Grande e o Clube Libanês**. 2010. Dissertação (mestrado em História). Universidade Federal da Grande Dourados-UFGD, Dourados, 2010.

DE SOUZA, Giane Maria; BRÜSKE, Dinorah Luisa de Melo Rocha; SOUZA, Luiza Morgana Klueger. Arquivo Histórico de Joinville – O processo de patrimonialização da arquitetura moderna e institucional como monumento e documento. **Revista Confluências Culturais**, v. 9, n. 1, p. 68-80, 2020.

DELAQUA, Vitor. Cobogós: breve história e usos. **Archdaily**, 2015. Disponível em: . Acesso em: 30 set. 2019.

DOS REIS, Claudia et al. Alois Riegl e " O culto moderno dos monumentos". **revista CPC**, n. 2, p. 6-16, 2006. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/cpc/article/view/15586>. Acesso em: 29 nov. 2020.

DOS SANTOS, Soraia Costa; COSTA, Silvia Kimo. Arquitetura vernacular ou popular brasileira: conceitos, aspectos construtivos e identidade cultural local. **Cadernos de Arquitetura e Urbanismo**, v. 24, n. 35, p. 218-259, 2017.

DROSTE, Magdalena. **Bauhaus 1919-1933**. Taschen, 2002.

EHMANN, Arne. **TRADITIONALISMUS UM 1910**. Tese (Doutorado em Filosofia) - Universidade de Hamburgo, Hamburgo. 2006. Disponível em <<http://ediss.sub.uni-hamburg.de/volltexte/2008/3572/>>

FAGGION, L.; FURLAN, R.; The Symbolic Realm of Italian Migrants' POST-WWII HOUSES in Australia. **Home Cultures**, v.14, p.213-236, 2017.

FALBEL, Anat . Arquitetos Imigrantes no Brasil: Uma questão historiográfica. **DOCOMOMO Journal** , v. 34, p. 58-65, 2006.

FALBEL, Anat. Cartas da America: arquitetura e modernidade. **Editora/PROURB**, p. 120-135, 2010.

FALBEL, Anat. Espaço e interações na historiografia da arquitetura moderna brasileira. **Pós- Revista Do Programa De Pós-Graduação Em Arquitetura E Urbanismo Da FAUUSP**, v. 18, n.29, p. 34-52, 2011.

FALBEL, Anat . Immigrant architects in Brazil: old and new tools for a historiographical discussion. **Les Cahiers de La Recherche Architecturale Urbaine et Paysagère**, v. 2, p. 1-10, 2018.

FALBEL, Anat. Sobre Utopia e Exílios Na América Latina. **Politéia História e Sociedade**, v.9, n.1, p.107-140, 2009.

FICKER, Carlos. **A história de Joinville**: Crônica da Colônia Dona Francisca. 2. ed. Joinville: Letradágua, 2008.

FIGUEIREDO, Lauro César. Paisagens e construção de cidades a partir da imigração no Rio Grande do Sul. Patrimônio, preservação e memória. **Arquitextos**, São Paulo,

ano 16, n. 182.04, Vitruvius, jul. 2015  
<<https://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/16.182/5619>>.

FUNDAÇÃO CULTURAL DE JOINVILLE. **Ata da Reunião Ordinária nº 216**. 19 de Abril de 2014. Joinville, 2014.

FUNDAÇÃO CULTURAL DE JOINVILLE. **A Técnica Enxaimel na Colônia Dona Francisca**. Joinville, 2000.

GALLAS, A.O.G; GALLAS, F.D. **Art Déco**: Europa, Estados Unidos, Brasil. São Paulo: Ipsis Gráfica e Editora, 2013.

GONÇALVES, Janice. **Figuras de valor**: patrimônio cultural em Santa Catarina. Itajaí: Casa Aberta, 2016.

GONÇALVES, Janice. Patrimônio contestado: impugnações de tombamentos estaduais em Santa Catarina. **XXVII – Simpósio Nacional de História–ANPUH**, p. 1-17, 2013.

GRIENEISEN, Vera. **As Origens de Quatro Arquitetos Imigrantes Alemães e Sua Obra Habitacional no Rio Grande do Sul no Início do Século XX**. Dissertação (Mestrado em Arquitetura). Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2013.

GÜNTHER, Hartmut. Como elaborar um questionário. **Série: Planejamento de pesquisa nas ciências sociais**, n. 01, 2003.

HISTÓRIA. Joinville Tênis Club. 2020. Disponível em:  
<<http://www.joinvilletenisclub.com.br/institucional/historia/1>> Acesso em: 20 dez. 2020.

ICOMOS. **Carta de Veneza**. Veneza, 1964. Obtido em:  
<<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20de%20Veneza%201964.pdf>> Acesso em 28/03/2018.

JACOBS, Jane. **Morte e vida de grandes cidades**. Coleção a, São Paulo, WMF Martins Fontes, 2000.

JEUDY, Henri-Pierre. **Espelho das Cidades**. Rio de Janeiro - Casa da Palavra, 2005

JOINVILLE. **Lei Complementar n.º 363, de 19 de dezembro de 2011**. Joinville, 2011.

KELLER, Paul H. **Joinville na Arquitetura**. In: Sociedade amigos de Joinville: Álbum Histórico do Centenário de Joinville. Curitiba: Gráfica Mundial Limitada, 1951

KESSEL, Carlos. Estilo, Discurso, Poder: Arquitetura Neocolonial No Brasil. **História Social**, n.6, p.65-94, 1999

KLOEK, Marjolein E. et al. Crossing borders: Review of concepts and approaches in research on greenspace, immigration and society in northwest European countries. **Landscape Research**, v. 38, n. 1, p. 117-140, 2013.

KOCH, Wilfried. **Dicionário dos Estilos Arquitetônicos**. 4 ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2009.

KÜHL, Kaja; BEHRENS, Julie. Spaces of Migration: Architecture for Refugees. **Architectural Design**, v. 88, n. 4, p. 86-93, 2018.

LEIKKILÄ, Jaana; FAEHNLE, Maija; GALANAKIS, Michail. Promoting interculturalism by planning of urban nature. **Urban Forestry & Urban Greening**, v. 12, n. 2, p. 183-190, 2013.

LYNCH, Kevin. **A imagem da cidade**. 3. ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2011.

LUCAS, Luís Henrique Haas. O sul por testemunha: declínio da hegemonia corbusiano-carioca e ascensão da dissidência paulista na arquitetura brasileira anos 50. **Pós. Revista do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da FAUUSP**, n. 27, p. 46-65, 2010.

MACHADO, Diego Finder. **Redimidos pelo Passado?** Seduções Nostálgicas em uma Cidade Contemporânea (Joinville, 1997-2008). 2009. Dissertação (Mestrado em História do Tempo Presente). Universidade do Estado de Santa Catarina-UDESC. Florianópolis, 2009.

MARCOS, Nicolas. **O Dinheiro No Museu: O Acervo de Numismática do Museu Nacional de Imigração de Colonização De Joinville/SC**. 2020. Dissertação (Mestrado em Patrimônio Cultural e Sociedade) Universidade da Região de Joinville-UNIVILLE. Joinville, 2020.

MARINI, Marcello; CHOKANI, Ndaona; ABHARI, Reza S. Immigration and future housing needs in Switzerland: Agent-based modelling of agglomeration Lausanne. **Computers, Environment and Urban Systems**, v. 78, p. 101400, 2019.

MARTINS, Rosana Barreto. **Dos Processos Migratórios e Ciclos Econômicos à Preservação da Paisagem Urbana: Multiculturalidade no Município de Joinville-SC**. 2013. Dissertação (Mestrado em Urbanismo, História e Arquitetura da Cidade). Universidade Federal de Santa Catarina-UFSC. Florianópolis, 2013.

MASCARO, Luciana Pelaes. **Difusão da arquitetura neocolonial no interior paulista, 1920-1950**. 2008. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo). Escola de Engenharia de São Carlos da Universidade de São Paulo. São Carlos, 2008.

MENEGOTTO, Renato Gilberto Gama. DF Rocco, um construtor em Porto Alegre, Brasil: sobre casas urbanas, imigrantes italianos e difusão da arquitetura. **História Unisinos**, v. 22, n. 4, p. 673-684, 2018.

MINAYO, Maria Cecília de S.; SANCHES, Odécio. Quantitativo-qualitativo: oposição ou complementaridade? **Cadernos de saúde pública**, v. 9, p. 237-248, 1993.

MIRA, Fátima Mirany de. **Arquitetura Moderna em Joinville: A Catedral Diocesana São Francisco Xavier**. 2012. Dissertação (Mestrado em Patrimônio Cultural e Sociedade) Universidade da Região de Joinville-UNIVILLE, Joinville, 2012.

MOREIRA, Fernando Diniz. Os desafios postos pela conservação da arquitetura moderna. **Revista CPC**, n. 11, p. 152-187, 2011.

MOURA, Ana Carolina; KOEHNTOPP, Paulo Ivo. Memórias e apagamentos: quem decide sobre o patrimônio no contexto urbano. **Revista Confluências Culturais**, v. 7, n. 1, p. 90-103, 2018.

NORA, Pierre. **Entre memória e história: a problemática dos lugares**. Tradução de Vara Aun Khoury. Projeto História, São Paulo, n. 10, p. 7-28, dez. 1993.

OEA. **Normas de Quito**. Equador: OEA 1967. Obtido em: <<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Normas%20de%20Quito%201967.pdf>> Acesso em 28/03/2018.

PALLASMA, Juhani. **Os olhos da pele: a arquitetura e os sentidos**. Tradução de Alexandre Salvaterra. Porto Alegre: Bookman, 2011. PMJ. Prefeitura Municipal de Joinville, 2018. Disponível em: <<https://www.joinville.sc.gov.br/>> Acesso em 30/03/2018

RIEGL, Alois. **O Culto Moderno dos Monumentos: a sua essência e sua origem**. Tradução de Werner Rothschild Davidsohn e Anat Falbel. São Paulo: Perspectiva, 2014.

ROCHA, Isa de Oliveira. **Industrialização de Joinville (SC): Da Gênese às Exportações**. 1994. Dissertação (mestrado em Geografia). Universidade Federal de Santa Catarina-UFSC. Florianópolis, 1994.

ROMANOWSKI, Joana Paulin; ENS, Romilda Teodora. As pesquisas denominadas do tipo “Estado da Arte” em Educação. **Diálogo Educacional**, Curitiba, v. 6, n. 19, p. 37-50, dez. 2006. Disponível em: . Acesso em: 15 mai. 2020

SAMPAIO, Rosana Ferreira; MANCINI, Marisa Cotta. Estudos de revisão sistemática: um guia para síntese criteriosa da evidência científica. **Revista brasileira de fisioterapia**. São Carlos, v. 11, n. 1, p. 83-89, fev. 2007.

SANTA CATARINA. Lei Nº 9342, de 14 de dezembro de 1993. Santa Catarina, 1993.

SANTOS, Jailson Estevãos do. **Transformações e deslocamentos identitários entre descendentes de alemães em Joinville/ SC a partir do referencial linguístico**. Joinville: UNIVILLE, 2013.

SANTOS, Marisa Veloso Motta. **O tecido do tempo**: a ideia de patrimônio cultural no Brasil 1920-1970. Tese (Doutorado em Antropologia Social) - Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Departamento de Antropologia, Instituto de Ciências Humanas, Universidade de Brasília, p. 529. 1992.

SECRETARIA DE CULTURA E TURISMO-SECULT. **Relação de Bens Tombados no Município de Joinville** (Tombamento Municipal, Estadual e Federal). Joinville, 2018.

SEGAWA, Hugo M. **Arquiteturas no Brasil: 1900-1990**. 2 ed. São Paulo: Edusp, 2002.

SERAFIM, C.C. **A Imigração da Arquitetura**: A obra de Keller&Cia em Joinville. Monografia (Bacharelado em Arquitetura e Urbanismo) Universidade da Região de Joinville-UNIVILLE. Joinville, 2018.

SEYFERTH, Giralda. Imigração, colonização e identidade étnica (notas sobre a emergência da etnicidade em grupos de origem europeia no sul do Brasil). **Revista de Antropologia**, v.27, p. 57-71, 1986.

SIMMEL, Georg. **Questões fundamentais da sociologia**: indivíduo e sociedade. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.

TERNES, Apolinário. **História Econômica de Joinville**. 2 ed. Joinville: Meyer, 1984

TERNES, Apolinário. **Joinville, A Construção da Cidade**. Joinville: Editora S/A, 1993

VERÍSSIMO, S.V; BITTAR.W.S.M. **500 Anos da Casa no Brasil**: As transformações da arquitetura e da utilização do espaço de morada. 2ª ed. Rio de Janeiro: Ediouro, 1999

VIANA, Alice: **A Persistência dos Rastros**: manifestações do *art déco* na arquitetura de Florianópolis. Florianópolis: UDESC, 2011.

WEIMER, Gunter. Arquitetos Alemães no Sul do Brasil. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul**, n. 153, 2017

## SITES VISITADOS:

ALEMANHA. In: WIKIPÉDIA, a enciclopédia livre. Flórida: Wikimedia Foundation, 2020. Disponível em: <<https://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=Alemanha&oldid=60269047>>. Acesso em: 19 nov. 2020.

BANDEIRA do Líbano. **Portal São Francisco**. Disponível em: <<https://www.portalsaofrancisco.com.br/turismo/bandeira-do-libano>> Acesso em: 30 mai. 2020.

CATEDRAL. Histórias de Joinville. 2010. Disponível em: <<http://historiajoinville.blogspot.com/2010/10/#8715721623111070761>> Acesso em: 15 jun. 2020.

CAU/SC. Conheça 15 patrimônios arquitetônicos e culturais perdidos em Santa Catarina. **G1**. 28 ago. 2019. Disponível em: <<https://g1.globo.com/sc/santa-catarina/especial-publicitario/cau-sc/conselho-de-arquitetura-e-urbanismo-sc/noticia/2019/08/28/conheca-15-patrimonios-arquitetonicos-e-culturais-perdidos-em-santa-catarina.ghtml>>

CRUVINEL, Alef. A Engenharia das Civilizações Antigas. **Nosso Mundo**, 2015. Disponível em: <<https://alef-nossomundo.blogspot.com/2015/03/A.Engenharia.Nas.Civilizacoes.Antigas.html>> Acesso em: 30 mai. 2020.

DIOCESE de Joinville define regras para encontros, sacramentos e eventos até o fim deste ano. **Diário da Jaraguá**. 2020. Disponível em: <<https://www.diariodajaragua.com.br/geral/diocese-de-joinville-define-regras-para-encontros-sacramentos-e/459530/>> Acesso em: 01 jul. 2020.

FALBEL, Anat. **Currículo do sistema currículo Lattes**. [Brasília], 30 out. 2020. Disponível em: <<http://lattes.cnpq.br/2740179501951687>> 30/11/2020

GOMES, S.A. O fim de uma história de 95 anos em Joinville. Fecha a Farmácia Minancora. **Notícias do Dia**. Joinville: 14 jun. 2012. Disponível em: <<https://ndonline.com.br/joinville/noticias/o-fim-de-uma-historia-de-95-anos-em-joinville-fecha-a-farmacia-minancora>> Acesso em: 15/09/2018

LÍBANO. **Portal São Francisco**. Disponível em: <<https://www.portalsaofrancisco.com.br/turismo/libano>> Acesso em: 30 mai. 2020.

MINISTÉRIO da Educação e Saúde Pública (Rio de Janeiro, RJ). In: ENCICLOPÉDIA Itaú Cultural de Arte e Cultura Brasileiras. São Paulo: **Itaú Cultural**, 2020. Disponível

em:<<http://enciclopedia.itaucultural.org.br/obra36386/ministerio-da-educacao-e-saude-publica-rio-de-janeiro-rj>>. Acesso em: 08 de Jul. 2020. Verbete da Enciclopédia.

OS GUERREIROS (Os Candangos). **Wikimapia**, 2006. Disponível em: <<http://wikimapia.org/10970930/pt/Os-Guerreiros-Os-Candangos#/photo/1116746>> Acesso em: 30 mai. 2020.

RODRIGUES, Fábio. Igreja é restaurada e reaberta após 12 anos em Araraquara, SP. **G1**, 2012. Disponível em: <<http://g1.globo.com/sp/araraquara-regiao/noticia/2012/05/igreja-e-restaurada-e-reaberta-apos-12-anos-em-araraquara-sp.html>> Acesso em: 25 mai. 2020.

## APÊNDICE- Representação do Questionário.

Questionário on-line disponível em:

[https://docs.google.com/forms/d/e/1FAIpQLSfDKF041eNONRSI\\_Foilli1Z4L1CTVsc-crHwhwT6v6pgL8Zg/viewform?usp=sf\\_link](https://docs.google.com/forms/d/e/1FAIpQLSfDKF041eNONRSI_Foilli1Z4L1CTVsc-crHwhwT6v6pgL8Zg/viewform?usp=sf_link).

Acessível também pelo QR Code abaixo:



Página 1:

Como você reconhece Joinville?

\*Obrigatório

A 3D architectural rendering of a large, multi-story building complex. The building features a mix of architectural styles, including a prominent tower with a conical roof and a modern, curved structure. The scene is set against a white background with some trees and a small figure of a person walking in the foreground for scale.

## TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Você está sendo convidado (a) a participar da pesquisa intitulada "A Arquitetura Histórica na Cidade Contemporânea: A participação da Arquitetura na Identidade e Cultura de Joinville (SC) do século XX ao XXI", desenvolvida pelas pesquisadoras Cindi Caroline Serafim e Nadja de Carvalho Lamas no Programa de Pós-graduação em Patrimônio Cultural e Sociedade da UNIVILLE. O objetivo dessa pesquisa é identificar como e em que medida a arquitetura participa da expressão cultural e da identificação dos habitantes e analisar a percepção da população (ou falta de percepção) sobre estes imóveis, identificando possíveis perdas ou manutenção da memória, ou ainda relações ressignificadas. As informações deste termo são importantes e incluem o contato com o pesquisador responsável pela pesquisa. Oriente-se que você salve como print de tela e/ou imprima este documento guardando-o com você.

- Você irá contribuir de forma voluntária para uma pesquisa na área do patrimônio cultural e patrimônio histórico arquitetônico. Não terá nenhum custo ou quaisquer compensações financeiras; as pesquisadoras deverão responder todas as suas dúvidas antes que você decida participar, durante e após a participação. Você tem o direito de desistir de participar da pesquisa a qualquer momento, sem nenhuma penalidade. O questionário "Como você reconhece Joinville?" é online e você poderá respondê-lo em seguida, se concordar com os termos aqui presentes. Você participará respondendo às perguntas a partir de suas lembranças e opiniões pessoais. Sua identidade, imagem ou voz não serão necessárias à pesquisa e não serão divulgadas ou expostas de forma alguma. Apenas o conteúdo de suas respostas poderão ser transcritas para a produção final desta pesquisa, podendo ser apresentados por escrito, oralmente ou ainda em forma de documentários em congressos, periódicos científicos e eventos promovidos nas áreas de ciências humanas e sociais.

- Riscos e Benefícios: A interferência e risco são mínimos na condição humana dos sujeitos de pesquisa, tanto em sua integridade física, moral ou psicológica, como constrangimento, vergonha, estresse ou cansaço. Em caso de possível ocorrência de qualquer item citado anteriormente, ou similar, referente à algum questionamento ou tema em específico, fica esclarecido novamente que você pode se recusar a responder ou descontinuar a participação a qualquer momento, sem que isso gere qualquer prejuízo para você, bem como não haverá também indenizações de qualquer natureza. Você também pode entrar em contato com a pesquisadora para quaisquer esclarecimentos.

Você será beneficiado de forma indireta através da inserção das suas opiniões e percepções na construção do campo do saber do patrimônio cultural edificado de Joinville (SC). Os resultados da pesquisa, se utilizados pelas ciências sociais aplicadas (arquitetura e urbanismo) podem ainda gerar impactos concretos na paisagem da cidade, através das políticas urbanas e patrimoniais, beneficiando a sociedade joinvillense como um todo.

- Devolutiva: Você terá todo o acesso a dissertação produzida e todos os artigos científicos e produções que resultem da pesquisa. Após defesa da dissertação, todos os dados estarão disponíveis para consulta. Caso queira solicite o pesquisador responsável, e lhe será fornecida gratuitamente uma cópia síntese dos resultados ao término da mesma;

**ATENÇÃO:** A sua participação em qualquer tipo de pesquisa é voluntária. Caso persistam dúvidas, sugestões e/ou denúncias após os esclarecimentos do pesquisador o Comitê de Ética está disponível para atender. Escreva para o Comitê de Ética em Pesquisa da Univille. Endereço – Rua Paulo Malschitzki, 10 - Bairro Zona Industrial - campus Universitário – CEP 89219-710 Joinville – SC ou entre em contato pelo telefone (47) 3461-9235;

Pesquisadores Responsáveis: Cindi Caroline Serafim. Em caso de dúvidas ou informações, o telefone e e-mail para contato: (47) 98849-4356 | [cindi.serafim@hotmail.com](mailto:cindi.serafim@hotmail.com)

Após ser esclarecido (a) sobre as informações do projeto, no caso de aceitar fazer parte do estudo e for maior de 18 anos, assinale a alternativa correspondente para iniciar o questionário. Em caso de recusa e desistência você não será penalizado (a) de forma alguma.

## CONSENTIMENTO DE PARTICIPAÇÃO \*

- Declaro que sou maior de 18 anos e concordo em participar do presente estudo como participante e declaro que fui devidamente informado e esclarecido sobre a pesquisa e os procedimentos nela envolvidos.

Próxima

Página 1 de 3

Página 2:

## Como você reconhece Joinville?

\*Obrigatório

Selecione as opções de acordo com sua vivência, lembranças e opiniões.

A quanto tempo você vive em Joinville? \*

- A menos de um ano
- Mais de um ano e menos de 5 anos
- Me mudei a mais de 5 anos
- Nasci em Joinville e sempre morei nesta cidade

Qual a sua idade?

- Entre 18 e 30 anos.
- Entre 31 e 50 anos.
- Mais de 50 anos.

Você frequenta o Centro de Joinville?

- Raramente.
- Frequentemente. Sempre frequento comércios e serviços que ficam neste bairro.
- Diariamente. Trabalho ou estudo neste bairro.
- Apenas passo por este bairro para chegar ao meu destino.

Selecione as edificações que você se recorda de ter visto na cidade.



1. Rua do Príncipe



2. Rua Duque de Caxias



3. Rua do Príncipe



4. Rua do Príncipe



5. Rua 9 de Março



6. Rua XV de Novembro



7. Rua Dr. João Colin



8. Rua Itajaí

Você conhece a história de algum dos imóveis listados? Ou tem alguma memória pessoal relacionada a algum deles?

Sua resposta

---

O que você pensa sobre a conservação destes imóveis na cidade?

- Necessário
- Desnecessário
- Não tenho opinião sobre o assunto.

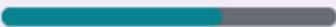
Gostaria de opinar mais sobre sua resposta anterior?

Sua resposta

---

[Voltar](#)

[Próxima](#)

 Página 2 de 3

Como você reconhece Joinville?

OBRIGADA!

Sua participação foi muito importante para o desenvolvimento desta pesquisa.

AGRADECEMOS  
A SUA PARTICIPAÇÃO!



Voltar

Enviar

Página 3 de 3

## AUTORIZAÇÃO

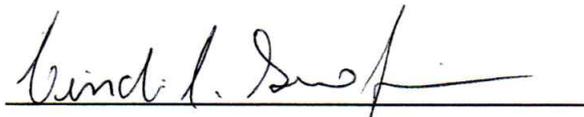
Nome do autor: Cindi Caroline Serafim

RG: 6.646.947

Título da Dissertação: ARQUITETOS IMIGRANTES EM JOINVILLE, SC: O CASO KELLER & CIA NO SÉC. XX

Autorizo a Universidade da Região de Joinville – UNIVILLE, através da Biblioteca Universitária, disponibilizar cópias da dissertação de minha autoria.

Joinville, 26 de abril de 2021.

A handwritten signature in black ink, appearing to read 'Cindi C. Serafim', is written over a horizontal line.

Nome